
NAÇÃO E DEFESA



ANO XIII — N.º 46 — ABRIL - JUNHO DE 1988
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Antunes de Sousa (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
COMUNIDADES PORTUGUESAS — UM NOVO ENFOQUE	9
<i>Manuel Filipe Correia de Jesus</i>	
A PROBLEMÁTICA GERAL DA SEGURANÇA E DA DEFESA: AMEAÇA, AGRESSÃO, SUBVERSÃO E REBELIÃO	23
<i>Magalhães Mota</i>	
IMAGINÁRIO HISTÓRICO, IMAGINÁRIO POLÍTICO	35
<i>Fernando Marques da Costa</i>	
1988 — CRISE CULTURAL E REVOLUÇÃO CULTURAL	49
<i>Adriano Moreira</i>	
CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL NA FUN- DAÇÃO	67
<i>António Eduardo Q. Martins Barrento</i>	
UM EXEMPLO HISTÓRICO RECENTE DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REGIÃO SANTARÉM — LISBOA — AL- CÁCER DO SAL: AS MANOBRAS DE 1943	89
<i>Carlos Gomes Bessa</i>	
INDÚSTRIA DE DEFESA EM PORTUGAL. QUE POLÍTICA? ALGUMAS REFLEXÕES	117
<i>Luís Emílio Cravo da Silva</i>	
A DEFESA NO MUNDO	139

EDITORIAL

EDITORIAL

Vão escasseando, nos nossos dias, fórmulas primárias de gestão e convivência social dominadas por visões rasas, de basis-mo, elementares, de cariz mais ou menos autoritário, mas aritméticas em essência.

Desde as células familiares horizontalmente articuladas, até à sua constituição em sociedades organizadas, o registo evolutivo da Humanidade evoca uma tipologia variada de modalidades de relacionamento, de processos de hierarquização, cujos pontos-chave se situam, sempre, ao nível dos elementos que permitam ligar e religar as pessoas e os grupos, em números progressivamente alargados.

Dir-se-á uma questão de tratamento do indivíduo e do todo onde se integra, surgindo, neste domínio, a Nação, como modelo social mais acabado, superior e por excelência.

Nação-conceito e realidade que se revela como módulo único, se sentido e alcançado, no qual todos os seus membros terão lugar, independentemente da cor, do sexo, das crenças, ou do que, porventura, associar as vontades colectivas.

Propor-se-á, no ideal, a Nação como algo que tem, por fulcro, um «elan» espiritual totalizador e, por vértice e estrutura, quem consiga transmiti-lo, dinamizá-lo e ser aceite.

Para que exista, gravitará em torno de uma ideia-força centrípeta que congregue e aglutine as mentes e os seres.

Ser-lhe-á intrínseca uma religião nacional que a ligue e religue, susceptível de ultrapassar e de se sobrepor a relacionamentos diferenciados, que são a origem de quebras ou rupturas sociais; exigirá um sentido de ideal colectivo nacional bem definido, do qual comunguem todos os seus, afirmando-se nacionalistas antes de tudo.

Se às religiões se reconhecem símbolos naturais, unificados por venerados, mais ainda a Nação os deverá ter, porque nela caberão todos os crentes, sejam quais forem as regras e os ditames que se respeitem.

A espiritualidade religiosa conforma-se ao que se sente, não ao objecto que se vê.

Já a Nação, projectada em simbologia real que lhe confere identidade, terá de orientar-se por uma visão espiritualmente mais elevada, por um projecto que instile nos nacionais o querer preservar os valores que os unem e traduzem, amalgamado o espírito num sublime pelo qual se lute e morra, em afirmação inequívoca de permanente presença física e de inquebrável perenidade.

Donde, àqueles a quem caiba enformar o esqueleto social e mais ainda aos que, eleitos por mérito e valor, se tornem e se assumam superior e hierarquicamente responsáveis, hajam de exigir-se comportamentos, atitudes e acções que conduzam ao tratamento exaustivo de todos os portugueses.

Facto que, no concreto, somente acontecerá se detentores de conhecimento profundo e abrangente do real que é o seu, motivados por indómita vontade de servir.

Deles se esperará, em consequência, que por mais aptos, mais capazes, mais sabedores, contagiem e impulsionem os restantes à coesão solidária e total; que os façam unos na conservação do património, das ideias e dos símbolos com que se indentifiquem e que lhes darão força anímica aglutinante; que os tornem predispostos e determinados à defesa intransigente do necessário, para alcançar as metas ambicionadas pelo conjunto, trilhando os rumos certos, conducentes ao porvir que desejem ver legado.

Vai para estes portugueses responsáveis, pilares estruturais da Nação que todos somos, a contribuição objectiva emprestada pelos Cursos de Defesa Nacional.

COMUNIDADES PORTUGUESAS — UM NOVO ENFOQUE

Manuel Filipe Correia de Jesus

COMUNIDADES PORTUGUESAS — UM NOVO ENFOQUE (*)

Nestas palavras introdutórias, começarei por salientar a importância de se considerarem as comunidades portuguesas um vector da nossa política externa e a consequência lógica orgânica de a respectiva Secretaria de Estado se encontrar inserida no Ministério dos Negócios Estrangeiros. De facto, as comunidades portuguesas, além da sua importância cultural, económica e social nos respectivos países de acolhimento, suscitam uma vasta e complexa rede de relações bilaterais, multilaterais e até mesmo supranacionais, cujo acompanhamento não pode ser dissociado da actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

E esta evidência tem vindo a tornar-se mais evidente — passe a redundância —, sobretudo aos olhos dos responsáveis políticos, de tal forma que no actual Governo foi cometida ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas uma ampla competência em matéria consular. Trata-se de uma decisão não só acertada, mas extremamente importante em termos de poder nacional. Com efeito, os consulados são a estrutura executiva e operacional do Governo junto das comunidades, pelo que nenhuma política é exequível senão por intermédio deles.

É-me grato poder dialogar convosco sobre estas questões. Mas, é também útil. Como Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do XI Governo Constitucional e consonante com o seu programa estou apostado em conseguir uma progressiva transformação de mentalidades, através de um novo enfoque de importantes questões ligadas ao fenómeno migratório e às comunidades portuguesas. Ora, tal transformação de mentalidades só é possível com o empenhamento daqueles que, pela sua posição funcional ou profissional, estejam em condições de repercutir esta onda transformadora. E, neste aspecto, considero muito importante o vosso contributo. Mas antes

(*) Conferência proferida aos cursos de Defesa Nacional de Lisboa e Porto em 17 e 19 de Março de 1988.

tentarei convencê-los da necessidade dessa transformação — porque quem não acredita não muda nada, não transforma nada. Estou certo de o conseguir, não pelos meus méritos, mas pela força intrínseca das coisas.

O MUNDO UNIVERSAL PORTUGUÊS

Penso que antes de abordarmos as grandes questões que se põem em matéria de comunidades portuguesas, é necessário delimitarmos o campo de acção e definirmos os parâmetros que devem balizar uma política correcta neste domínio.

Embora não haja estatísticas oficiais, segundo as estimativas de que dispomos viverão no estrangeiro cerca de 4 milhões de portugueses, espalhados pelos cinco continentes. Na maioria dos casos esses portugueses constituem verdadeiras comunidades, quer como conjunto de indivíduos, quer através das associações em que se agrupam. Todos eles recordam a sua origem e dão grande importância à ligação à Pátria. Ouso mesmo dizer que a fase económica da emigração está praticamente ultrapassada e, hoje, são os aspectos culturais e afectivos que relevam.

Temos, assim, que o campo da nossa acção coincide objectivamente com o mundo todo e subjectivamente corresponde a mais de um terço da população residente. E no caso da Região Autónoma da Madeira temos mesmo uma situação ímpar já que a população migrante é o triplo da população residente.

A esta vastidão junta-se o carácter interdepartamental das questões em apreço. É que o cuidado das comunidades portuguesas corresponde de alguma maneira ao governo desses nossos compatriotas que vivem no estrangeiro e, por isso mesmo, a generalidade das acções que se queira levar a cabo concita, quase sempre, a participação de dois ou mais departamentos governamentais. A esta complexização do processo governativo acrescem a magreza dos recursos e as dificuldades que se prendem com o nosso estágio de desenvolvimento económico e tecnológico.

Mas é enorme a importância das nossas comunidades e são diversos e complexos os problemas com que elas nos defrontam.

De uma maneira geral, os portugueses residentes no continente e nas regiões autónomas desconhecem a obra admirável que os portugueses têm vindo a realizar nas suas comunidades, nos campos da ciência, da cultura,

da solidariedade social, da economia, da comunicação social e do desporto e não se tem a noção da importância dessas comunidades face às sociedades de acolhimento.

E também são geralmente desconhecidos os problemas com que os portugueses migrantes se defrontam — comuns, aliás, à generalidade das comunidades migrantes — nos domínios da inserção cultural e social, do ensino, do emprego, da segurança social, para já não falar nos problemas que precedem e acompanham a partida para o estrangeiro e, depois, o regresso definitivo ao país de origem.

Estes é o panorama, sintético, do que costumo designar por mundo universal português.

Ora, quando um governante tem diante de si uma realidade tão vasta e tão complexa, a que se contrapõe uma preocupante magreza de recursos humanos e financeiros, há que fazer um apelo à imaginação e tentar descobrir formas eficazes de manter o essencial, não deixando sem resposta os problemas que diariamente vão surgindo.

Antes de mais é preciso que as acções sejam, tanto quanto possível, universais — no sentido de que devem abranger o maior número de pessoas — e de efeitos permanentes, isto é, duradouros no tempo. Depois é necessário congrega a colaboração e esforço de todos os departamentos envolvidos. Finalmente, é preciso transformar em agentes desta política — nacional e não partidária — a sociedade civil, através das pessoas ou das instituições, e as próprias comunidades. É, por isso, que venho apelando insistentemente à colaboração das universidades, dos institutos, da Igreja, das fundações, e tenho tentado convencer os nossos compatriotas que vivem no estrangeiro que, mais do que agentes económicos, eles são importantes agentes culturais, quer em relação às comunidades portuguesas que integram, quer em relação às sociedades de acolhimento.

FUNDAMENTOS DE POLÍTICA

Quais são, então, os fundamentos da política do Governo para as comunidades portuguesas?

Considera-se, antes de mais, que os milhões de cidadãos portugueses espalhados pelo mundo e as suas comunidades constituem um elemento estruturante (e não apenas estrutural) da nação portuguesa.

Depois reconhece-se que a abertura a outros povos e culturas e uma fácil integração em novos ambientes, sem prejuízo da sua ligação à Pátria, são uma das mais peculiares características da nossa maneira de estar no mundo.

Entendemos que é, em grande parte, através dos portugueses residentes no estrangeiro que se afirma hoje a nossa vocação universalista e humanista.

Consideramos que o elo mais forte que liga todos os portugueses, onde quer que residam, é a língua e cultura portuguesas.

No plano do direito, defendemos o princípio da igualdade de direitos entre portugueses residentes e portugueses não residentes, no respeito das diferenças derivadas dos condicionalismos em que uns e outros se encontram, e achamos que os não residentes devem ser respeitados e defendidos pelos ordenamentos jurídicos dos países de acolhimento.

Embora defendendo uma igualdade de tratamento, entendemos que há quatro grupos que devem ser objecto de uma especial atenção: os jovens, os idosos e, numa perspectiva mais restrita, mas não menos importante, os hospitalizados e os detidos.

Achamos que em todas as circunstâncias deve ser aprofundado o amor à Pátria e cultivado o orgulho de sermos portugueses.

Com base nestes pressupostos definimos uma política para as comunidades portuguesas que é, por definição, uma política nacional onde as divergências doutrinárias e ideológicas não têm grande relevância.

EXPLICITAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS COMUNIDADES PORTUGUESAS — IGUALDADE DE DIREITOS

O facto de fazermos apelo ao princípio da igualdade de direitos entre residentes e não residentes tem importantes implicações práticas, não só no domínio do direito, mas sobretudo no modo de pensar das pessoas.

Implica, antes de mais, a abolição da discriminação sociológica entre portugueses residentes, por um lado, e emigrantes por outro. De facto esta discriminação introduz na sociedade portuguesa uma fractura sociológica que tem graves consequências comportamentais. Na prática ela gera um verdadeiro círculo vicioso: o emigrante, porque é mal aceite, ou muitas vezes enganado, quer na sua relação com a Administração Pública, quer na sua relação social, e também porque transporta uma carga psicológica decorrente

do afastamento da Pátria, tem tendência para, quando chega a Portugal, adoptar comportamentos exuberantes, excêntricos e, por vezes até, anti-sociais.

Os residentes, por seu lado, exacerbam os seus sentimentos de impaciência e intolerância que, por sua vez, vão agravar o comportamento dos emigrantes e assim sucessivamente...

Não se trata de um exagero ou uma invenção. Está enraizado nos residentes um sentimento de hostilidade em relação aos não residentes, que os leva a imputar-lhes condutas ou situações que nada têm a ver com os emigrantes: quem não terá imputado a um emigrante uma manobra perigosa de trânsito — mesmo que não se trate de um emigrante; quem não terá comentado «olha ali uma casa de emigrantes», quando a casa pode ser do médico ou do merceiro da aldeia!

E que o termo tem uma carga negativa é reconhecido por nós, residentes, e pela generalidade dos próprios emigrantes. Se nos perguntarem: «você é emigrante?» — nós nos apressaremos a responder que não como quem afasta um labéu. E posso dizer-lhes que no final de um curso de férias para jovens luso-descendentes realizado no verão passado, um dos participantes, inquirido sobre o que mais lhe agradara no Curso, respondeu sem hesitação: «nunca me terem chamado filho de emigrante.» E quando estive no Brasil, já como Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a afirmação mais aplaudida, em todas as circunstâncias, foi a de que «para este Governo não há emigrantes, só há portugueses».

Mas há mais razões para suprimir esta discriminação. Primeiro, por força da integração na Europa, e a partir de 1922, com a livre circulação de pessoas, não haverá mais emigrantes portugueses porque todos eles serão, de pleno direito, cidadãos comunitários. Depois, nenhum país civilizado chama emigrantes aos seus nacionais que residam no estrangeiro. Só há residentes e não residentes. Também será assim em Portugal. Mas porque se trata de uma questão cultural, de mudança de mentalidade, vai levar tempo.

Outra consequência do princípio da igualdade é o combate, sem tréguas, a todas as formas de exploração ou aproveitamento das debilidades derivadas do afastamento da pátria. Enquanto advogado tive oportunidade de detectar múltiplas situações usurárias e de fraude de que eram vítimas portugueses não residentes. Não raro recebo queixas, muitas vezes dramáticas, da compra de prédios que não existem ou de coisas que não estavam na disponibili-

dade do alienante, ou de depósitos que não chegaram ao seu destino. Também aqui há um esforço de mentalização a desenvolver, que passa necessariamente pela moralização e transparência das relações negociais.

Finalmente, o reconhecimento da igualdade tem também implicações no campo dos direitos políticos. A Constituição Portuguesa tem de conceder aos não residentes os mesmos direitos que concede aos residentes, nomeadamente em matéria de eleição para a Presidência da República. Devo dizer que o princípio levado às suas últimas consequências lógicas conduziria à abolição dos círculos eleitorais da emigração e, eventualmente, a outras adaptações do nosso sistema jurídico.

DEFESA DE DIREITOS E INTERESSES NOS PAISES DE ACOLHIMENTO

A inserção de compatriotas nossos em sociedades com poder político próprio atira para o campo das relações entre Estados a defesa dos seus direitos e interesses.

Tal defesa constitui preocupação permanente do Governo e, por isso, continuamente, no plano bilateral, no plano multilateral, ou junto das organizações internacionais e supranacionais, se desenvolve uma acção de negociação com vista à celebração de acordos favoráveis e de vigilância do cumprimento desses acordos por parte dos países de acolhimento.

Tal acção abrange não só direitos privados — nos domínios do emprego, da segurança social, do reconhecimento de sentenças estrangeiras, da execução de alimentos ou da protecção de menores — mas também direitos políticos. Por isso temos esperança de que, no texto constitucional que está agora a ser discutido e preparado no seio da Assembleia Nacional Constituinte Brasileira, seja consagrado um estatuto que tenha em conta a real situação dos portugueses no Brasil, e temos acompanhado com muito interesse a questão da atribuição do direito de voto aos portugueses para as autarquias locais dos países de acolhimento.

Para além desta participação como portugueses na vida política do país de residência há que ter presente a participação política que também ocorre em virtude da aquisição da nacionalidade do país de destino. Não temos elementos muito seguros a este respeito, mas sabemos que é importante o papel dos portugueses na vida política de países como os Estados Unidos da

América, a Venezuela e a África do Sul, para não falar do Brasil. Quer como cidadãos desses Estados (ou reconhecidos como tais), quer como grupos de pressão, é iniludível a sua influência.

DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA PORTUGUESAS

Realcei há pouco que a língua e a cultura portuguesas constituem o elo fundamental que liga todos os portugueses entre si e à pátria portuguesa. Daí a prioridade que concedemos à prossecução de uma política de defesa e divulgação da nossa língua e cultura no âmbito da política global para as comunidades portuguesas.

Nesta sede consideramos fundamental a criação de institutos de cultura portuguesa e de outros centros culturais para apoio às comunidades e para a difusão da cultura portuguesa nos países de acolhimento.

Trata-se de um desígnio ousado e de difícil concretização. A criação de um instituto de cultura portuguesa de que nos possamos orgulhar supõe avultados meios financeiros e pessoas capazes de proceder à sua correcta instalação e de assegurar o seu normal funcionamento. Para isso, infelizmente, não posso contar apenas com as dotações orçamentais e com os meios humanos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Então, como alcançar este desiderato?

Se conseguirmos apresentar às comunidades projectos consistentes neste domínio, elas não faltarão com o seu apoio. Acho que só com esse apoio e com base nele é que poderemos pôr de pé este importante desígnio. Mas não se pense que um trabalho sério neste sector é obra de meses.

Um horizonte temporal de quatro anos não é excessivo, pelo que me sentiria muito satisfeito se no fim do meu mandato pudesse contar com alguma obra feita em matéria de institutos e centros de cultura portuguesa no estrangeiro.

Vimos sensibilizando e motivando os portugueses residentes no estrangeiro para o desempenho do papel que lhes cabe como importantes agentes culturais, quer em relação às próprias comunidades, quer relativamente às sociedades de acolhimento.

Encorajamos e apoiamos a iniciativa das associações de portugueses na realização de projectos de índole cultural que se revelem de especial interes-

se para a divulgação da nossa língua e cultura, bem como o ensino do português junto das comunidades.

Temos vindo a diligenciar junto dos Governos dos países de acolhimento a integração do ensino do português nos respectivos sistemas educativos — com êxitos já firmados na República Federal da Alemanha e, mais recentemente, em França e na Espanha, sem esquecer o apoio que no Canadá é prestado ao ensino do português. Mas apesar disso e do esforço que o Estado Português tem feito no campo do ensino do português no estrangeiro, os resultados estão longe de ser satisfatórios. É que o ensino da língua portuguesa no estrangeiro esbarra com grandes dificuldades, nomeadamente as decorrentes do difícil processo de inserção nas sociedades de acolhimento, da dispersão dos alunos, da sobrecarga escolar e, nalguns casos, da impreparação dos professores. Trata-se de assunto complexo sobre o qual se impõe uma profunda reflexão, quer em termos de enquadramento orgânico, quer em termos de processos. Estou convencido de que temos de caminhar rapidamente para a utilização dos meios audiovisuais, como principal instrumento do ensino e divulgação da língua portuguesa.

Há, porém, um aspecto que considero fundamental: é o papel que cabe aos pais no ensino da língua materna. Em todas as circunstâncias, nas minhas visitas às comunidades, não me canso de insistir junto dos pais para que não deixem de falar português com os filhos. É tarefa em que ninguém os pode substituir.

Em matéria de divulgação da cultura portuguesa gostaríamos de poder multiplicar as acções de animação cultural junto das comunidades, por acharmos que é através dessas acções que melhor se responde ao anseio de ligação à realidade cultural portuguesa sentido pelos portugueses ausentes.

A minha Secretaria de Estado tem desenvolvido uma acção apreciável na edição de obras relativas ao fenómeno migratório e tem posto à disposição de centenas de associações conjuntos dessas obras. Também tem editado obras em línguas estrangeiras por entendermos que não deve excluir-se esse meio de divulgação da nossa cultura.

GRUPOS CARENTES DE UMA ATENÇÃO ESPECIAL

Nas comunidades portuguesas há determinados estatutos populacionais que concitam uma especial atenção. Refiro-me aos jovens, aos idosos, aos

que se encontram hospitalizados ou presos. Não poderei alongar-me, mas direi que há algo de novo nesta preocupação no que toca aos idosos, aos hospitalizados e aos detidos. São pessoas que, dada a situação de dificuldade em que se encontram, devem merecer um acompanhamento especial. Estamos empenhados em proporcioná-lo, no aspecto social e no da protecção jurídica.

Ocupar-me-ei especialmente dos jovens luso-descendentes. A este respeito o Governo considera fundamental ligar os luso-descendentes à Pátria, cativando-os através dos nossos valores, da nossa cultura e das nossas potencialidades económicas.

Trata-se de uma questão verdadeiramente fulcral, porque nos jovens luso-descendentes reside o maior potencial e a garantia da continuidade e renovação das nossas comunidades; penso que, pode dizer-se sem exagero, ou cativamos os luso-descendentes ou vai-se amputando, pouco a pouco, esta pátria de comunidades.

Tendo em conta as especificidades, em termos de língua — muitos deles nem sabem falar português —, cultura e mentalidade, desse significativo estrato das nossas comunidades, estamos a proceder a um exaustivo levantamento de questões e problemas a ele pertinentes com vista à adopção das medidas mais adequadas ao estreitamento dos laços que deverão continuar a ligar esses portugueses à Pátria, nos domínios axiológico, cultural e económico.

É um desafio do futuro que exige grande empenhamento e sensibilidade. Temos para já uma importante certeza: a generalidade dos jovens luso-descendentes tem-se mostrado particularmente receptiva aos valores e virtualidades da cultura portuguesa e interessada em tudo quanto respeita à Pátria dos seus ascendentes.

RETORNO DE NACIONAIS E SUA REINSERÇÃO

O fenómeno migratório tem-nos confrontado nos últimos anos com uma nova e complexa questão: o retorno de nacionais e a sua reinserção.

Embora não disponhamos de estatísticas oficiais sobre o retorno, considera-se que durante esta década o mesmo se manterá, em média, nos 25 000/26 000 por ano. O retorno é, pois, um facto inelutável, e tem que ser encarado de forma realista. E a melhor maneira de o enfrentarmos é, sem

dúvida, através do desenvolvimento económico e da gradual melhoria das condições de vida da população.

O regresso definitivo de nacionais gera, porém, problemas específicos. Os principais respeitam à reinserção escolar dos filhos, à aplicação de poupanças e ao exercício dos direitos de reforma. O Governo não pode deixar de estar atento a esses problemas, em especial ao da reinserção escolar, que é, sem dúvida, o mais grave: temos defendido, no plano bilateral e nas organizações internacionais, que o trabalhador migrante tem o direito de optar livremente entre manter-se no país de acolhimento ou regressar ao país de origem — o que implica a clara condenação do regresso imposto ou compulsório.

Mas retorno livre é retorno esclarecido e, por isso, o trabalhador migrante e os seus familiares devem ter uma informação actualizada, rigorosa, completa e acessível sobre as condições e oportunidades que lhe proporcionam quer o país de origem, quer o país de acolhimento.

É outro desafio do futuro, que temos de vencer.

INSTRUMENTOS PRIVILEGIADOS DE POLITICA

Para concluir, farei uma breve referência aos instrumentos privilegiados de implementação e execução destas medidas de política para as comunidades portuguesas.

Entendo que há dois instrumentos fundamentais:

- a cobertura consular
- e a informação.

A cobertura consular é um todo e as melhorias introduzidas ao longo da rede consular beneficiam esse todo. Por isso estamos especialmente empenhados em melhorar a cobertura consular através da abertura de novos consulados, eventualmente do encerramento dos que já não se justifiquem, benfeitorizando instalações, modernizando o equipamento, racionalizando recursos pessoais e técnicos.

Como afirmei logo de início, trata-se de um instrumento fundamental e indispensável da acção do Governo junto das comunidades. Por isso ele vem merecendo a minha especial atenção, quer analisando e decidindo as ques-

tões mais urgentes da cobertura consular, quer visitando os consulados, quer reunindo com os cônsules nos países em que exercem a sua actividade.

No que toca à informação, quero deixar bem claro o seu papel determinante na implementação desta política. É que, atendendo à dispersão planetária das comunidades portuguesas, sem o concurso dos meios de informação, não se dá a conhecer Portugal e a sua cultura, não se conhecem as comunidades, não se mudam as mentalidades, não se ensina nem se divulga a língua portuguesa, não se cativam os luso-descendentes, não se esclarece sobre as condições de retorno. E a comunicação social chega ou pode chegar a toda a parte. E é enorme a rede de órgãos de comunicação social que os portugueses criam e mantêm nas suas comunidades.

Por tudo isto, venho enfatizando o papel dos meios de comunicação social. É preciso mais informação e melhor informação neste domínio. A minha Secretaria de Estado está a negociar com meios de comunicação social, públicos e privados, e com a Agência Noticiosa Portuguesa, uma maior cobertura do fenómeno migratório. Asseguramos a distribuição regular de boletins noticiosos para as comunidades, e a Radiodifusão — Serviço Internacional — está a ser ouvida num número cada vez maior de países e em melhores condições.

É nosso desígnio pôr em prática uma ideia de informação triangular: de Portugal para as comunidades, das comunidades para Portugal, e das próprias comunidades entre si. Sem isso a visão sobre a realidade continuará a ser parcial. Essa informação actualizada e completa é, seguramente, o mais eficaz meio de aprofundamento dos laços que unem todos os portugueses à Pátria. Eis a razão por que apostamos frontalmente neste instrumento de acção política, sempre no respeito da independência e isenção dos meios de comunicação social.

CONCLUSÃO

Não se trata de uma política nova. Trata-se apenas de um novo enfoque das questões respeitantes às comunidades portuguesas.

O seu aspecto mais saliente é o que mexe com a mentalidade das pessoas. Trata-se, substancialmente, de uma questão cultural. Por mim estou convencido de que o desafio vale a pena.

Mas vencê-lo passa, primeiro, pela adesão dos que, diariamente, nos diferentes postos da Administração Pública, em Portugal ou no estrangeiro, têm o privilégio de executar esta política. Passa também pela adesão de todos os portugueses, os que residem em Portugal e os que vivem no estrangeiro. Depende muito do empenhamento dos meios de comunicação social e daqueles que estão em posição de agir como seus multiplicadores.

Esta visão da política para as comunidades portuguesas traz implícita a negação das concepções miserabilistas sobre a emigração e assenta no reconhecimento de que as comunidades portuguesas constituem mais uma razão para nos orgulharmos de ser portugueses.

O Portugal das comunidades é o Portugal que se orgulha da sua história e da sua cultura, que quer comemorar dignamente os descobrimentos portugueses e participar na construção de uma nação moderna e mais próspera.

Manuel Filipe Correia de Jesus

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

A PROBLEMÁTICA GERAL DA SEGURANÇA
E DA DEFESA:
AMEAÇA, AGRESSÃO, SUBVERSÃO E REBELIÃO

Magalhães Mota

A PROBLEMÁTICA GERAL DA SEGURANÇA
E DA DEFESA:
AMEAÇA, AGRESSÃO, SUBVERSÃO E REBELIÃO

A análise política dos anos sessenta deu particular atenção ao que ficou conhecido como o problema das relações estímulo-resposta.

Em termos necessariamente simplificados o problema nuclear da política seria o de alguém incitar outrem à realização de determinada acção.

Assim, graficamente, *A* terá um papel activo, *B* um papel passivo e a acção será *X*. A sugestão da acção por *A* a *B* será instigação.

Se *B* executa a acção, falaremos de obediência, e inversamente, de desobediência, se a não executar.

Se considerarmos este esquema no quadro da *obediência civil*, esta constituirá a resposta de *B* ao que lhe disse o legislador da autoridade legítima *A*. De igual modo formal, a *sedição* é a resposta de *B* ao que lhe disse o agitador *A*. Ainda, estaremos no campo de obediência se *B* recusa responder ao agitador *A*, como a *sedição* pode ser a não resposta de *B* a *A*, autoridade legítima.

Só existe sociedade, e designadamente sociedade política, quando *B* cede às sugestões de *A* na sua maior parte.

A existência dum governo é função da obediência habitual às suas petições.

Por isso se diz existir numa sociedade política, e no conjunto dos cidadãos, uma «propensão à obediência».

Na «Teoria pura da política», Jovenel dá um exemplo curioso desta «propensão à obediência». É o caso dum automobilista conduzindo um automóvel numa estrada escura. Vê uma lanterna que se agita.

Não sabe quem faz os sinais, nem a razão por que os faz. Sabe que alguém deseja que abrande ou que pare. O primeiro acto é de obediência ao estímulo. O automobilista *prepara-se para parar* e espera uma segunda sugestão que o decidirá. Se for um pedido de boleia, poderá dá-la ou não.

Se se assustar, ou desconfiar, acelera. Parará, perante um polícia ou um acidente.

Quer dizer, para quem responde não é indiferente *quem* instiga, como a imagem prefigurada da conduta. «Uma imagem de conduta *boa* é, para um *boa* instigação, o que o ponto de apoio é para a alavanca de Arquimedes.» Terceira verificação: a resposta é sempre subjectiva e é função da valoração, igualmente subjectiva, dada por B à proposição.

Por isso se pôde escrever que «o homem que fala com outros e os induz à realização de acções por si desejadas é um homem que faz história. Todavia quem decide se o herói fará ou não história é o homem a quem se dirige».

Façamos a transposição para a vida internacional deste modelo reduzido.

Agora *A* e *B* serão actores internacionais. *A* emite sinais que são captados por *B*, sinais que correspondem não apenas ao seu comportamento (intencional ou não) mas constituindo, a sua própria existência, um sinal.

Na verdade, para utilizarmos a sistematização de Parsons, qualquer grupo social tem que manter padrões, conseguir objectivos, adaptar-se e integrar, no conjunto, os seus componentes humanos e valores.

Ora, apenas limitando-se a prosseguir estas funções, os comportamentos que lhe correspondem são outros tantos sinais para *B* que prossegue, *pelo menos*, as mesmas funções.

Se *B* entende ou acha que o comportamento de *A* é susceptível de pôr em causa a prossecução das suas próprias funções, dirá que se encontra face a uma *ameaça*. Que procura que ele actue ou deixe de actuar.

Quer dizer que a ameaça é uma leitura feita pelo receptor, insusceptível, face à sua própria subjectividade, doutra definição que não seja o pôr em relevo tal característica de fluidez, de imponderabilidade.

Não é susceptível de ser problematizada no aspecto formal em que a solução seria uma resposta «aberta» pelo «infinito» de respostas conhecidas, que só podem ser reduzidas em consequência de um conhecimento progressivo das especificações.

Só que *B* é, normalmente, um Estado e a sua perspectiva de receptor a de *soberania*, isto é, a de quem define qual é a *ideia de direito* válida na colectividade. E isto porque a ideia de direito decorre da noção duma ordem social, orientada por uma certa representação do futuro, mas que só pode impôr-se como finalidade de ordem jurídica mediante o exercício da soberania.

A característica essencial da soberania é o não depender para a sua existência de nenhuma ordem jurídica preexistente. «A soberania detém o poder constituinte.»

Logo é a soberania que se sente e é objecto de *ameaças*.

Ora, rigorosamente, e era esse o conceito clássico, não há defesa contra ameaças, mas apenas contra agressões e, ainda assim, apenas contra *agressões armadas*. Não é outro, aliás, o conceito que transparece do art.º 51.º da Carta das Nações Unidas, como as vicissitudes que se conhecem.

Estamos, assim, no pleno campo duma ideia clássica que os factos e a sua evolução se encarregaram de pôr em causa.

Não vivemos já num mundo em que as guerras tinham um início bem marcado no tempo e formalizado juridicamente pelo acto solene da sua declaração, se processavam igualmente num espaço delimitado e, por estas duas características, fundamentalmente se travavam envolvendo, quase exclusivamente, os exércitos dos países combatentes — e não a totalidade da sua população.

Por isso, a defesa não pode ser um conceito ultrapassado por corresponder a uma ideia de guerra que já não corresponde à realidade actual.

*
* *
*

Regressemos agora ao modelo de que partimos, ou seja, da actuação política não no contexto de sociedade internacional mas duma determinada comunidade política. Que, porque o é, tem um Poder Político institucionalizado.

No modelo de que partimos, *A* é agora o Poder Político. E *B*?

Importará pôr em relevo, de imediato, uma característica de certo modo institucional das sociedades contemporâneas, constituídas mais por grupos que pela coexistência de indivíduos. Isto implica que estas sociedades oferecem um clima favorável ao estabelecer de disciplinas colectivas, resultantes da pressão do meio, das condições de vida ou da divisão das ideologias.

Os indivíduos são assim «enquadrados» muitas vezes sem disso terem inteira consciência. As técnicas de enquadramento utilizadas e o grau do seu aperfeiçoamento introduzem na vida política moderna instituições cuja eficácia iguala ou ultrapassa o enquadramento que o direito constitucional propõe aos cidadãos. É o caso da disciplina sindical, da partidária ou da disciplina cultural imposta por um certo padrão de comportamento.

A mesma colectividade fica assim fraccionada: em categorias sociais, em forças organizadas, em famílias espirituais.

Por isso o problema do consentimento já não se coloca tanto entre o Poder e o indivíduo, mas entre o Poder e grupos já enquadrados e mobilizados pela realização de objectivos políticos ou sociais precisos.

Em que, para além destas divisões ou em contraponto a elas, os «mass media», a publicidade, a melhoria de condições de vida, propõem um comportamento, definindo um conformismo.

Num jogo simétrico, heveremos de interrogar-nos (e aqui fica uma pista para o debate) sobre a subversão ⁽¹⁾ como simétrico de persuasão, já que o antagonismo é uma dialéctica em que o sentido da acção é fixado pelo diálogo entre dois actores.

*
* *

A ideia de que seriam possíveis e legítimas *sanções inorganizadas* que constituíssem, para os cidadãos, uma espécie de último recurso contra o arbítrio do Poder, é muito antiga.

A fórmula mais incisiva é, certamente, a do art.º 35.º da Declaração de Direitos de 1793: «Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada parte dele o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres.»

O *direito de resistência* é assim legitimado não somente como atitude defensiva, mas agressiva. Por outro lado, o direito é reconhecido, não apenas ao povo na sua totalidade, mas também a cada cidadão. Mas talvez valha a pena lembrar que a história classifica como o mais tirânico dos regimes vividos em França precisamente aquele em que governaram os homens que escreveram aquele texto.

O valor das discussões sobre as condições e os limites do direito de resistência tem que ser encarado com cepticismo. «A diferença entre a insurreição legítima e a criminosa é muito simples: (dizia um revolucionário do século passado) a insurreição legítima foi a que ganhou.»

(1) Na definição de ARON (in «Paix et Guerre entre les nations», pág. 173, 6.ª ed., Calmann-Leuy (1962), a «subversão tem por finalidade subtrair uma população à autoridade, administrativa e moral, dum poder estabelecido e integrá-lo noutros quadros, políticos e militares, por vezes em e pela luta».

A verdade é que a generalização dos regimes democráticos modificou a perspectiva em que se coloca o problema da resistência. Só que — e valerá a pena acentuá-lo — a resistência não se apoia sob o desejo duma ordem social nova; pelo contrário, pretende fazer respeitar, *mesmo pelas autoridades*, os pressupostos da ordem social correspondentes à *ideia de direito* aceite quando da institucionalização do Poder.

É, assim, o inverso da revolução.

*
* *
*

Na verdade, talvez não valha muito a pena tentarmos definições mais ou menos rigorosas mas que, na realidade, assumem contornos cujas fronteiras se vão esbatendo.

Podemos aceitar as classificações de Aron⁽²⁾ para quem o MOTIM aparece espontâneo, localizado e envolvendo uma parte reduzida da população. Os amotinados não têm organização nem objectivos políticos, não visam a mudança do governo ou do regime.

É a presença de vontade política que muda qualificativamente o motim em INSSURREIÇÃO.

A REVOLTA é mais geral ainda mas dela não resulta uma revolução.

Finalmente, há REVOLUÇÃO quando o poder estabelecido se desmorona.

Talvez estas classificações e distinções não sejam, entretanto, o mais importante.

Fiquemo-nos pela noção limite: a de que a resistência não pretende uma ordem nova.

A *subversão*, pelo contrário, visa substituir uma autoridade por outra, fornecendo a uma população um enquadramento político e administrativo diferentes.

Assim sendo, é a ideia de direito válida na colectividade, para utilizar a mesma expressão que comecei por usar, que está em causa, ou seja, a noção duma ordem social, orientada por uma certa representação de futuro.

Daí que se pretenda prolongar no tempo a ordem social que se tem por boa, como, quando é julgada má, seja lógico pretender substituí-la.

(2) Op. cit., pág. 327.

Na mesma lógica, é igualmente coerente que a manutenção da ordem social «boa» seja feita protegendo-a dos seus «inimigos».

Só que esta lógica implica restrições à liberdade. Quer à liberdade de pensar diferente o futuro desejável, quer à liberdade de actuar para concretizar esse modelo.

O problema não é, exclusivamente, teórico.

É, aliás, um problema conhecido do direito constitucional, o das declarações pelas quais um regime político procura considerar-se intangível. Tal é, por exemplo, o alcance político dos limites materiais de revisão fixados na actual Constituição Portuguesa (art.º 290.º).

É ainda o caso das disposições constitucionais que procuram controlar as forças políticas eventualmente capazes de alterar o regime, e ainda aqui a Constituição Portuguesa nos oferece um exemplo quando toma disposições particulares, não em relação aos partidos políticos em geral, que são considerados meios de «concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a formação da vontade popular e a organização do poder político» (Cfr. art.º 51.º n.º 1), mas no que se refere às organizações fascistas (art.º 46.º n.º 4).

As decisões do Tribunal Constitucional da República Federal da Alemanha considerando inconstitucionais os partidos neonazi e comunista são também exemplos a reter, como é a análise da lei de 23 de Setembro de 1950 (Lei McCarran) que «visa a protecção dos EUA contra certas actividades antiamericanas e subversivas pela declaração obrigatória das organizações comunistas» ou o Communist Cetrar Act de 19 de Agosto de 1954 que, na sua parte mais aplicada, tem a ver com a lealdade dos funcionários públicos face ao regime.

Em Portugal, o debate das propostas de lei de segurança interna foi, em alguns aspectos, exemplar, designadamente o debate da proposta apresentada pelo IX Governo Constitucional (Governo «bloco central») do dilema colocado pelo *uso de liberdade contra a liberdade* (3), (4).

(3) A questão é, evidentemente, colocada do ângulo próprio duma sociedade democrática. Não está em causa a contradição sublinhada por Jean François Revel em «Le terrorisme contre la démocratie» (p. VI da ed. da Hachette/Pluriel) do comportamento do terrorista. «...se alguém se proclama juiz soberano da legitimidade para si da violência pura, não há senão hipocrisia e cobardia em invocar os direitos do homem quando essa violência pura se torna a do inimigo».

De igual modo, se dá como adquirido que a violência só pode ser legítima, não por

A questão é, com efeito, a de estabelecer uma hierarquia da liberdade e consequentemente justificar a margem de sacrifício duma em relação à outra.

Quais são os critérios pelos quais uma ordem jurídica determinada considera intolerável o exercício da liberdade deste ou daquele cidadão?

A liberdade da colectividade é, e ao mesmo tempo, anónima e resultante de instituições livres. Mas as instituições são organismos complexos cujo objecto se não reduz ao serviço de liberdade colectiva. O que introduz a questão de saber fazer a distinção dentre os ataques de que as instituições possam ser alvo dos perigos corridos pela liberdade.

Depois, e num segundo grau de problemas, se é certo que o Poder tem o direito e até o dever de se defender, importa saber que meios lhe é lícito usar. Porque se, para defender a democracia, um poder fosse forçado a terminar com a democracia, o absurdo parece óbvio.

A democracia continua a ser uma aposta sobre a liberdade. *A todos cumpre fazer com que possa ser ganha.* Não é possível que a defesa dum regime se faça renegando os princípios que o fundamentam.

A democracia, sem adjectivos, tem sobre os sistemas políticos não pluralistas, também, a vantagem de ser um regime aberto, evoluindo quotidianamente como a própria vida. Como escrevia um professor de ciência política contemporâneo: «Mais do que um sistema é um quadro. Vale menos por aquilo que é do que por aquilo que permite.»

E de facto adapta-se a uma sociedade em evolução. As lutas a que dá lugar são amplificadas pela ressonância que lhes confere. Mas não a ameaçam porque provam que é possível ser o que se deseja que ela seja, para usar a expressão conhecida de Georges Burdeau.

Tal significa que a primeira defesa do regime democrático é *ele próprio*. A sua capacidade de generosidade e de tolerância.

A possibilidade que confere de serem amanhã vencedores os vencidos de hoje.

causa das opiniões pessoais de quem a pratica, mas em virtude da natureza do regime contra o qual é usada e da sociedade na qual opera (cfr. Revel, op. cit., p. XXXIV e XXXV).

(*) Tendo votado *contra* a proposta de lei apresentada por um Governo apoiado pelo Grupo Parlamentar em que me integrava — o Governo do «bloco central» presidido pelo Dr. Mário Soares — e votado a *favor* da proposta apresentada pelo Governo Cavaco Silva, o meu entendimento pessoal da questão dos «limites» resulta das intervenções feitas em ambos os debates, como deputado.

O consenso essencial entre quantos se sentem cidadãos, e não estrangeiros, numa Pátria que para o ser, tem que ser de todos.

Viver juntos e querer continuar assim, se explica um sentimento de nacionalidade, pressupõe um viver democrático. Sem exclusões, nem maldições. Só o pluralismo é conciliador. Porquanto se é certo que a ninguém confere tudo quanto poderia pretender, a ninguém recusa algo do que se entende por desejável. É a humildade de aceitar que ninguém é senhor absoluto da verdade.

Só o Poder aberto, que aceita a alternância e respeita alternativas, evita o risco absoluto e garante a liberdade.

Só somos livres quando podemos escolher e mudar.

Por isso, o pluralismo consagra a legitimidade da acção política das diversas forças sociais.

É por assim ser que, para muitos, o pluralismo afirmado é desmentido se na prática viermos a aceitar que para proteger as instituições políticas e a ordem social estabelecida podemos proibir, paralisar ou eliminar as tentativas de instaurar um regime constitucional e social diferente.

Talvez por isso mesmo importe sublinhar que no quadro dum sistema que fosse ditatorial, nem a discussão nem as dúvidas se colocariam.

O Poder fechado é também uma ditadura ideológica e uma ortodoxia.

Quem pensa identificar-se com a verdade, não pode sequer aceitar a diferença.

Só por ser diferente é um rebelde ou um louco. Se pensasse conquistar o Poder seria, no mínimo, um inimigo. Não seria apenas alvo de medidas policiais mas de «legítima defesa» (entre aspas) de quem vê ameaçada a sua unidade espiritual.

O debate e a dúvida de que falamos, repito-o, só é possível em democracia.

Trata-se — e deve tratar-se, tão-somente — de conhecer os limites que para salvaguardar da própria liberdade de todos haverá que colocar à generosidade e à tolerância próprias da democracia, que assenta na confiança e na esperança nos Homens.

Ora a verdade é que estão de acordo os constitucionalistas sobre uma evolução histórica: em 1923, para Mussolini, o golpe de força que foi a marcha sobre Roma foi essencial, mas em 1933, na Alemanha, as provas de força foram mais discretas e Hitler chega ao Poder por processos formalmen-

te legais, enquanto que em 1948, na Checoslováquia, a revolução disfarça-se numa mudança de ministério.

O que vai então condenar-se? O emprego de certos processos ou o seu emprego por certos grupos?

Não estaremos longe de generalização de regras de submissão dos próprios partidos políticos às exigências democráticas, com assento constitucional, como por exemplo vimos na Constituição de Bona.



Acreditamos que, em democracia representativa, é nas suas instituições e pelas suas formas que a confiança ou a censura nos Governos se exerce.

Dir-se-á que o voto não liberta de nenhuma das servidões da vida de todos os dias. Replicaremos que proporciona a satisfação de não ter que sofrer a arbitrariedade de nenhum poder.

Por isso não somos, em princípio, contra o criar num Estado democrático mecanismos para a sua defesa. Pelo contrário, reconhecemos certas situações em que o Estado se encontra desarmado e em que a própria independência nacional é posta em causa.

É, porventura, uma questão de medida.

Como escreve um constitucionalista contemporâneo: «É (...) ao homem — tanto a cada um de nós como à comunidade que formamos — que compete impedir que, embora imaginado para nos furtar à arbitrariedade dos chefes (o Poder democraticamente constituído), se transforme num instrumento opressivo de um conformismo anónimo.»

Magalhães Mota

IMAGINÁRIO HISTÓRICO, IMAGINÁRIO POLÍTICO

Fernando Marques da Costa

IMAGINÁRIO HISTÓRICO, IMAGINÁRIO POLÍTICO (*)

Vêm aí anos difíceis. Apaixonantes, sem dúvida. Mas difíceis, polémicos, talvez mesmo contraditórios. A história voltará a estar no centro das atenções como fonte e forma de definição e projecção de uma *Imagem de Portugal*. Uma vez mais, política e história cruzarão os seus discursos. Polemicamente? Talvez. A política, até à data, não tem razão de queixa dessa conjugalidade forçada. O dote tem sido farto e o investimento frutuoso. Mas a história, essa, não pode dizer o mesmo. E Portugal, que a tudo tem assistido no silêncio da sua imaterialidade, continua a ser pai legítimo e legitimador de discursos antagónicos sobre o seu vetusto passado e sobre as directrizes que deste se querem fazer emanar para a política que modela o presente.

O fim do Império colonial; as necessidades de estabelecimento de um modelo de relacionamento com os países que então conquistaram a independência; a adesão às Comunidades Europeias e, mais recentemente, os problemas de definição de um relacionamento bilateral Portugal-Espanha, tornaram comum nos últimos dez anos a expressão: *necessidade de redefinição da posição de Portugal no Mundo*. Este confronto com novas alterações é forçosamente um discurso sobre a individualidade, a diferença, o eu histórico. E disso, hoje, não podemos fugir. É um processo irreversível, até poque é, independentemente do seu resultado, um processo necessário, que se encontra aliás numa fase já adiantada de gestação.

Em breve, a reabertura da negociação sobre a revisão do Acordo Ortográfico, por um lado, e a intensificação das comemorações das descobertas acelerarão esta tendência. E os sinais exteriores desse movimento são cada vez mais, e mais intensos, qualquer que seja o quadrante para onde se olhe.

(*) Comunicação apresentada no Encontro «A Construção Social do Passado», organizado pela APH.

De áreas tão diversas como a séria e sólida investigação histórica — a obra do Prof. José Mattoso, *A identificação de um País* — à estratégia de defesa — os textos do Comandante Virgílio de Carvalho sobre os *Objectivos Nacionais Permanentes*, recentemente sintetizados num livro expressivamente titulado *Cumprir agora Portugal* — ou os partidos políticos, vêm sinais desse movimento de reflexão sobre Portugal. Quem não se recorda dos «slogans» da última campanha eleitoral: PRD — Mais *Portugal*; PS — *Portugal* para Todos; PSD — *Portugal* não pode parar; CDS — P'ra *Portugal* crescer; CDU (PE) — Para defender *Portugal*; MRPP — *Portugal* não pode continuar a emigrar; UDP — *Portugal* sim, dependência não; PPM (PE) — Olá Europa, Viva *Portugal*.

E, a par disso, a celeridade com que se produzem histórias de Portugal, para adultos ou crianças, o calor ou o desinteresse, que são ambos expressão de um mesmo fenómeno, com que se encaram as consequências do Acto Único Europeu (problemas das fronteiras como símbolo de identidade e autonomia) e até o recente colóquio organizado pelo Gabinete de Estudos Simbólicos, da Universidade Nova, sobre Memória da Nação, e esta iniciativa que aqui nos reúne, são já muitos, mas apenas alguns dos sinais dessa reflexão sobre Portugal.

Política e História, investigação científica e divulgação, imaginário histórico e imaginário político, tradição e progresso, vão de novo ser focos de um debate intenso a que as comemorações das descobertas darão um sentido final.

Mas desta vez existem duas novas condicionantes que podem influir significativamente nos resultados finais. Em primeiro lugar, a longa temporalidade das comemorações que se avizinham condiciona, num regime democrático, a apropriação legitimadora do discurso sobre a história. Os governos hão-de-se suceder. De sinal diverso. Transportando consigo influências e tradições culturais diferentes. Ainda que dominados, todos eles, pela necessidade de produzir um discurso sobre Portugal.

Por outro lado o discurso que se produzir, qualquer que ele seja, será desta vez dominado pela necessidade de construção de uma *imagem externa de Portugal*. Não será, do meu ponto de vista pela primeira vez, um discurso para consumo exclusivamente caseiro, para legitimação apenas face à soberania, mas essencialmente, até na origem da motivação, face ao exterior: à Europa; à África; ao Brasil; à Espanha e até face ao Oriente de onde

partiremos em breve para ficarmos de novo confinados a uma única península e a um único oceano.

E mesmo as mais poderosas pulsões internas para essa reflexão nascem não de problemas ideológicos, isto é, de disputas de legitimação e legitimidade, mas da necessidade de reforçar o sentido da unidade nacional de um território disperso.

Talvez seja por isso possível pensar que existe pela primeira vez a possibilidade de produzir um discurso não dicotómico sobre a memória histórica, que integre num património colectivo *toda a diversidade do Portugal que houve* e não apenas, como dantes, e até hoje, uma parte dele contra a outra, e esta forçosamente contra aquela.

É por isso necessário procurar as raízes e as marcas dessa tradição. Os sinais que ficaram na memória colectiva, mas também as tradições dessa conflitualidade assumidas pelas diversas famílias políticas e, necessariamente, as sombras de tudo isso projectadas nas escolas historiográficas.

Se é certo que o confronto entre a tradição e o progresso na esfera do político criaram tradições históricas diversas, através das quais se procuraram legitimar, e que se consolidaram em memórias históricas e hagiografias distintas, não é menos verdade que para tal convergiram num ponto que assumiu uma dimensão totalitária: a *decadência*, a *crise*, versus a *restauração*, a *regeneração*, tudo isto entendido com sinais contrários nas responsabilidades a atribuir e nas lições a tirar da história para a salvação nacional. Todo o discurso sobre o passado, quer à esquerda quer à direita, se me permitem que ponha a questão nestes termos, é um discurso sobre a decadência e a salvação que produziu por isso um bicentrismo nos ciclos de apogeu e declínio, ou, quando convergem, como no caso das Descobertas, nas causas do descarrilamento.

É certo que a história arrasta uma cruz da qual não se pode libertar: a sua função de memória colectiva. E necessariamente, da função da memória colectiva. Porém, não interessa aqui procurar a genealogia exaustiva desses outros problemas. Não deixo apesar disso de referir a situação em que cedo se viu envolvida a Academia Real da História Portuguesa mal foi fundada por D. João V.

Fr. António de Brito ao ser incumbido de biografar D. Pedro I achou por bem perguntar primeiro qual dos epítetos devia tomar como orientador do seu trabalho: *Cruel ou Justicioso*? José da Cunha Brochado foi relator

da resposta à prudente pergunta e zurziu o cauto com as luzes da época, explicando-lhe, justamente, que o objectivo da Academia era tentar corrigir os dislates panegiristas ou caluniosos dos cronistas, mesmo dos mais afa-
mados, através de uma história objectiva, e não prolongá-los em novas ver-
sões da época.

Mas o problema de fundo não está na passagem da história crónica à história ciência, e por isso a questão da apropriação da história como memória legitimadora, no sentido que ainda hoje tem, só se coloca forçosamente no seio do processo político de derrube da sociedade de Antigo Regime. Pombal, por exemplo, não sente a necessidade de produzir um discurso sobre a História, porque não existe no seu tempo uma querela sobre a natureza do regime, logo não existe uma querela sobre legitimação. E no que dizia respeito ao poder absoluto Bossuet fixara o modelo desde 1681 no *Discours sur l'Histoire Universelle*.

É a revolução liberal que pela sua própria natureza levantará uma nova ordem de problemas, que ficarão inscritos na cultura e nas mentalidades, e se reproduzirão até ao presente. A polémica entre *Tradição* e *Progresso* ganha aqui a sua dimensão contemporânea, a sua expressão política, a sua componente social. O discurso sobre a *Nação* torna-se irreversivelmente *múltiplo* e fica definitivamente atravessado pela conflitualidade política e social. O próprio movimento cultural do romantismo retira a história do estrito universo da erudição académica, envolvendo-a no quotidiano cultural.

A polémica teórica em torno dos fundamentos do novo regime, e em especial a que se refere à forma de convocação das cortes e à capacidade de representação, é de parte a parte argumentada sobre a tradição.

O discurso nacionalista funda-se assim no seio de uma realidade política e social dicotómica, associada à Revolução-Progresso e à Contra-revolução-Tradição. E é à história que sucessivamente se recorre quando há que legitimar o processo político como ficou claro, por exemplo, no trabalho de Fátima Bonifácio sobre o movimento setembrista: a utilização do símbolo da Batalha de Ourique como forma de dar espessura histórica à utilização do conceito de soberania popular.

Mas é também no liberalismo inicial que nascem alguns dos grandes temas que se manterão como polémica constante quando analisados na longa duração, e que são sucessivamente utilizados como instrumentos de acção política. A *Inquisição*, num diálogo mais vasto entre *Liberdade*, *Ordem* e

Progresso; o *Congreganismo*, como primeiro passo de uma questão religiosa, independentemente dos motivos políticos que lhe dão origem, e a *Martirio-logia*, como início de uma panóplia de onde se irão retirar importantes elementos de futuras hagiografias.

Mas, sobretudo, é aí que ganha corpo e cartografia a consciência de uma fractura social como expressão da dicotomia Tradição/Progresso. O liberalismo olha da cidade, do centro, com suspeição para os campos, onde o sr. D. Miguel incendiava vontades, tal como décadas depois os republicanos temerão o campo, coutada, segundo eles, da reacção clerical. Tal como os rotativos finais recearam a cidade, alfobre onde fervilhava o barrete frígido da temível república e a heresia ateísta, tal como anos depois o Estado Novo valoriza o campo e os seus valores, suspeito ainda do tecido social menos controlável das urbes.

E todo esse confronto entre focos de revolução e contra-revolução (tradição e progresso) teve consequências constantes na formulação das leis eleitorais e no desenvolvimento do processo demorático em Portugal. Ainda recentemente, é pela mesma lógica que o MFA lançou de imediato as suas campanhas de dinamização cultural bem no interior rural, recuado e carente, subdesenvolvido e culturalmente dependente, como forma de tentar consolidar a revolução.

Será, contudo, necessário esperar pelo positivismo e pelo krausismo para encontrar a fundamentação filosófica que sustentará teoricamente as duas correntes que por comodidade se podem sintetizar no confronto entre os lemas que se tornarão bandeiras constantes. *A Liberdade, Igualdade e Fraternidade* contraporá o krausismo *Unidade, Variedade e Harmonia*, prolongando duas concepções que têm a sua origem na Revolução Francesa.

Comte, Krause, Carlyle e Marx marcarão profundamente os movimentos culturais que sustentarão diversas correntes políticas. Em Portugal coube a Teófilo Braga, mais próximo talvez de Littré do que de Comte nalguns pontos fundamentais, a formulação clara, à luz dos princípios positivistas, de um modelo de apreciação da história como instrumento legitimador da política e dinamizador da acção de massas.

Teófilo Braga funda a *ciência do comemorativismo* num livro paradigmático «Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas» (Porto, 1884):

«Hoje, as comemorações cívicas vêm completar as festas nacionais, cujas origens se ligavam quase sempre às lutas que procedem toda a independência.

Esta necessidade dos espíritos foi reconhecida e dela se apropriou a Igreja que deu um carácter religioso a um certo número de costumes do povo» (...) (p. 143). «O catolicismo compreendeu esta necessidade estabelecendo as festas populares dos Santos que reagiam contra a tendência dispersiva da Idade Média; as monarquias, pelo fausto deslumbrante do cesarismo, impuseram-se à veneração dos povos pelas estrepitosas paradas militares, pelo ouropele das púrpuras e dos diademas, mas no íntimo sem intuito nem sentido moral, acabando por encobrir a palhaçada com as despesas monetárias que activaram a ruína» (p. 226).

«Vê-se portanto que a vida afectiva que é a base de toda a unidade nacional precisa de ser disciplinada com o mais poderoso estímulo da sociabilidade» (p. 227). «Não acompanhamos a concepção teológica de Comte em quanto às suas formas de religiosas mas reconhecemos que nas sociedades modernas alguma coisa se passa, que tendendo a satisfazer a necessidade de sentimento, vai ao mesmo tempo substituindo as religiões. A síntese activa está sendo realizada nas Exposições, formadas pelos produtos dos esforços pacíficos; síntese afectiva, correspondendo às novas noções morais da solidariedade humana, manifesta-se pelos Centenários dos Grandes Homens ou dos grandes sucessos; a síntese especulativa como reconhecimento geral do poder espiritual da Ciência, efectua-se por meio dos Congressos em que a Pátria se alarga na Humanidade.

O sentimento de veneração é uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas; sem ele a ordem seria uma violência material e nunca um acordo harmónico das vontades. (...) À veneração prestada à idade no regime patriarcal, sucede a veneração prestada à força, no regime heróico e aristocrático, ou acidente do nascimento, como vemos ainda nas famílias dinásticas. A civilização vencendo a estabilidade dos seus elementos tradicionais confere a veneração ao merecimento. É neste momento da história que os Centenários dos Grandes Homens se tornam a síntese afectiva desta nova concórdia moral» (p. IX).

«À medida que os povos vão constituindo uma colectividade pelas relações comerciais e jurídicas, pela comunhão científica e pelas vantagens industriais caem as barreiras materiais que separam as Nações; o homem sente-se solidário perante a Humanidade e o velho preconceito, tão deploravelmente explorado de patriotismo, disciplina-se na conservação e desenvolvimento da característica nacional.

(...) À medida que a solidariedade humana se alarga, o agregado nacional mantém a sua fisionomia própria como fator histórico de progresso» (p. 4).

(...) «Os Centenários dos Grandes Homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o génio que é a síntese do seu carácter nacional (...). (...) São os laços por onde esses povos mantendo o seu individualismo nacional se prendem ao grande conflito da história como esforços colectivos que conduziram para a noção da Humanidade que se afirma (pp. IV-V).

Sem o conhecimento da sua história nenhum povo pode lutar pela liberdade; e uma única razão nos explica porque é que Portugal desde 1823 perdeu essa liberdade reivindicada pela honrada revolução de 1821, e foi sempre ludibriado pelo constitucionalismo brigantino nas datas afrontosas de 1828, 1842, 1836 e 1847 e ainda a contar de 1851: é porque as gerações que agora se extinguem ignoram profundamente a nossa história. É esse conhecimento crítico do passado que estimula hoje a expansão das aspirações democráticas, que lhes dá a a força de uma opinião, a qual um dia se tornará efectiva restituindo a Portugal a sua soberania» (p. 20).

«Para que Portugal reviva é necessário despertar a mais fecunda de todas as energias — a iniciativa individual, e eliminar por ela a constante intervenção do governo, que funda a sua força no centralismo absorvente, na regulamentação impertinente, e na apatia forçada de toda a boa vontade» (pp. 60/61).

Este modelo sobreviverá aliás ao movimento político e cultural que dele primeiro fruirá: o republicanismo. O Estado Novo fará dele um poderoso instrumento de propaganda legitimadora dos fundamentos do regime, não por comungar da mesma tradição cultural, nem por se inserir na mesma família política, não por se utilizar do mesmo arquétipo histórico, mas porque o positivismo republicano serviu para construir um primeiro discurso nacionalista que envolve na sua formulação dois conceitos decisivos para o Estado Novo: o de *Unidade* necessária à superação da decadência; o de *Ultramar* associada à grandeza nacional.

As tensões teóricas e culturais no seio do movimento republicano carregam para dentro do comemorativismo e do arquétipo legitimador então formulado uma diversidade de elementos que virão a ganhar expressões contraditórias, mas, sem que isso influa, lançarão e divulgarão, no primeiro

movimento de propaganda de massas uma semente de que Salazar colherá os frutos.

A questão do *Ultimatum* sobreexcitará as atenções para os Heróis das campanhas ultramarinas. O *Centenário de Camões* iniciará um movimento de integração da literatura como parte essencial nos modelos legitimadores. A *Hagiografia republicana* lançará decisivamente a iconografia das tradições históricas. A instituição e a propaganda de um maniqueísmo casuista sedimentarão a percepção de hiatos de sentido na sequência do processo histórico. A utilização, por exemplo, de reproduções de gravuras genuínas dos processos da Inquisição, como forma de excomungar a causa de um dos males nacionais, e servir de emblema à questão religiosa da I República, ao criar um *corpus* dogmático, abre necessariamente caminho à fácil transposição para a verdade inversa quando alguém questiona a sua própria fé.

É também durante a República que se estabelece a primeira associação objectivamente instrumental entre um vulto do passado e um político do presente, como forma de dar consistência histórica a uma proposta política. A associação entre *Pombal* e *Afonso Costa*, assumida pelos republicanos e reforçada pelos seus opositores, culminará na reprodução do quadro de *Pombal* a expulsar os jesuítas, com a transformação do seu rosto no do líder dos democráticos, tal como anos mais tarde se divulgaram inúmeros postais com *Salazar* travestido de *Afonso Henriques*.

Mas o mais importante é que estas associações serviam simbolicamente para transmitir a necessidade de *subordinação das partes ao interesse do todo* em estrita articulação com um discurso sobre a *autoridade*.

Desde o início do século XX que é evidente um problema de método na condução dos negócios do Estado. Há uma percepção convergente por parte de várias correntes políticas da incompatibilidade entre a necessidade de superação da crise nacional e a conflitualidade política. João Franco, Basílio Teles, Alfredo da Silva, Afonso Costa, Sidónio Pais, Oliveira Salazar, os seareiros e tantos outros, acabam sempre por ir bater a este ponto, apesar das divergências óbvias que os separam em tradições e propostas políticas diversas.

Se uns apelam abertamente à ditadura e outros apenas à autoridade, se uns invocam a necessidade de unidade táctica, como forma de derrotar inimigos comuns, e outros assumem a repressão como forma de alcançar idêntico objectivo, todos, no fundo, acabam por reflectir sobre a mesma questão.

Afonso Costa não preconiza a ditadura, mas formulou, como nenhum outro, o *problema da unidade* como condição necessária à sobrevivência da República. Os apelos constantes, desde o Congresso de Setúbal, à *União* das diversas tendências em torno do PRP e, depois, a utilização política das ameaças externas ao regime como forma de combater os seus adversários e mobilizar massas, não se constituíram nunca em apelos objectivos ao partido único, mas abrem caminho à formulação dessa solução.

O Estado Novo irá equacionar de uma forma ampliada, acabada, coerente e global um discurso sobre a tradição nacional, fiel ao velho modelo teórico positivista, ainda que servindo objectivos políticos de sinal contrário ao do movimento republicano que o antecedeu no poder e na utilização. Mas é porque esse modelo existia já, e sobretudo porque ele tinha sido já utilizado, como forma de propaganda de massas, que ele ganha a eficácia que lhe é indiscutivelmente reconhecida e, mais do que isso, que o seu nacionalismo não só não provoca as reacções que se poderiam supor como serve mesmo de instrumento de integração no regime de muitos republicanos e monárquicos.

O modelo histórico do Estado Novo, ao contrário do republicano, que assenta na ruptura com a tradição, inserindo-se numa genealogia estritamente liberal, pode assim percorrer toda a diacronia histórica, da fundação da nacionalidade à contemporaneidade, construindo positivos e negativos que servem para legitimar a política oficial do regime e, sobretudo, que permitem realçar o papel do indivíduo na história por oposição ao papel das massas. É também no corporativismo medievo que o modelo do Estado corporativo vai procurar a sua legitimação, como forma de contornar o debate teórico do século XIX que por motivos evidentes não interessava reavivar.

Expansão/ /Colonialismo	XIV/XVI XIX/XX	D. Henrique M. Albuquerque
Corporativismo	XIV — XX	Casa dos 24
Independência	XII (1140) XIV (1383) XVII (1640)	A. Henriques D. João I D. João IV
Independência/ /Expansão	XIV/XV	F. Lopes Camões

D. Afonso Henriques, D. João I, D. Henrique, D. João IV, Fernão Lopes, Camões, etc., são o novo friso historiográfico que destrona o «panthéon» da esquerda anticlerical e jacobina. Têm a enorme virtude de serem figuras serenas, pela distância histórica em que existiram, se bem que nada inocentes no novo papel que desempenham. O Estado Novo evitou abertamente tomar partido na querela entre as diversas genealogias políticas do processo do liberalismo, procurando sobrepor a tudo momentos fundadores da nacionalidade e da expansão.

Nos discursos que Oliveira Salazar pronunciou sobre as grandes comemorações históricas é fácil detectar a continuidade da problemática do comemorativismo:

1. *Centenário da Batalha de Aljubarrota*

«A aspiração de seguir seu rumo histórico sem sujeição a rei estrangeiro, gravaram para sempre Aljubarrota no espírito da Nação e fizeram desta data a verdadeira festa da independência pátria» («Discursos», 1937, Vol. II, p. 53). «Que importa que no presente momento histórico não seja igualmente vista por muitos a necessidade e grandeza da obra nacionalizadora em marcha, se o povo tem a intuição duma época decisiva da nossa vida e de que por este caminho se retoma o velho rumo da história pátria? Eis porque se pensou que a festa de hoje deveria ter o cunho de festa popular» (idem p. 23). «Por estes motivos os sítios de Aljubarrota e a Batalha deviam ser os lugares entre todos os eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no próximo ano ali acoressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhar de portugueses de hoje, sobretudo a mocidade, para verificar e robustecer, ao calor dum passado histórico, a sua devoção patriótica» (idem p. 55).

2. *Duplo Centenário*

«[objectivo] (...) dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua história — que foram simultaneamente oito séculos da história do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência.» «Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa da família, [a síntese afectiva dos positi-

vistas] não interessam só à capital: a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela» («Discursos», Vol. IV, p. 43).

«(...) o castelo que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas» (idem p. 44).

E na literatura da época, em cada nova comemoração, estes temas são abundantemente glosados:

«Hoje é o ano do grande aniversário. A família junta-se toda à volta da lareira comum» (Gustavo de Matos Sequeira, «Biografia de Lisboa», in *Programa Oficial das comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa*).

«E para que os prestígio do grande feito heróico não deixe de dominar toda a acção, a mocidade fará uma velada no Castelo. As suas vozes de «alerta», o ruído das suas armas, «se lá no etéreo assento memória desta vida se consente» hão-de chamar os heróis mortos; hão-de chamar a proteger esta terra bendita as sombras errantes dos grandes cavaleiros que por Lisboa morreram ou se encheram de cicatrizes» Urbano Rodrigues, «Pano-rama Geral das Festas», in *idem*.

A História foi sobrevalorizada ao longo do Estado Novo, não apenas no seu fim político mais imediato mas, também, no mais lato de reconstrução de uma memória histórica, nova, diferente, fundada na unicidade inalienável à qual se submeteram, com gosto suponho, os historiadores oficiais do regime, e à qual se opuseram, com dificuldade conhecida, os outros, poucos aliás, mas indiscutivelmente mais dotados.

Por um efeito perverso do próprio modelo a ideologia oficial do regime e o seu arquétipo historiográfico acabaram no fundo por ampliar, a dimensões nunca alcançadas, a temática do decadentismo já de si vastamente glosada pelo movimento positivista. É que todo o discurso político (e histórico) produzido pela oposição teve que ficar também ele prisioneiro da dialéctica decadência/regeneração, mas entendendo-a necessariamente de modo vário nas causas e nas soluções. É um universo teórico de contrários simétricos que apropriou durante décadas o grosso da produção historiográfica.

A oposição ao regime continuou a cultivar a genealogia histórica da I República em oposição à do Estado Novo. De forma persistente visitaram invariavelmente os mesmos cemitérios nas mesmas datas, num culto pagão que era a resposta política à iconografia oficial.

A esquerda do movimento liberal, as tradições socialistas e republicanas, Inquisição e censura, Pide e Pina Manique, A Separação da Igreja do Estado e Pombal, o movimento operário e sindical, Damião de Góis ou Afonso Costa, serviram de instrumentos de um combate de sinal contrário que nas suas consequências talvez se possa afirmar, sem ofensa, que foi mais eficaz no terreno da história do que no da política.

O Passado, a memória histórica, mais do que o futuro, foi, em campos opostos, o território do combate ideológico, a sede e fonte das perspectivas políticas. No estrito domínio da produção historiográfica e para citar o Prof. Borges de Macedo num texto sobre Pombal, «as exigências práticas e propagandísticas têm-se tornado muito mais importantes do que a pesquisa ou a metodologia para a reconstituição da realidade. A historiografia portuguesa revela uma das suas mais significativas e persistentes deformações, que é a de poder transformar-se sobretudo numa arma de agitação e propaganda, uma espécie de *Dedução Cronológica e Analítica* prolongada até agora».

Mas a esta tradição dominante durante todo o período do Estado Novo e do Marcelismo, e mesmo durante algum tempo após o 25 de Abril, têm-se vindo a sobrepor novas correntes historiográficas de motivação menos política, mas nem por isso menos ideológica, como a de António Hespanha, por exemplo. Por outro lado, a necessidade de desfazer muita da mitologia histórica produzida à esquerda e à direita obrigou a investigações que desembocam em produtos finais de sentido menos globalizante e, portanto, menos apropriável politicamente. Está por isso aberto o caminho para integrar num património colectivo toda a diversidade do Portugal que houve.

Fernando Marques Costa

1988 — CRISE CULTURAL E REVOLUÇÃO CULTURAL

Adriano Moreira

1. Para começar, e apenas por razões metodológicas, adoptaremos um conceito operacional de cultura, para evitarmos as dúvidas que andam inevitavelmente ligadas à definição desse objecto, e que devem ser levantadas num foro e num plano diferentes dos estudos desta casa.

Também, e para limitar a arbitrariedade legítima na formulação dos conceitos operacionais, pensamos que é aceitável partir de uma definição consagrada nos dicionários técnicos, e escolhemos, como ponto de partida, a de Roger Scruton, que diz o seguinte: «in anthropology and sociology, «culture» denotes indifferently all manifestations of social life which are not merely concerned with the reproduction and sustenance of human beings. Thus customs, habits of association, religious observances even specific beliefs, may be spoken as part of a culture»; e acrescenta: «outside that wide, and perhaps over-wide, technical usage, the term «culture» is usually reserved for habits, customs and attitudes that are specific to leisure. In this usage it is common to distinguish «high» from «low» culture, the first requiring educational attainments for its exercise and an understanding, the second requiring no more than membership of society» (2).

Esta definição torna logo evidente que mesmo os *conceitos operacionais* precisam de ser *datados*, e acompanhados da indicação das coordenadas da população e do espaço, quando se trata de lhes dar conteúdo existencial.

Resulta isto do simples facto de que o fenómeno de *mudança* implica que a *contracultura*, entendida como projecto de substituição, pacífica ou violenta conforme as circunstâncias, métodos e agentes, pode transformar-se ela em *cultura dominante*, variando as coordenadas referidas; assim como os *sistemas culturais coexistentes* podem reciprocamente considerar-se *contraculturas*, separadas por fronteiras físicas ou em conflito dentro das mesmas fronteiras e sociedade global.

(1) Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional em 12 de Janeiro de 1988.

(2) Roger Scruton, *A Dictionary of Political thought*, Nova Iorque, 1982, pág. 109.

As guerras religiosas são um exemplo de ambas as espécies, porque produziram, ao longo dos tempos, graves conflitos internos e internacionais, com invocação legitimadora, por cada lado, de escalas de valores incompatíveis, com expressão correspondente na organização política, nos usos e costumes da sociedade civil, nas expressões artísticas de todas as espécies. Experiências de policiamento secular, como foi o da Inquisição que tão longamente vigorou e marcou a vida portuguesa, reconduzem-se a esse conflito; os fenómenos de discriminação, que marcam regimes políticos e sociais como o da África do Sul, testemunham a permanência do conflito, com a vigência dos mitos raciais; as chamadas *colónias internas* dos países europeus, determinadas pelas grandes migrações da força de trabalho dos países pobres para os ricos, estão a desenvolver confrontações do mesmo tipo; o *fundamentalismo* do Irão, que inquieta a segurança internacional, tem na base uma violenta condenação da ocidentalização da vida islâmica, tomada aquela como agressão intolerável⁽³⁾.

Esta relação entre a cultura e a contracultura, no seu peso social, é muito evidente na implantação do cristianismo como uma das raízes reconhecidas da cultura ocidental. Ocupando-se da *Histoire vécue du peuple chrétien*, escreve o autorizado Jean Delumeau: «de maneira que o observador sereno em face do cristianismo actual encontra-se, não diante da certeza de um declínio mas diante de uma interrogação sobre o futuro que reveste a forma de uma aposta. A mensagem de Jesus, durante os primeiros séculos da história cristã, difundira-se rapidamente quando nenhum poder a apoiava. Apenas a acompanhavam a fé e a devoção dos seus missionários, o contágio do exemplo e por vezes o sacrifício dos mártires.

No nosso tempo, ei-lo conduzido pelo curso dos acontecimentos à sua condição inicial, cada vez mais privado da força política e do brilho que conferem as riquezas. O Evangelho deve novamente fazer carreira só, sem procurar impôr-se nem violentar as consciências. Torna-se palavra de liberdade. É um sinal de morte»⁽⁴⁾.

(3) Para uma aplicação na ciência política, ver Eric Vegelin, *A nova ciência política*, Brasília, 1952, pág. 23. Diz: «esta situação foi criada pelo conceito positivista de que apenas as proposições relativas a factos do mundo exterior eram objectivas, enquanto que os julgamentos referentes ao ordenamento concreto da alma e da sociedade eram subjectivos».

(4) Jean Delumeau, *Histoire vécue du peuple chrétien*, Toulouse, 1979, I Vol., pág. 17.

2. Pondo entre parênteses o fenómeno permanente da mudança, e não considerando agora a intervenção do poder político neste domínio, é o valor atribuído à *herança cultural* que dá origem a um *conservadorismo* defensor da continuidade dos modelos criados, muito especialmente tendo em vista a, por vezes, chamada *alta cultura*, ficando por definir, em cada momento histórico e lugar, o conteúdo do conceito. Mas, em todos os casos, aparece o reconhecimento da superioridade dos valores que inspiram tal herança, e a sua importância para assegurar a estabilidade política e social.

Para exemplificação, porque é dos escritores mais típicos desta orientação, lembre-se Matthew Arnold, para o qual tal herança é uma garantia, para as futuras gerações, de assumirem uma ordem social racionalizada, valores humanos seguros, governo estável, e de estarem garantidos contra todas as formas de anarquia⁽⁵⁾.

Provavelmente a Inglaterra é o país onde este pensamento encontrou mais firme e continuada adesão, notabilizando-se nomes como os de Coleridge, Cardeal Newman, Carlyle, ou, nos Estados Unidos, T. S. Eliot, Andrew Carnegie, William Graham, Summer, Henry Adams e Brooks Adams⁽⁶⁾.

Quando esta atitude abstrai inteiramente do fenómeno da mudança, vai traduzir-se numa linha política *reaccionária*, e pode inspirar diversos totalitarismos; quando aceita aquilo que chamamos a *não exigibilidade*, isto é, que o exercício do poder não é compatível com a pretensão da eficácia sempre que se afasta demasiado do sentimento popular, adopta mecanismos receptores da evolução e das suas consequências globais⁽⁷⁾. De qualquer modo, apela para o voluntarismo, porque não ignora o fenómeno de que as culturas, como ensinou Spengler, nascem, têm um período de desenvolvimento, proliferação e morte⁽⁸⁾. Mas não entregam o destino da *herança* às determinações do historicismo, como parece aceitar Toynbee, lutam contra a mudança.

(5) Matthew Arnold, *Culture and Anarchy*, 1869, *passim*.

(6) Samuel Taylor Coleridge, *On the Constitution of Church and State*, 1830; Thomas Carlyle, *History of the french revolution*, 1837; Summer, *The forgotten Man and other Essays*, 1918; Henry Adams, *The degradation of the democratic Dogma*, 1919; Brooks Adams, *The teory of social revolutions*, 1913.

(7) A. Moreira, *Ideologias Políticas*, Lisboa, 1964, pág. 82.

(8) Spengler, *Le déclin de l'occident*, 2 Vol., Paris, 1948; Arnold J. Toynbee, *La civilisation à l'épreuve*, Paris, 1951; García Morente, *Lecciones preliminares de filosofía*, Buenos Aires, 1938, pág. 338.

Foi justamente a luta aberta contra os totalitarismos e contra o historicismo com que os relacionava, os quais não aceitam mecanismos de absorção da mudança, que deu celebridade à doutrina de Popper da «*sociedade aberta*», em favor dos «*inúmeros homens e mulheres de todos os credos, nações e raças, vítimas das crenças fascista e comunista nas Leis Inexoráveis do Destino Histórico*», combatendo as teses hegelianas sobre o nacionalismo, o Estado, a guerra, o papel dos carismáticos, a vida heróica, afirmando expressamente que o facto do progresso está escrito clara e extensamente nas páginas da história, mas o progresso não é uma lei da natureza»^(*).

Esta crítica procura demonstrar que se a lei do progresso liberal inevitável não tem fundamento demonstrável, também o mesmo não se encontra para o catastrofismo histórico marxista ou positivista. O voluntarismo, a decisão, o assumir a herança e a mudança, têm uma intervenção indispensável, ao mesmo tempo inovadora e defensiva.

3. A perspectiva historicista do marxismo, teoricamente afirmada e expressa no utupismo ideológico da vitória final do modelo soviético desenvolvido imparavelmente pela lógica objectiva, esteve sempre em conflito com o voluntarismo revolucionário leninista, que caracteriza a organização do partido interveniente, as suas estratégia e tácticas, os instrumentos totalitaristas de policiamento da evolução. E também com a aceitação da herança cultural do derrubado império, em tudo o que respeita à definição dos elementos básicos do Estado (população, missão colonizadora em relação às etnias submetidas, movimento expansionista, patriotismo). O objectivo da mudança afirma-se em relação aos valores repudiados, pelo uso da força, mas sem mecanismos de recepção da mudança quanto ao próprio modelo em expansão, que por isso mesmo se perfila totalitário.

Foi por isso, talvez, que Lenine introduziu a expressão *revolução cultural* na teoria revolucionária, porque o triunfo desta exigia simultaneamente a criação de *condições objectivas* (transformações materiais) e de *condições subjectivas* (a maneira como a realidade social é apreendida pelas populações), o que implicava a destruição da *cultura burguesa* que serve na sua tese de justificação à exploração do trabalho pelo capital.

(*) Popper, *The open society and its enemies*, Londres, 1945, passim. Ross Fitzgerald (org.), *Pensadores Políticos Contemporâneos*, Brasília, 1980, pág. 223 e segts.

Daqui resultou a notoriedade de Gramsci quando teorizou que a hegemonia dos valores burgueses na cultura global da sociedade, a qual deixou de poder ser vencida pela força das armas soviéticas quando os acordos do fim da guerra lhe estabeleceram uma fronteira no avanço em direcção ao Ocidente, deve ser destruída usando os próprios meios da *sociedade aberta* de Popper, implantando a hegemonia dos valores proletários mesmo entre os que beneficiam do sistema a destruir, para obter, designadamente, pelo consentimento, a revolução que a força não estaria em condições de produzir nas sociedades ocidentais ⁽¹⁰⁾. Logicamente, a importância assumida pela estratégia indirecta.

Outros, como John Stuart Mill (1806-73), procuram assumir os defeitos das virtudes existentes, e potencializar os factores do desenvolvimento e o triunfo das capacidades individuais, conseguindo «a cura da disputa permanente existente entre o capital e o trabalho, a transformação da vida humana, de um conflito de classes em luta pelos interesses opostos, para uma sociedade assente na busca do *bem-comum* de todos» ⁽¹¹⁾, repudiando que, como afirma Carl Marx, «no momento em que a civilização começa, começa a ser fundamentada no antagonismo de erros, terras possuídas, classes, e finalmente no antagonismo derivado do trabalho acumulado e o trabalho actual. Sem antagonismo não há progresso. É esta a lei que a civilização tem seguido até aos nossos dias. Até ao presente as forças produtivas têm sido desenvolvidas graças a este sistema de antagonismo de classes» ⁽¹²⁾.

A cultura não é uma herança, é um sistema de justificação da ordem existente que é necessário substituir. Exactamente o contrário de Jouvenel, para quem a capacidade humana de transformar o meio e a sua pessoal atitude entra em conflito com a sentida necessidade de estabilidade física e psicológica, mas é possível alcançar um equilíbrio que combina as melhorias com a mudança ⁽¹³⁾.

4. Sejam quais forem as perspectivas adoptadas, parece de aceitar, como facto, que o *voluntarismo* está presente em todas as formas propostas ou

⁽¹⁰⁾ Gramsci, *Écrits politiques*, Paris, 1974. Ver resumo em A. Moreira, cit., passim; conviria confrontar Louis Althusser, *For Marx*, Paris, 1965, e o seu crítico marxista E.P. Thompson, *The poverty of theory*, 1978.

⁽¹¹⁾ J. S. Mill, *Principles of Political Economy*, Vols. II e III, in *The Collected Works of John Stuart Mill*, Toronto, 1965, IV. VII 2, pág. 763.

⁽¹²⁾ Marx, *The poverty of Philosophy*, Moscovo, 1956, pág. 165.

⁽¹³⁾ Bertrand de Jouvenel, *L'Art de la Conjecture*, Mónaco, 1964, passim.

usadas no sentido de conservar, reformar ou revolucionar, o sistema cultural. E também que a expressão *crise* é comum a todas as tendências, quando formulam os seus diagnósticos e propostas, com o sentido operacional comum de a estudar como *um momento perigoso na evolução*, neste caso da *adequação entre as exigências da conjuntura e as respostas disponíveis*.

Para os fins desta exposição, e para o debate, tentaremos enumerar alguns dos pontos críticos dessa crise, servindo-nos de alguns depoimentos. Neste contexto, e sem valoração, podemos chamar *contracultura* a todos os *modelos de substituição daqueles que têm sido dominantes*, especialmente os que são sustentados pelo poder em exercício.

a) Não vamos referir nenhuma das formas que constam do texto de apoio, designadamente as sociedades contraculturais pelo exemplo ou pela pregação, as pregações individuais ou de sociedades messiânicas, o anarquismo pacífico ou organizado em guerrilhas ou terrorismo, a estratégia indirecta largamente versada nos cursos de defesa nacional ⁽¹⁾.

Começaremos por notar algumas modificações da sociedade civil que puderam ser testemunhadas pela geração viva, e absorvidas ou combatidas pela comunidade independentemente da atitude reaccionária, reformista ou revolucionária dos regimes políticos sucessivos.

Lembraremos, em primeiro lugar, a alteração da *família*, como *instituição básica* da vida social, ocorrida em menos de um século, e com expressão nos textos legais. Aquela qualificação é-lhe consagrada, de resto pela primeira vez em textos desta natureza, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU. Ao afirmar isto a Declaração tem em vista todos os tipos de família, de todas as culturas, mas interessa-nos apenas tomar algumas notas a respeito da família ocidental.

Ainda logo antes dos códigos civis liberais, que marcam a sua origem na Revolução Francesa, a família tinha uma definição, legal e de facto, baseada no direito canónico, que estendia o parentesco relevante, em linhas horizontais, até ao sexto grau. Não apenas a definição da fronteira do sistema, mas também a não existência de uma política ou de uma prática planificadora da família, faziam com que o grupo, assim identificado, fosse muito extenso, como acontecia que a preocupação da *linhagem* multiplicava a extensão efectiva do parentesco vivido, acrescentando a ilegitimidade não oculta e até manifestada.

(1) Adriano Moreira, *Ciência Política*, Coimbra, 1984, pág. 193.

Era legalmente uma família monogâmica e indissolúvel, com um regime de propriedade tendente a perpetuar a matriz da instituição, designadamente pelo morgadio, e algumas normas culturais, como a dos apelidos, que assentava na linha varonil a identificação, e defendia com normas severas, umas legais e outras costumeiras, a circulação das mulheres virgens para família diferente.

No escasso tempo decorrido, a família tornou-se dissolúvel pelo divórcio, a monogamia legal é uma monogamia sucessiva, o parentesco passou a contar-se verticalmente até ao sexto grau, a prática do planeamento familiar legalizou-se, o próprio aborto adquiriu legitimidade, as relações vividas do parentesco tenderam para se restringir mesmo dentro da nova restrita fronteira legal do sistema, o companheirismo avança para a igualdade com o casamento, a família tende para ser um conjunto de descendentes da mesma mãe mas com vários pais, ou de um pai que ressuscita o fenómeno colonial do povoador, com a diferença de não reservar direitos sobre as muitas reprodutoras.

A contracultura de há um século articulou-se validamente ao sistema cultural, com manifestações irrevogáveis no estatuto das mulheres, no pudor, no vestuário, no trabalho, e assim por diante.

Pelo que respeita ao direito à vida, que desde o direito romano protegia *concepturos* e *nascituros*, não apenas os avanços da engenharia genética desactualizaram aqueles conceitos que apenas tinham em vista a ligação sacramentada do homem e da mulher, como o direito de dispor do próprio corpo avançou até ao aborto livre decidido pela eventual mãe, a eutanásia encontra justificação social quando a não tem legal, a disponibilidade dos diminuídos que sejam um encargo social foi acolhida por regimes totalitários vencidos e não perdeu defensores, o regime penal torna-se progressivamente permissivo abrandando as repressões dos atentados criminosos, o que tudo traduz uma dialéctica entre a dimensão da liberdade de viver segundo padrões inovadores e o direito à vida segundo padrões que restringiam a expansão daqueles.

O direito de propriedade, factor da felicidade dos homens segundo os liberais, partindo do conceito absoluto que o estendia, quanto ao solo, aos céus e aos infernos, viu o sistema cultural sucessivamente alterado pela recepção da função social da propriedade, pelo aumento da quota social expressa nos vários impostos em que avulta o crescimento dos direitos sucessórios, pelo avanço das formas de propriedade colectiva privada dos meios de produ-

ção, e pela colectivização estadual da economia com várias denominações ideológicas.

O teor contratual da vida civil, que também foi uma trave mestra fundamental da revolução liberal, reduzido essencialmente à fórmula de dar para fazer, de fazer para dar, de dar para dar, ou de fazer para fazer, com as cláusulas livremente acordadas, tendeu para a simples adesão a tipos contratuais mais conhecidos pelos usos praticados do que pelo estipulado, e para a inversão do mercado, que já não é determinado sempre pela procura, é condicionado pela oferta que impulsiona e dirige o consumo, programando as necessidades, os gastos e as opções.

b) Estes exemplos servem-nos apenas de partida para abordar alguns dos pontos críticos da crise cultural em que a variável do poder político é interveniente, como agente activo ou passivo. O mito do milénio activa o interesse mundial pelo exame da crise, mas não é de supor que a passagem do século, em si mesma, tenha influência no processo.

A primeira questão é talvez a do relacionamento de uma cultura que se formou em círculos identificáveis, com as fronteiras dos sistemas sucessivamente derrubadas para se organizarem outros sistemas obedientes à lei da homologia, até chegar um tempo, que é o nosso, em que a unidade do mundo, ou o mundo como fronteira única de um sistema, parece não apenas acontecida, mas progressivamente assumida. Essa unidade, que poderia pelo menos ser superadora do relacionamento conflituoso tradicional, tem correspondência num *património cultural comum* da Humanidade?

A *História da Humanidade*, que a UNESCO organizou, destinou-se a identificar esse núcleo, mas não parece que tenha produzido alguma descoberta de modelos com peso social à dimensão da unidade do mundo. Esta unidade teve expressão vivida na configuração dos teatros estratégicos de duas guerras, ambas de origem europeia, em 1914-18 e 1939-45; teve expressão nos serviços que não dispensaram a totalidade do espaço, como as comunicações e a informação; teve expressão na explosão científica e técnica, que expande os efeitos à totalidade do género humano, mas reserva as fontes para centros dominantes: mas não tem expressão numa ética mundialmente aceite, não a tem num direito a que se refiram as decisões de todos os centros políticos, não a tem numa cultura correspondente ao conceito operacional de que partimos ⁽¹⁴⁾.

⁽¹⁴⁾ *Historia de la Humanidad*, Unesco, 1963, 12 vols.

Não faltam todavia as expressões apologéticas no sentido de substituir a soma de culturas paroquiais, ciosas da soberania que porventura exibem mas esvasiada do conteúdo primitivo, por uma articulação correspondente à unidade mundial, invocando as ameaças que são de todos, o alargamento da área da submissão ao acaso dos acidentes da explosão científica e técnica, o risco ecológico causado por uma anarquia do desenvolvimento comandado por egoísmos contraditórios, a disparidade entre as sociedades afluentes e as condenadas da terra, a necessidade da convergência das igrejas, a fome dos homens por direitos concretos e não abstractos.

Será isto uma contracultura necessária, ainda apenas pregadora quando não combatida? A cultura do universal não está implantada, e o combate contra o paroquialismo não se fará sem destroços.

Alguns são visíveis em formas de acção que avaliamos como retrógradas em relação ao avanço que alcançara o mundo compartimentado, manifestação de um novo anarquismo contraditoriamente planificado, como o terrorismo com ou sem apoio estadual, que viola e destrói valores adquiridos em nome de projectos para uma vida onde os mesmos florescessem mais abundantes e melhor repartidos⁽¹⁵⁾.

Outras manifestações, violentas também, procuram destruir a cultura política e civil do mundo paroquial porque a não consideram autêntica, estendendo ao todo a condenação de partes, como aconteceu com o mundo colonial consagrado pelas democracias ocidentais a partir de 1885, confundindo muitas vezes a ideologia política com a cultura e suas leis, ou não admitindo, na sua perspectiva, que possa haver separação entre ambas. Parece o caso do *fundamentalismo* do Irão, raivoso não apenas da dependência política externa, mas também do que considera agressões ocidentais à sua herança cultural religiosa. Toda a ocidentalização é considerada uma anti-cultura condenável, a exigir uma sangrenta revolução purificadora no interior das fronteiras da soberania, uma expansão libertadora em relação aos territórios islâmicos submetidos a soberanias alienígenas, uma pregação universal

(15) Che Guevara, *Textos políticos e sociais*, S. Paulo, 1987, pág. 94: «estamos no final de uma era, e não só aqui em Cuba. Por mais que se diga o contrário, e que alguns esperançosos assim pensem, as formas de capitalismo que conhecemos, e nas quais fomos criados, e sob as quais sofremos, estão sendo derrotadas em todo o mundo». Jean Baudelaire, *America*, Barcelona, 1987, pág. 162: «please, revolution!».

da fé revelada pelo profeta ⁽¹⁶⁾. E usando a técnica militar da ocidentalização que condenam.

O renascimento do *regionalismo*, que exige não apenas o reconhecimento das identidades culturais subordinadas em geral, com autenticidade ou sem ela, ao valor do *Estado-Nação*, exigindo formas descentralizadas, autónomas, ou independentes de gestão, ao mesmo tempo que destrói essa forma cultural e política de viver que é o *Estado* burocraticamente centralizado (Weber), parece querer implantar células de base mais facilmente articuláveis com o universal, ou com os patamares do universal que são os grandes espaços económicos, culturais e políticos. Uma vez violentamente, como no território da Irlanda do Norte, das Astúrias, dos Arménios, dos Palestinos, dos Ibos, dos Nagas; outras por métodos pacíficos como acontece com as nacionalidades espanholas e com as autonomias insulares portuguesas; outras semanticamente, como se passa com as nacionalidades da estrutura soviética: — a cultura do universal parece clamar pela pulverização da cultura política secular que produziu o Estado soberano do século XVI, ressuscitando a vitalidade criadora dos núcleos primitivos para destruir os sistemas agora acusados de paróquias e que resistem à implantação dos modelos mundializantes ⁽¹⁷⁾.

Se quisermos, sempre pela inevitável necessidade de sistematizar, com violência do real, podemos referir as contradições existentes a dois grupos de pensamento que foram chamados a *nova esquerda* e a *nova direita*.

c) Pela década de cinquenta, em face de um generalizado sentimento de frustração que os factos soviéticos conhecidos provocaram entre os que adoptaram a perspectiva marxista, apareceu na Inglaterra a *New Left Review*, que se tornou na mais expressiva voz desse revisionismo.

⁽¹⁶⁾ Amir Thaei, *Khomeiny*, Paris, 1985, pág. 18: «uma história do Imã e da sua revolução seria incompleta se deixássemos passar em silêncio a grande ambição da cultura islâmica: levantar o estandarte da revolta nos países muçulmanos, da Indonésia até Marrocos, derrubar os seus governos e criar um Estado islâmico universal capaz de fazer face às duas «superpotências satânicas» que são os Estados Unidos e a União Soviética».

⁽¹⁷⁾ Karl Jaspers, *Psicologia de las concepciones del mundo*, Madrid, 1967: «O autoritarismo, inclusivamente de grande variedade, é a moldura em que viveram os homens do passado em maioria esmagadora. Tem a maior força de fixação, pode agravar as ameaças de tal modo que muitos experimentam e desejam como sociedade um algo incondicionado... como fenómeno de massas, a libertação do autoritarismo conduziu, até agora, na história, a maioria dos homens ao nihilismo, não ao espírito». Pág. 416; Herbert Marcuse, *Razão e Revolução*, Rio de Janeiro, 1978, para uma visão da presença hegeliana e marxista nas correntes directoras das várias acções de mudança.

Essa manifestação, menos evidente nos EUA, abrangeu em França o existencialismo de Sartre e os novos filósofos esquerdistas que tinham vivido a resistência, tendo uma expressão no histórico movimento estudantil de 1968, chamando por *L'imagination au pouvoir*, pela democratização de todas as instituições e pela eliminação do poder estabelecido em todos os níveis⁽¹⁸⁾.

As críticas aos seus autores mais identificadas, como Raymond Williams, Perry Anderson e E. P. Thompson, consideram a nova esquerda mais como uma expressão dos ressentimentos e dores do mundo negativo dos sistemas vigentes, dos condenados da terra, do que como veículo de proposta para a construção de um mundo socialista, de qualquer das vias socialistas. Na forma extrema da crítica, uma contracultura sem proposta alternativa.

d) Como contraposição, a expressão *Nova Direita* pretende corresponder ao ressurgimento de um pensamento anti-socialista em todas as suas formas, com manifestações marcantes nos países ocidentais, designadamente em França, Inglaterra e Estados Unidos da América, e reflexos em muitos outros países⁽¹⁹⁾.

Por um lado, os dissidentes soviéticos, como Milosz, Kolokowski, ou Soljenitsyne, cujo pensamento denunciador e crítico é sublinhado pelos grandes meios de comunicação social, sendo figuras permanentes da imprensa e da televisão, em artigos, entrevistas, comentários de terceiros, para além da obra individualmente publicada. No seu teor essencial não separam o estalinismo brutal, denunciado no XX Congresso do Partido pelo célebre relatório de Krushev, do próprio marxismo que consideram a premissa maior dessa cultura desumanizante e negadora dos direitos fundamentais do homem: as mortes, os exílios, o desaparecimento de nacionalidades completas, os asilos psiquiátricos, a expropriação da liberdade dos países satélites, o expansionismo imperial, levam a qualificar a área como dominada por uma contracultura inspirada nos valores negativos daqueles que decorrem da dignidade do homem, como no Ocidente, e instituições mundiais, como a ONU, a entendem nos seus textos programáticos. Tudo em contradição

(18) Bernard Brown, *Great American Thinkers*, 2 vol., N. I., 1983, ver o resumo de «*Critique*» red. e «*Saint Genêt*» em R.D. Laing e D. Cooper, *Reason and violence*, Londres, 1964. Ver em Franz D. Fanon, *Les damnés de la terre*, a aceitação de que a violência revolucionária é «uma força pacificadora».

(19) *Legado Político do Ocidente*, Rio, 1978, org. por A. Moreira, Veloso Albuquerque, A. Bugalho.

com a verdadeira cultura do povo politicamente submetido, e sempre com referência ao conceito operacional aqui adoptado.

Por outro lado, a Nova Direita caracteriza-se por um apelo aos valores liberais, de que o americano Friedmann tem sido um dos arautos mais divulgados entre nós⁽²⁰⁾. Mas, antes dele, teve o seu mais firme baluarte em Hayek, cujo *The Road to Serfdom*, publicado em 1945, é uma denúncia dos regimes totalitários, e um apelo à reposição do livre mercado, considerando o capitalismo como essencial para desenvolver a prosperidade e para o implemento da liberdade de escolha e acção de todos os seres vivos. Defensor do regime político democrático, na forma ocidental, todavia sustenta que o mesmo tem desenvolvido defeitos que apenas podem ser corrigidos pelo mercado livre⁽²¹⁾.

Escritores como Alain de Benoist, Guy Sorman, Francois Bourricaud, Charles Paquia, Gélenier, Rafael Caldera, com os mestres do pensamento cristão-social como são Jacques Maritin e Mounier, fundador da Revista *Esprit*, devem considerar-se abrangidos pela definição. Embora as últimas orientações sejam também clamadas por uma estratégia política chamada centrismo, a qual apenas tem significado na geografia política de cada conjuntura e na metodologia de acção política eventual, sem todavia ter explicitado qualquer conteúdo doutrinal.

A propósito de um livro de Alain de Benoist (*Vu de Droite*), Pierre de Boisdéffre afirma que «decididamente a direita levanta a cabeça», mas no sentido de que, a partir da herança, é necessário construir uma nova cultura, que os hábitos antigos levam talvez a chamar revolução cultural, mas que todavia demonstrou que os conteúdos da dicotomia direita-esquerda necessitam de revisão para responder a desafios sem equivalente no passado, e designadamente à unidade efectiva do mundo. Naturalmente, este comentário sublinha o esforço do autor, mas não significa adesão a muitas das propostas baseadas em apoios recolhidos das ciências da natureza e do comportamento que podem fazer lembrar mitos naturalistas ou pesadelos totalitários recentes⁽²²⁾.

⁽²⁰⁾ Milton e Rose Friedmann, *Free to choose*, Nova Iorque, 1980.

⁽²¹⁾ F.A. von Hayek, *The constitution of liberty*, Nova Iorque, 1961; Guy Sorman, *La solution libérale*, Paris, 1984; François Bourricaud, *Le retour de la droite*, Paris, 1966; Charles Paquia, *L'Ardeur nouvelle*, Paris, 1985; Gélinier, *Morale de l'entreprise et destin de la nation*, Paris, 1965; Rafael Caldera, *Especificidad de la democracia cristiana*, Barcelona, 1976.

⁽²²⁾ Alain de Benoist, *Nova Direita. Nova Cultura*, Lisboa, 1981.

5. Para abreviarmos esta exposição, tentaremos agora rever alguns dos problemas que mais insistentemente são identificados como exigindo uma resposta cultural nova, não sem primeiro notar que as contradições culturais, ou a contradição entre as exigências e angústias dos povos e as respostas vigentes, são uma fonte abundante da *estratégia indirecta* que se desenvolve no ambiente que Aron identificava de «*guerra impossível e paz improvável*», e que Nixon chamou «*The real war*», afirmando que a terecira guerra mundial começou ⁽²³⁾.

Para a enumeração dos problemas vamos servir-nos de três fontes, cuja leitura recomendamos, e que são: Edgar Morin, UNESCO, e Federico Mayor Zaragoza.

O primeiro porque, ao meditar sobre a próxima passagem de século, e não podendo ignorar a vinculação geral à histórica distinção entre direita e esquerda, afirma o seguinte: «nossas palavras mestras estão doentes: degradaram-se, tornaram-se obsessivas, são usadas a torto e a direito, pretendem conhecer tudo e explicar tudo. Perderam em virtude operacional e ganharam em virtude mágica de exaltação ou de exorcismo. Foram substancializadas, reificadas, tomaram o lugar das coisas que tinham por função designar» ⁽²⁴⁾.

Isto significa, entre outras coisas, que a *estratégia indirecta* também diz respeito à luta política simplesmente interna, porque o domínio dos meios de comunicação de massas, escondendo a ambiguidade dos conteúdos direita-esquerda a que chegamos, monta um espectáculo de imagens desapegadas da realidade, pratica o *furto semântico* para a construção dos discursos eficazes, e procura a captura do *poder de sufrágio* por via deste cerco, sem que exista coincidência entre a imagem criada, pela qual o eleitorado se determina, e a realidade que se esconde no projecto não denunciado pelos caçadores do poder. Chama-se já correntemente *pragmatismo* a este método de guerra pelo poder, e quando as contradições entre a realidade e a imagem conseguem ser denunciadas a doutrina de justificação invoca o *apaziguamento ideológico* ou a *morte das ideologias*.

Nesse sentido, esta afirmação significa que os *fins justificam os meios* mostra que a explosão tecnológica permitiu o afinamento de uma *engenharia social* condicionadora das vontades populares. Mas, e a revolução ética?

⁽²³⁾ Richard Nixon, *La verdadera guerra*, Barcelona, 1980.

⁽²⁴⁾ Edgar Morin, *Para sair do século XX*, Rio de Janeiro, 1981, pág. 68.

A contrapartida viciosa é que a democracia montada tende para produzir mais políticos do quotidiano do que estadistas, a pressão ininterrupta das sondagens e das imagens torna o processo eleitoral permanente, e, na realidade, cada vez é mais reduzido o grupo de homens, frequentemente anónimos, que mantêm longamente o poder de decidir.

Como adverte Jouvenel, um dos mestres da perspectiva, mudaram as fontes principais da riqueza, que são imateriais — como a investigação, as marcas e a publicidade —, os grandes espaços necessários desvalorizam as fronteiras, ao mesmo tempo que se multiplica a individualização das sociedades: o que tudo anuncia a necessidade de uma revolução cultural política que pode manter a semântica, mas dará então novo conteúdo às expressões que designam o Estado, a Nação, o patriotismo, o poder nacional, os direitos do homem, a esquerda, a direita, o totalitarismo, a democracia, o progresso.

O poder da imagem, sustentado pela revolução tecnológica da comunicação, também significa que não morreu a função das ideologias, o que morreu foi a correspondência entre as bem delimitadas ideologias velhas e a realidade que se escapou por caminhos não previstos. A *perspectiva* luta contra acidentes destes, programando tornar o futuro presente, e espera-se que não desanime em face dos erros de previsão frequentemente demonstrados (25).

Uma das consequências evidentes desta situação é que foi ultrapassada a frágil *cultura de paz*, que se criara para conter uma *guerra artesanal* que foi remetida para os incidentes desde a descoberta do *fogo nuclear*, o qual colocou no horizonte visível das ameaças a sempre eminente *guerra existencial* (26).

A contracultura armada, que se desenvolve num terrorismo mundial, umas vezes com autonomia, outras como complemento da estratégia indirecta, abrange o risco incalculado de desencadear a guerra existencial, e torna mais evidente, se isso é possível, a urgência com que a mudança do século clama por uma *cultura de paz, agora mundial*.

De novo a UNESCO, numa colectânea chamada *Peace on Earth*, organizada depois da visita de Paulo VI à ONU, em 1974, tratou de colecconar

(25) Alvin Toffler, *Le choc du futur*, Paris, 1971.

(26) General Copel, *Vaincre la guerre*, Paris, 1984; UNESCO, *Armaments, arms control and disarmament*, 1981; Gruttwell, *A history of the great war — 1914-1918*, Oxford, 1934; Peter Calvo Coressi and Guy Wint, *Total war*, Nova Iorque, 1972; Pierre Lellouche, *L'avenir de la guerre*, Paris, 1985.

e divulgar os apelos centenários à paz, citando estas palavras do pontífice: «Jovens, sede os construtores da paz. Sois os trabalhadores com total participação na produção desta grande comum construção... resisti à estéril violência em que adultos que não estão em paz consigo próprios algumas vezes pretendem usar-vos» (27).

A última proposta de uma nova cultura da paz, que recebeu o apoio dos poderes políticos, está na Carta das Nações Unidas, que todavia ainda prevê numerosos casos de guerra justa.

Mas os factos demonstram que os princípios guias, ali estabelecidos, não se transformaram em normas existenciais, como o provam as guerras marginais posteriores à chamada paz de 1945, a corrida armamentista, a criação de um mundo estrategicamente bipolar, o facto de que a nossa época é marcada por uma *política do direito internacional* e não por um *direito internacional* respeitado (28).

Deixa-nos talvez perplexos que a *utopia da paz para o nosso tempo*, sustentada desde os medievais projectistas da paz, possa ser considerada uma contracultura em face da cultura de guerra que subsiste vigente para além de todas as pregações e anúncios, e que amarguradamente se espera que finalmente consiga mover uma revolução cultural que elimine a *variável estrutural do medo* em que todos os povos vivem.

Por isso teve tão espectacular recepção — neste quadro da política do direito internacional, em que os factos demonstram que não vigora a legal igualdade das potências mas sim a real hierarquia das superpotências —, a mensagem de Mikhail Gorbachev, *Perestroika*, garantindo anos de transformação e de esperança para a URSS e para o mundo (29).

A simples comparação com o livro de Federico Mayor Zaragoza, a leitura fácil dos índices de ambos os livros, imediatamente repõe o problema da coincidência entre as palavras, os factos, e as intenções, e a relação de tudo ou com o *espectáculo da estratégia indirecta* ou com a *autenticidade da coincidência de propósitos*, que determinaria esta a revisão cultural, a finalmente revolução cultural que implantasse de vez a paz para os nossos dias e para o futuro (30).

(27) UNESCO, *Peace on Earth*, 1980.

(28) Christian Center, *Las guerras de la posguerra*, Barcelona, 1973.

(29) Mikhail Gorbachev, *Perestroika*, Lisboa, 1987.

(30) Federico Mayor Zaragoza, *Mañana siempre es tarde*, Madrid, 1987.

A dúvida apenas será resolvida pelos factos, e a prova será definitiva, mas também poderá ser sem qualquer utilidade, porque a face negativa do problema não aproveitará a ninguém. Fica porém claro que existe uma relação viciosa e incompatível entre *corrida armamentista* e *desenvolvimento humanista*, situação em que vivemos perigosamente, e que não poderão implantar-se a nova *ordem económica*, a *nova ordem jurídica*, a *nova ordem da informação*, a *nova implantação da ética*, tudo aspectos da pregada revolução cultural para o século XXI, sem que aquela contradição seja eliminada.

A explosão demográfica, a agressão ao ambiente, a tecnocracia triunfante, o anonimato da detenção do poder, a impossibilidade de implantar um ensino prospectivo, o crescimento dos condenados da terra, empurrados para o combate contra os povos privilegiados, o desenvolvimento da geografia da fome, a queda no estado de natureza que os clássicos imaginavam sem o ter vivido, são defeitos das virtudes que anunciaram o advento de uma cultura agora em crise de resposta, e cuja primeira nova resposta deve ser a revolução cultural da paz.

Adriano Moreira

Professor do Instituto Superior Naval de Guerra

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA
NACIONAL NA FUNDAÇÃO

António Eduardo Q. Martins Barrento

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL NA FUNDAÇÃO (1)

1. INTRODUÇÃO

O título escolhido para esta reflexão — CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL NA FUNDAÇÃO — obriga-nos, como nota introdutória, a fazer alguns reparos, apontar certos erros em que vamos forçosamente incorrer e, até, levantar antecipadamente algumas dúvidas, porque o que se perde em hipotética certeza, ganha-se em curiosidade e segurança metodológica.

Um *Conceito Estratégico* é uma elaboração intelectual apropriada a um espaço geográfico e político, a um poder com capacidade para utilizar certos vectores estratégicos e a uma determinada conjuntura — é portanto percepção de um ambiente e rumo para uma acção.

Ao fazermos análises de conceitos estratégicos procuramos aferir, normalmente com fins didácticos, como eles se comportaram na execução, ou, num sentido perspectivo, prever a sua eficácia quando realizados em determinados cenários. Neste trabalho, porém, porque não existem provas documentais que nos permitam dizer qual foi o Conceito Estratégico presente na Fundação de Portugal, o nosso itinerário intelectual tem que partir da análise daquilo que a História indica como tendo sido feito, para tentar chegar às ideias que possam ter estado na sua origem e sido o seu princípio orientador.

Também de notar que a expressão *Nacional na Fundação* não tem uma significação linear, porque sobre a existência na Nação Portuguesa, na épo-

(1) Aproximação escrita da Conferência, com este título, apresentada ao Mestrado de Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 1985 e 1986, no âmbito do estudo da evolução do Conceito Estratégico.

ca da Fundação, digladiam-se várias teses, que cabem num leque cujas referências principais são:

- A Nação como ainda inexistente;
- A Nação começando a ser forjada no próprio desafio da sua gestação;
- A Nação como uma realidade, representando aquele período, apenas, a aquisição da sua moldura territorial.

Aos escolhos do itinerário intelectual e à dificuldade da avaliação da intensidade do sentimento colectivo, devemos juntar que o adjectivo *estratégico*, porque vem da Estratégia, tem várias interpretações. Para não falar já do seu uso imoderado em todas as situações onde há planeamento, ou um adversário (da actividade empresarial ao futebol!), a noção de Estratégia não é pacífica e ainda, em nosso entender, porque lhe vemos como pano de fundo a guerra ou a ameaça de guerra. Temos essa ideia muito arraigada, porque pretendendo a Estratégia impor uma vontade, se a coacção com o espectro da guerra não a acompanharem afigura-se-nos impossível determinar onde acaba a Política e aquela começa, já que a níveis elevados até se confundem os agentes que as conduzem. Por esta razão não julgamos descabido relembrar a nossa interpretação do conteúdo da conhecida definição trinitária de guerra de Clausewitz:

Na guerra estão presentes um universo emocional ligado à violência, às paixões libertadas; um universo indeterminado onde cabe tudo aquilo que nela interfere e o Homem desconhece ou não controla e que, normalmente, atribui ao acaso; e um universo racional, a sua origem «nobre», que resulta da subordinação à Política.

Destes reparos preliminares decorrem algumas dúvidas, que não devem ser escamoteadas. Porque a guerra ou ameaça de guerra espreita atentamente a Estratégia, ao observarmos factos históricos, onde a guerra é dominante, só conseguimos ver a resultante do imbricado dos universos emocional, indeterminado e racional que a gerou e condicionou; ao utilizarmos uma metodologia que parte dos factos para a concepção que lhe está na origem não temos capacidade para isolar o que resultou do universo racional e está na linha da concepção estratégica, do que foi apenas obra do acaso ou da exaltação. Assim, nesta tentativa de descoberta da concepção, poderemos facilmente imaginar ideias que não existiram, ou desconhecer outras que, existindo, não se concretizaram.

Por outro lado, não estando a Estratégia desenvolvida e sistematizada, como acontece já nos nossos dias, é possível que os «estrategos» da época fossem como o Mr. Jourdain de Molière, que descobriu que toda a vida tinha feito prosa sem o saber — talvez eles fizessem Estratégia, desconhecendo que a estavam realizando. A Estratégia poderia ser uma actividade empírica, resultante do saber acumulado por milhares de gerações, desde o aparecimento do «homo sapiens»; poderia ser a colectivização do instinto de defesa, ou o seu encaminhamento em determinado sentido, por uma chefia, se tivermos uma visão heróica da História; a defesa poderia ser uma quase-lei da Física, de reacção à acção da ameaça; a ofensiva, porque é obtenção de ganhos por eliminação da vontade adversa, deveria ser uma «lei do físico» (do mais forte), um quase «apuramento das espécies», se aceitarmos uma lógica darwiniana aplicável a grupos e comunidades. Não estaremos então a complicar aquilo que foi simples, descobrindo elaboradas concepções intelectuais onde prevaleceu o sentimento, o instinto, o equipamento genético?

Acresce ainda lembrar a distância que nos separa dos factos que analisamos, a lenda que por vezes ainda os envolve e, até, o facto de não sermos indiferentes ao assunto, por sermos portugueses. Será que a poeira dos tempos e a possível visão perturbada pelo sentido nacional nos permitirão ver claro?

Dos reparos, erros e dúvidas afluídos parece legítimo extrairmos as seguintes conclusões prévias, que devem provocar uma atitude de prudência em relação às interpretações que iremos sugerir:

- A insuficiência documental torna inevitável que utilizemos uma metodologia de «inversão», do facto para o conceito, o que forçosamente comporta imprecisões;
- O trabalho representa uma certa ousadia, porque os recursos estratégicos são mal conhecidos, a lenda ainda veste parte da acção guerreira, o nosso primeiro Rei deslumbra, possivelmente a Nação emerge;
- Por honestidade intelectual não poderemos afirmar: É, não é, ou notem; teremos que nos limitar, mau grado a timidez, a dizer somente: pode ser, deve ser, reparem...

2. AMBIENTE

A Península Ibérica está dividida desde que em 711 Tarik atravessou o estreito que guarda o seu nome, como estivera cinco séculos antes dessa

data, entre Roma e Cartago, e a fronteira entre a Europa e a África, mais uma vez, não é a Porta de Hércules, mas uma linha que ondula ao sabor dos ventos da guerra, isóbara dos poderes em confronto.

São duas culturas em presença. Uma Cristã Ocidental, «aculturação» das culturas latina e bárbara (no sentido grego da palavra); outra Árabe, que absorveu na sua Hégira os sabores das civilizações mesopotâmicas, helénica (dos restos do Império de Alexandre) e norte-africanas.

São duas religiões. Ambas têm o sentimento da compreensão e tolerância, evidentes na atitude pedagógica face ao gentio (recordem-se as cartas de São Paulo ou a penetração «tranquila» da doutrina do Profeta na África Negra); a partir de Roma e Meca, ambas são expansionistas e procuram o ecumenismo através do fervor religioso; ambas acabam, por vezes, na intransigência, quando colocadas directamente face a um adversário com propósitos semelhantes.

São duas fronteiras. Uma plástica, que não é o encontro de vontades convergentes — linha de diálogo —, mas a marca amarga das vontades opostas — o traço da guerra; outra, com limites geográficos ainda mais indefinidos, esboça espaços onde se registam atitudes de tolerância em relação às populações do outro credo.

No topo da sociedade cristã, em Roma, está o Papa que é representante de Deus na Terra — logo, quase-divino; que é o sucessor de Pedro — logo, Rei entre os Reis; que é o árbitro entre cristãos, nos seus conflitos, na administração das tréguas de Deus, na interdição de certas armas demasiado letais, nas condenações que aplica — logo, juiz; que vela na Urbe, paternalmente, sobre a Orbe, prometendo a paz, no «post mortem», para os filhos do Império — logo, garantia da vida eterna.

Na Península estão os Bispos nas suas Dioceses, prolongamento da autoridade de Roma e grandes senhores feudais, amálgama dos poderes espiritual e temporal; as Ordens Militares que são o braço armada da Fé, símbolo da bravura, expoente dos valores da Cavalaria Medieval; e o Imperador que administra, na quase ilha, o império secular e é, também, libertador e defensor de lugares santos (aqui, do túmulo de Santiago).

O «Reino» Português, Condado Portucalense, engloba no início do Século XII as regiões de PORTUCALE e COIMBRA e estende-se do Minho ao Tejo. Nasce na doação, a título hereditário, dessa Região a D. Teresa e D. Henrique de Borgonha por D. Afonso VI e tem, como contrapartida, serem-lhe devidos ajuda militar, fidelidade e conselho.

A discussão sobre o nascimento da nacionalidade é, como sabemos, muito vasta e controversa, mas, sem a fazermos, deveremos reter as seguintes ideias:

- Estamos em plena Reconquista, o que significa haver um sentimento muito forte de se ter sido espoliado pelo infiel;
- Existe já um certo hábito autonómico no Condado, particularmente na Região de Portucale;
- A ameaça do muçulmano a Sul e dos normandos na orla marítima deve ter criado, nas populações, uma certa consciência das necessidades de defesa colectiva.

As formas de coacção então utilizadas seriam semelhantes às de hoje nas finalidades pretendidas, mas teriam certamente as tonalidades daquele tempo. Não existindo ainda os Estados, como actualmente os concebemos, nem a sua interdependência e «taylorização» das economias, que são consequência do Mundo Novo que os portugueses ajudaram a criar com a gesta dos Descobrimentos, nem também as concentrações de capital e tecnologia do nosso tempo, a coacção económica não tinha as formas sofisticadas e subtis com que hoje se apresenta.

Na Península do Século XII ela surgia nas acções de devastação e razia sobre o campo do adversário, sem preocupações de conquista territorial, mas procurando destruir as culturas, dificultar a sobrevivência, obter bens em proveito próprio e criar intranquilidade. Eram operações com tradição milenária (desde que o Homem se sedentarizou) e frequentemente realizadas por ambos os contendores. Sendo simples e possíveis de efectuar com forças reduzidas, concretizavam uma certa tendência para a destruição e rapina, aliviavam a pressão do adversário e obtinham, por vezes, resultados encorajadores.

A coacção militar era obviamente conseguida pelos aparelhos militares da época, onde se registava uma utilização profusa do «choque» (simbolizada nos golpes da espada ou da lança que dilaceram a carne do adversário); uma capacidade de «movimentação» derivada do deslocamento a pé, ou a cavalo, que se vai manter até ao século XIX; e pelo pequeno desenvolvimento da componente «fogo» (destruição à distância), que usava as mesmas armas há mais de 2000 anos — o arco, o dardo e alguns raros engenhos neurobalísticos de maior envergadura. Com estas características dos elementos fundamentais do combate a defesa em obras fortificadas é muito consistente; a

batalha campal é evitada e poucas vezes decisiva, o que faz com que a guerra se prolongue; desenvolve-se a arte do assédio com a dupla finalidade de minar as fortificações e o moral dos sitiados no mais curto prazo; as vitórias, quando conseguidas, são muito localizadas, devido a relativa independência da maior parte das fortificações.

A coacção psicológica era quase só a resultante das ameaças ao bem-estar produzidas pelas manobras de coacção económica e das ameaças à segurança derivadas da acção dos aparelhos militares.

Pode assim dizer-se, que qualquer que seja a componente da coacção que consideremos, domina a componente militar, o que torna oportuno tentarmos caracterizar as forças da época.

Devido à escassez demográfica e ao facto da guerra subtrair à agricultura importante força de trabalho, os Exércitos são pequenos e as operações são curtas, mas existe já no homem livre o sentimento da obrigação militar, sendo a duração e tipo de serviço doseados com a condição social, física e económica de cada um. A Hoste Real é constituída pelas mesnadas dos Ricos-Homens, a que se junta o potencial das Ordens Militares e das Forças Concelhias, que gradualmente vão sendo constituídas no Reino. A unidade militar fixa é o Castelo com a respectiva guarnição e a sua capacidade de defesa liga-se à consistência da fortificação, às disponibilidades logísticas e às possibilidades de apoio de outras forças.

A unidade elementar «de campanha» é a «lança», cujo elemento chave é o «cavaleiro» (simbiose da Infantaria Romana e da Cavalaria Bárbara), combatente montado, protegido pela armadura dos golpes do inimigo e pela fé das armadilhas da adversidade, actuando pelo choque, impulsionado pela bravura, acompanhado pelos seus pagens e seguido, quando necessário, pela peonagem humilde.

Em conclusão, o ambiente na Península Ibérica no século XII pode sintetizar-se da seguinte forma:

- A renovação da fé criou na cavalaria medieval um misticismo susceptível de ser utilizado na guerra contra o adversário religioso;
- O Bispo de Roma surge como árbitro da cristandade e apresenta uma certa capacidade de regulamentar os conflitos dentro do seu próprio sistema;
- Na Península Ibérica dos séculos XI e XII estão em presença dois grandes sistemas religiosos: o Cristianismo e o Islamismo;

- Os povos cristãos e islâmicos da Península julgam-se com direito ao território, por razões históricas ou de conquista;
- As duas doutrinas religiosas em confronto podem justificar uma certa coexistência pacífica, ou fornecer à guerra uma exaltada motivação;
- A Reconquista é um serviço cuja chefia é encarnada pelo «Imperador das Espanhas», sendo Portugal uma peça mais ou menos autónoma dessa manobra;
- A Reconquista representava, para a nobreza, uma «obrigação» de cavaleiros e cristãos, mas, para o povo, era também uma esperança de quebra da servidão;
- O vaivém da fronteira entre cristãos e muçulmanos está intimamente ligado ao estado de coesão política e às alterações de potencial de combate, entre os dois sistemas, nas várias épocas;
- As frequentes variações de fronteira são, também, uma prova da dificuldade de consolidar os territórios conquistados, em parte devido aos fracos contingentes demográficos;
- O reforço dos povos berberes do Norte de África, nos séculos XI e XII, Almorávidas e Almóhadas, traduziu-se em tentativas de reorganização do Império Islâmico e no recrudescimento da guerra contra os cristãos;
- O Portugal do «Condado» apresentava alguma homogeneidade, uma certa tradição administrativa e de organização do espaço, e um «costume» de separação da Galiza;
- No teatro de operações peninsular, onde as batalhas são poucas e raramente decisivas, a principal unidade de combate parece ser o castelo com a sua guarnição;
- O dispositivo dos castelos obedece a razões de defesa linear, em profundidade e apoio mútuo;
- Na guerra domina o choque, que está ligado à bravura, e a protecção colectiva; o fogo é, nesta época, um elemento secundário;
- Vivendo-se num período em que a defensiva tem vantagem sobre a ofensiva, as guerras são normalmente prolongadas;
- As operações militares mais importantes são o cerco e a defesa dos castelos; as incursões em território adverso são, porém, muito frequentes;
- A forma de coacção dominante é a coacção militar.

3. PROCURA DO CONCEITO

Na procura do conceito estratégico observámos quatro períodos, que já analisáramos em trabalho anterior⁽²⁾ e que parecem conter algumas indicações interessantes, porque dificilmente se entendem os factos neles registados se não imaginarmos as intenções que lhes estão na origem. Esses períodos são o das incursões na Galiza entre 1130 e 1137; o ano de 1137, com a Paz de Tuy e a reacção contra o Islão a Sul; as acções ofensivas sobre os baluartes da margem direita do Tejo, em 1147; e as acções posteriormente conduzidas além-Tejo.

a) As incursões na Galiza (1130-1137)

Em 1128 dá-se o encontro de S. Mamede onde a facção portuguesa que apoia o jovem Príncipe sai vencedora sobre as forças galegas que estão com D. Teresa. A partir deste momento, verdadeiro corte umbilical, AFONSO HENRIQUES passa a dirigir os destinos do Condado.

Em 1130 invade a Galiza para reivindicar Tuy e outras terras que haviam pertencido à sua mãe, aproveitando as dissensões internas que surgem no Reino de Leão e uma certa hesitação que se nota em Afonso VII de, apesar dos vínculos que prendem o Condado, exercer efectivamente a soberania.

A reacção de Afonso VII faz com que esta aventura se salde num fracasso, não tendo melhor sorte a acção realizada em 1132, que esbarrou na resistência dos condes galegos Fernão Peres e Rodrigues Vela.

No ano seguinte, porém, a sorte das armas sorriu à Hoste Portuguesa, que se apoderou da região de Límia e permitiu a edificação do Castelo de Celmes. Mas o Rei de Leão não podia aceitar esta afronta e, retomando Celmes, prende a sua guarnição e arrasa a vila.

Em 1135, o Concílio realizado em Leão, com a presença dos principais Prelados e Príncipes Peninsulares (estiveram ausentes os portugueses), decidiu atribuir a dignidade imperial a Afonso VII, que

(2) — «AFONSO HENRIQUES, a Guerra e os Objectivos Nacionais», publicação da Direcção do Serviço Histórico Militar, 1983.

ali foi coroado solenemente — era a consagração do título de «IMPERATOR HISPANIARUM» que Afonso VI usara já no fim do século anterior. Naquele mesmo ano, na faixa Portucalense, edificava-se o Castelo de Leiria, que passava a garantir maior segurança às populações da Região de Coimbra e liberdade de acção à Direcção do Condado.

Em 1137, teimosamente, AFONSO HENRIQUES volta à Galiza, explorando a tensão então existente entre o Imperador e o Rei de Aragão e Navarra, conquista Tuy e vence os leoneses em Cerneja. À primeira vista o objectivo militar máximo dessas acções é a conquista de território; o mínimo a criação de um clima de insegurança. Mas os ganhos territoriais que por duas vezes foram conseguidos, em Celmes e Tuy, perdem completamente o sentido caso se mantenha a subordinação vassálica. Esta acção persistentemente conduzida sobre a região galaica, em ofensivas de objectivo limitado e em momentos de dificuldade para Afonso VII parecem ser mais um afrontamento à sua autoridade, uma insatisfação em relação ao «status quo».

É possível que se trate apenas dos afloramentos de uma luta feudal, onde o Príncipe reivindica terras que pertenceram a D. Teresa, ou pretende prolongar a acção punitiva sobre os nobres galegos, o que se enquadra plenamente na mentalidade da época. É, todavia, possível levantarem-se outras hipóteses.

AFONSO HENRIQUES julga ter direito aos territórios que invade, não para si mas para o Condado, ou pretende uma consolidação da fronteira norte, o que nos leva a supor estarmos em presença do objectivo de obtenção ou garantia da integridade territorial. Note-se que, mesmo que se considere a fronteira então existente como adquirida, o facto de se combater para além dela não invalida a prossecução daquele objectivo, porque sendo eminentemente político pode a estratégia aconselhar, função de diversos factores, que a acção militar se exerça aquém, sobre a fronteira, ou além dela (mais ou menos profundamente no território do adversário).

Aliás, a simples observação de vários conflitos actuais prova com exuberância esta atitude face ao objectivo de se manter a integridade territorial.

Com maior probabilidade, porém, aquelas incursões são, acima de tudo, um afrontamento à autoridade de Afonso VII, houvesse ou não intenção de alargar o território do Condado para norte — pretenderiam a quebra do vínculo de vassalagem, a maior autonomia, abrir o caminho à independência política. Porque AFONSO HENRIQUES para além do período considerado e mesmo depois da independência continuou a realizar acções na Galiza, é possível que desejasse, de facto, aumentar o Reino com aquela província. Mas se assim era já no período de 1130 a 1137 e porque não é admissível que o Imperador assistisse impassível a essa amputação, mais evidente se torna o objectivo da independência e mais intrigante se revela o substracto comum entre galegos e portugueses, que poderia ser bem mais forte que aquilo que ainda hoje nos deslumbra, da continuidade dos «espigueiros» na paisagem física, às curiosidades da língua na paisagem cultural.

De qualquer modo, aquelas acções repetidas, a tensão quase permanente e a ameaça de reacção do Imperador (que pendia como espada de Dâmocles sobre cada incursão realizada) deveriam, certamente, aumentar a coesão entre os portugueses. É que as Nações constroem-se e consolidam-se quando surgem ameaças, nas crises, nas provações, na ocupação estrangeira, no ultimato, no esforço convergente para a realização das grandes obras colectivas — é a percepção daquilo que liga os homens; a colectivização do instinto de defesa; o orgulho do sonho realizado pela comunidade; e, até, a libertação colectiva e quantas vezes histórica e inconsequente da raiva.

Talvez uma das razões por que parece esbater-se actualmente a coesão entre os portugueses seja, diferentemente de outras épocas, o facto da ameaça ser mais indefinida, o que não significa que seja menos perigosa.

5) A Paz de Tuy (1137)

Em 1137, com a invasão da Galiza, a conquista de Tuy e a vitória de Cerneja, parece ter mudado a sorte das armas a favor de Portugal, mas estes sucessos não podem ser explorados porque os muçulmanos atacam Leiria, trucidam a sua guarnição e infligem, também, uma pesada derrota aos portugueses nas margens do Nabão.

A situação na fronteira sul torna-se preocupante, porque Coimbra passa, mais uma vez, a ficar ameaçada pelas incursões infiéis e com ela o Reino.

AFONSO HENRIQUES encontra-se face a duas ameaças, a leonesa na fronteira galega e a infiel a sul, às quais não pode responder simultaneamente, por insuficiência de forças. Continuando a acção a norte, todo o território está ameaçado a partir da fronteira sul; voltando-se deliberadamente para sul, o futuro do Reino passa a estar ameaçado por Afonso VII. Vê-se então obrigado a aceitar a Paz de Tuy e a reiterar a obediência ao Imperador, mas ganha a liberdade de acção que necessita para acometer militarmente a sul. Apesar das opiniões contraditórias que existem sobre a interpretação deste Tratado, onde surgem reiterados os vínculos da vassalagem que os anos tinham desvanecido, não se pode falar linearmente de uma derrota, porque foi respeitado o limite norte do Reino e Afonso VII garantiu, deste modo, a acção de um fronteiro «valeroso» contra um inimigo comum. Parece pois admissível estarmos em presença não de uma vitória leonesa, mas de um reconhecimento de «primus inter pares», que significa a aceitação da individualidade de Portugal e é sintoma de independência.

De notar que não sendo possível explorar a vitória conseguida a norte e, simultaneamente, afastar o perigo muçulmano a sul, AFONSO HENRIQUES escolheu e actuou decisivamente sobre a segunda ameaça, o que demonstra a aceitação de uma prioridade lógica, uma escolha criteriosa.

A ameaça a sul desgastava as populações, os seus bens, e punha mesmo em perigo a viabilidade do Reino; pelo Tratado de Paz apenas a independência ficava adiada. Poder-se-ia ter obtido a cobertura a norte pela fractura das forças, mas porque o risco de serem derrotadas em duas frentes eram muito elevado, seria aconselhável a acção diplomática que conduziu à Paz de Tuy.

Estamos em presença de uma noção de estratégia global, onde se nota o acerto em utilizar as formas mais apropriadas para a resolução dos problemas que surgem, ou seja, a clarividência na percepção das ameaças e a utilização dos vários vectores estratégicos

de acordo com a sua aptidão. Se perscrutarmos os objectivos pretendidos, sem dúvida que a Paz de Tuy prejudica o provável objectivo da independência, porque foram renovadas as promessas de obediência a Afonso VII, mas esta atitude não significa o abandono daquele propósito, porque se trata apenas da sua transferência para uma ocasião mais propícia.

Mais clara é a intenção da garantia da integridade territorial: a norte, porque na Paz de Tuy se conseguiu que fosse respeitada aquela fronteira; a sul, porque a acção militar desenvolvida permitiu afastar o perigo muçulmano. Pode então dizer-se que este objectivo foi totalmente conseguido, o que parece provar a prioridade em que era tido e que existia a consciência da necessidade daquele espaço para a sobrevivência da comunidade Portuguesa.

Importante parece, também, para a coesão nacional, a rapidez e a consistência da resposta que foi dada ao adversário religioso. Ela era importante para a confiança recíproca entre administrador e administrados que é elemento fundamental da coesão, sendo difícil acreditar, caso não tivesse surgido aquela reacção, que as populações sobre permanente ameaça não comesçassem a discordar da Direcção Política, o que possivelmente inviabilizaria o Reino. A insegurança é sempre geradora de mal-estar e torna-se grave quando se perde a esperança de se inverter essa situação; quando controlada e conscientemente assumida é factor de união entre os homens e de vitalidade das Nações, porque surgem clarificados os valores que se preservam e os sacrifícios que se fazem.

Como já fizemos notar, estes acontecimentos de 1137 merecem especial relevo porque na impossibilidade de se obterem cabalmente todos os objectivos que parece terem orientado a acção em anos anteriores, adiou-se deliberadamente a procura da independência política. Contrariamente ao que uma análise menos atenta nos conduziria, aquele adiamento não significa o seu menor valor, mas o seu comandamento sobre os restantes: sem essa atitude o território e as populações ficariam ameaçados e sem eles não haveria Reino; sem uma Direcção Política do Condado prestigiada e inspiradora de confiança não haveria coesão... e desse modo seria desnecessária a independência política.

c) Acções de 1147

No início de 1147 AFONSO HENRIQUES manda reconhecer Santarém, «belicossíssimo padastro inimigo» que «por sua situação inexpugnável desafiava qualquer tentativa de ataque a viva força»⁽³⁾ e organiza uma expedição no maior segredo. Após uma marcha por etapas, efectuada com a cumplicidade da noite, o Rei e um pequeno grupo de guerreiros apoderaram-se da cidade, por surpresa. Em 15 de Março, Santarém torna-se definitivamente portuguesa.

A conquista de Lisboa, porém, não poderia ser obtida da mesma forma, porque se gastara o efeito da surpresa, a cidade estava mais resguardada no interior do território adverso, e porque era bem mais importante, populosa e consistentemente defendida pela própria natureza e pelas obras defensivas edificadas.

Mas o potencial de combate dos portugueses fora substancialmente ampliado pelo prestígio que o Rei e Reino haviam conseguido com a conquista de Santarém, razão que certamente pesou para que o Bispo do Porto, D. Pedro de Pitões, conseguisse o auxílio dos Cruzados que, rumando à Terra Santa, tinham tocado aquele porto.

Foi possível, desta forma, após um cerco formal, algumas tentativas e muitas dificuldades, conquistar Lisboa no final do mês de Outubro. A sua queda arrastou a de Sintra, Almada e Palmela e permitiu que fossem retomados os limites do Condado, cuja defesa havia sido confiada ao Conde D. Henrique.

Sob o ponto de vista militar alcançou-se, no obstáculo do Tejo, uma fronteira bem mais segura que a anterior, onde não existiam barreiras orográficas ou hidrográficas de valor. Além disso, a campina alentejana ficava agora à mercê das ofensivas cristãs.

Sendo Lisboa e Santarém os dois grandes objectivos que materializavam a conquista desta linha e dado o valor de cada uma destas cidades, só a sua conquista sucessiva, como foi feito, poderiam garantir o sucesso global da operação efectuada. De salientar que as modalidades tácticas adoptadas em cada caso foram as mais convenientes; que houve nas duas acções uma rigorosa adequação dos meios aos objectivos; e que sem a intervenção do vector diplomático

(3) In «De Expugnatione Scalabis» Portugaliae Monumenta Histórica, Script.

(a acção de D. Pedro, junto dos Cruzados, no Porto, foi reiterada por AFONSO HENRIQUES, quando da sua chegada a Lisboa), que obteve aquele precioso auxílio externo, Lisboa não estaria ao alcance da reduzida Hoste Portuguesa.

Não saberemos talvez nunca se a adequada programação e calendarização das duas operações foi obra de uma genial concepção estratégica, ou se o acaso permitiu o valioso e oportuno auxílio dos Cruzados. Mas o que conhecemos já é suficiente para afirmarmos que, caso a entrosagem das acção não tenha sido tão premeditada quanto o desenrolar dos acontecimentos parecem sugerir, a ocasião que surgiu foi aproveitada da melhor forma. E se isto é eminentemente oportunidade na acção, não afasta a existência de um conceito estratégico, que neste caso foi exequível devido às condições favoráveis que sagazmente se não desperdiçaram.

É curioso notar-se que já nessa época as fronteiras árabes estavam na Palestina e a sul de Portugal, sendo o nosso País ponto de passagem obrigatória para «forças de intervenção» em movimento para o Médio Oriente...

Em relação aos objectivos que se pretenderam alcançar com as operações de 1147, julgamos não haver alteração em relação aos que havíamos já notado em períodos anteriores. A integridade do território conseguiu-se pelo realinhamento da fronteira nos limites do antigo Condado e pela obtenção de uma maior segurança; a coesão saiu forçosamente muito robustecida pela importância dos feitos realizados; quanto à independência, apesar de já ter sido obtida em Zamora, havia 4 anos, o prestígio das conquistas de 47 tinha certamente o valor de uma consolidação.

d) Acções Além-Tejo

Após um período em que se destacam as preocupações de ordem administrativa do nosso primeiro Rei, nas doações e no povoamento, com que procurava também consolidar e garantir a posse do território recentemente conquistado, no final da década seguinte a acção guerreira prossegue em direcção ao sul. Em 1158 cai Alcácer do Sal e, em 1159, AFONSO HENRIQUES conquista Évora e Beja. A ofensiva Almôhada de Benaféce faz com que Beja seja abandonada

e Évora perdida em 1161. Mas logo no ano seguinte uma força concelhia de Santarém conquista Beja e a figura legendária do Geraldo avança, vitoriosamente, sobre Évora, Trujilho, Cáceres, Alconchel, Serpa e Joromenha, que vai acrescentando ao Reino ao longo dos anos de 1165 e 1166.

Apesar de estarmos numa zona tradicional de fossados, as acções ofensivas efectuadas têm a marca da conquista territorial, ainda que muitas se desenrolem sem a intervenção do Rei, parecendo ter havido a ideia de manter a pressão sobre o infiel, sem contudo afrontar Leão e Castela com a presença de AFONSO HENRIQUES, naquilo que poderiam ser legítimas ou hipotéticas pretensões daquele Reino.

Tendo sido já alcançada e, em parte, consolidada a independência de Portugal, será que estamos em presença de um novo objectivo, de expansão ou cruzada, que ainda não se tinha revelado? Ou simplesmente face a um aventureiro venturoso, cuja fidelidade ao Rei e ao Reino lhe dilatam as fronteiras?

Possivelmente nenhuma destas hipóteses é correcta, ainda que não neguemos a possibilidade desses dois impulsos. Mas não será natural pensar-se que se Portugal se não expandisse para o sul que seria o Reino de Leão e Castela a fazê-lo? E, se assim sucedesse, poderia Portugal suportar esse duplo envolvimento na Galiza e no Alentejo? Não seria mais natural, com tão extensa fronteira e estranha posição geográfica face a um vizinho poderoso, que Portugal fosse «deglutido», o que significaria a perdição do Reino?

Sem buscarmos fundamentos alicerçados em teorias tão modernas e controversas como a do «espaço vital», que todavia nos ocorrem, parece-nos flagrante (pela simples observação do espaço e situação do Condado) a necessidade que haveria de evitar a todo o custo o «cerco» que se concretizaria com a expansão «unilateral» do país vizinho na sua política de reconquista. Controlando a Galiza, Leão e Castela, caso reivindicasse toda a região a sul do Tejo, a grande potência ibérica em gestação criaria uma fronteira terrestre muito extensa e uma situação de quase-hegemonia que dificultaria ou impediria a existência de Portugal. Se a charneca alentejana continuasse em poder dos muçulmanos persistiria a dupla ameaça, ou manter-se-ia a possibilidade da região vir a ser conquistada pelo país vizinho.

Temos, pois, que a noção de integridade territorial e a própria independência aconselhavam que Portugal avançasse decisivamente e em antecipação para Sul. Além disso, se a independência «de facto» fora obtida em Zamora, faltava o reconhecimento «de jure», que só ao Papa competiria.

A melhor maneira que Portugal tinha de afirmar e demonstrar sem reticências a sua independência, em Roma, era prosseguir «independentemente» a Reconquista, a acção contra o infiel a sul do Tejo. A Bula «Manifestis Probatum» de 1179, que é o reconhecimento formal da independência do Reino, parece confirmar esta suposição. Apenas a coesão entre os portugueses parecia sair enfraquecida com esta acção, porque um maior espaço dificultava o exercício da direcção política e diluía a densidade demográfica. Mas esta fraqueza deveria ser compensada pelo orgulho da obra colectiva construída e pelo estreitar da ligação entre o Rei e o Povo. Mais tarde Vitória viria a chamar a este tipo de relação um «contrato de sujeitos», tão frequentemente verificado em Portugal quando desfolhamos a nossa História; tão dinamizador da consciência da nacionalidade, em todo o mundo; tantas vezes apontado como destruidor da feudalidade (em Portugal, possivelmente, criador de um feudalismo «sui generis»); tão prenunciativo (aqui precocemente) do nascimento do Estado Moderno.

Assim, mantiveram-se neste período os três grandes objectivos que parecem ter sido sempre a orientação da acção estratégica de AFONSO HENRIQUES: a independência política, a integridade territorial e a coesão dos portugueses.

4. CONCLUSÕES

a) As Interpretações

A guerra foi um factor para a obtenção da Autonomia Política — a Guerra serviu a Política; a Guerra utilizou o sentimento comunitário e a religião como motivação, como intensificador da actividade bélica, como emoção; a Guerra forneceu também eventos que não têm uma explicação inteligível; enfim, a Guerra esteve sempre presente no nascimento de Portugal, nas suas várias facetas. Talvez por

isso, voltando à definição trinitária de Guerra de Clausewitz, haja três grandes correntes que tentam explicar o nascimento de Portugal:

- *A subordinação à política faz realçar a importância da Direcção Política, que para alguns é a pedra angular da Fundação;*
- *A violência, o ódio, a animosidade (o elemento emocional) sublinham o sentimento de Comunidade, acrescido da força da Religião;*
- *O jogo das probabilidades e o acaso, gerando o que não é explicável, dão guarida à visão providencial... houve designios de Deus, noção que se instalou no inconsciente colectivo ao longo de séculos (4).*

b) Uma Condição Favorável

Observando a História verificamos repetidas vezes que a incapacidade de defesa de um território, por determinado poder, tem conduzido à «delegação» da Missão de Defesa. Porque esta delegação é cedência de autoridade em algo essencial ligado a sobrevivência da Comunidade — a sua segurança — surgem facilitadas as condições para a autonomia do poder, por parte de quem, de facto, exerce essa missão.

O Império Romano do Ocidente «esfuma-se» quando a defesa do «limes» é entregue aos bárbaros locais.

Nesta óptica e apesar da História se não repetir, no Portugal nascente, com a cedência da defesa a um «fronteiro valoroso», parece terem-se criado condições que facilitaram a autonomia.

c) Um Precursor

Terá sido AFONSO HENRIQUES um precursor?

- Apesar de apenas considerado «Dux Portucalensis» pelo Papado até 1179, AFONSO HENRIQUES agiu desde 1143 como REX, ou seja, foi Rei antes de o ser;
- Apesar do Bispo do Porto ter dito aos Cruzados que «a guerra justa é a que se faz para reaver o que é nosso ou para repelir os inimigos», parece-nos que a guerra foi necessária para que fos-

(4) — É na dialéctica destas posições que se situa a controvérsia do Séc XIX sobre a Batalha de Ourique.

sem atingidos certos objectivos. Logo, na acção guerreira do nosso primeiro Rei, confirma-se a máxima de Maquiavel, de que «a guerra é justa quando é necessária», o que dá ao nosso Rei um tom maquiavélico, «avant la lettre»;

— Apesar da guerra ter sido feita com várias finalidades, porque não parece haver dúvidas que ela foi utilizada como instrumento da Política, AFONSO HENRIQUES foi clausewitziano com 7 séculos de antecipação.

Será, então, que o nosso primeiro Rei foi de facto um precursor, ou esta lucubração é apenas o resultado de uma imaginação delirante ou de um nacionalismo estreito?

d) A Tríade

Função da análise efectuada parece pacífico aceitar-se existirem ameaças sobre a Comunidade Portuguesa e notar-se um sentimento de defesa que indica existirem valores a preservar — possivelmente o «sentimento de coesão» e o «lar», emanações daquela *população* naquele *território*. Estamos assim face a dois valores que deveriam ser conservados.

A conquista da independência política, que também se regista, era, por inexistente, um valor a adquirir.

Com aquilo que se tinha e se deseja ter, temos a Tríade — uma população, um território e um poder político independente — que, segundo Jellinek, define um Estado Moderno.

Se assim for, a gestação de Portugal é, com uma certa precocidade, o aparecimento de um Estado Moderno.

e) Existência de Concepção Estratégica

Apesar de haver outras análises com conclusões diferentes, a observação deste período de quase 50 anos da nossa História parece permitir-nos dizer, sem violência intelectual, *que se nota uma intencionalidade na prossecução de certos objectivos*. Ou seja, mais ou menos desenvolvida, uma concepção que visou objectivos como a obtenção da independência, a integridade territorial e a coesão dos Portugueses.

Se assim for e porque houve um universo hostil e a coacção foi o meio para a consecução desses objectivos, existiu uma concepção estratégica.

f) Evolução da Concepção Estratégica

- Se considerarmos que a integridade do território conduziu à obtenção, numa primeira fase, dos limites do Condado e, mais tarde, à saída desses limites;
- Se considerarmos que a coesão dos portugueses obrigou primeiramente a eliminarem-se as forças centrífugas e, numa segunda fase, a fundir e ampliar os traços de união;
- Se considerarmos que a ideia autonómica inicial foi obter a independência, mas depois houve que consolidá-la;

ao longo do período considerado, ainda que se observe uma constância de propósitos, já se verifica uma evolução dos objectivos a atingir, logo, do conceito estratégico.

g) A Concepção Estratégica

Parece podermos dizer que no período considerado esteve presente uma concepção estratégica que em termos actuais poderia ter a seguinte leitura:

«Defender o Portugal-Condado contra todas as ameaças, utilizando os recursos materiais disponíveis, ampliados pela força anímica das populações, com vista a garantir a independência nacional, a integridade do território e a coesão entre os portugueses, para edificar o Portugal-Estado-Nação-Soberano.»

António Eduardo Q. Martins Barrento

Coronel

**UM EXEMPLO HISTÓRICO RECENTE
DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REGIÃO
SANTARÉM - LISBOA - ALCÁCER DO SAL:
AS MANOBRAS DE 1943**

Carlos Gomes Bessa

UM EXEMPLO HISTÓRICO RECENTE
DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REGIÃO
SANTARÉM-LISBOA-ALCÁÇER DO SAL.
AS MANOBRAS DE 1943 (*)

A importância da região Santarém-Lisboa-Alcácer do Sal, do ponto de vista da defesa nacional, pode ser testemunhada por múltiplos exemplos históricos.

Nas clássicas *Conferências sobre Estratégia*, de sua autoria, o então Coronel Tasso de Miranda Cabral afirmou que, em vez de *zona de defesa concentrada*, como muitos a designavam, melhor se lhe devia chamar *zona de concentração final de defesa*, porque, mais do que garantir propriamente na área a defesa concentrada num ponto, o importante seria concentrar-se na zona a defesa final do Continente, o que não é a mesma coisa (1).

Na região se encontra situado o objectivo principal e decisivo de qualquer linha de operações ou de invasão de Portugal: Lisboa e o seu porto, associado ao de Setúbal (2).

Entre os muitos exemplos históricos ilustrativos deste facto afigurou-se interessante escolher o das Manobras Militares de 1943 desenvolvidas nesta região. Um dos motivos de escolha foi o de se tratar de um acontecimento contemporâneo de muitos portugueses ainda vivos, mas de cuja importância histórica e política com ele relacionada muito poucos se aperceberam. E, no entanto, poderiam ter sido o limiar de um efectivo e doloroso envolvimento de Portugal na II Guerra Mundial. Além disso, foram o último acontecimento ocorrido na História Militar portuguesa demonstrativo da importância decisiva da região.

(*) «Conferência integrada no Seminário sobre Comunicação Social Regional e Defesa Nacional, organizada pelo IDN na Golegã em 27 de Fevereiro de 1988, efectuada em representação da Academia Portuguesa da História.

(1) Coronel Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia* (2º volume), Escola Central de Oficiais, Lisboa, 1932, pág. 159 a 161.

(2) Tratando-se de uma conclusão tão generalizadamente aceite, não será indicado incluir quaisquer referências bibliográficas, tão numerosas e dispensáveis são elas.

Não será no detalhe das manobras em si que nos deteremos. De momento faltam muitos dados documentais para as apreciar com o devido rigor. Felizmente, estão em curso empenhadas diligências de pesquisa susceptíveis de resultar em considerável avanço na matéria ⁽³⁾.

Expor-se-à de preferência, por conseguinte, o contexto histórico interno e externo em que se inseriram as Manobras Militares de 1943 — uma aparência de treino de rotina das tropas convocadas, por detrás do qual se ocultaram graves riscos para Portugal.



Mais de quatro anos haviam decorrido desde que a II Guerra Mundial eclodira em consequência da invasão da Polónia pelas tropas alemãs, em 1 de Setembro, e pelas russas, em 17 do mesmo mês do ano de 1939.

No dia 5 de Outubro de 1943, na região Santarém — Lisboa — Alcácer ⁽⁴⁾, iniciou-se a concentração de tropas convocadas para Manobras. Os efectivos eram de cerca de 80 000 homens, segundo o General Ernesto Machado, os maiores até em data reunidos alguma vez em Portugal para tal fim.

⁽³⁾ Por despacho de 18 de Dezembro de 1984 do General Chefe do Estado Maior do Exército, foi constituído um Grupo de Trabalho chefiado pelo General Arménio Nuno Ramires de Oliveira, com a finalidade de ser estudada e publicada a «História do Exército Português» desde a I Guerra Mundial, até final da II Guerra Mundial (1945). o Grupo de Trabalho está desenvolvendo actualmente esforçadas diligências no sentido de se conseguir reunir e interpretar documentação dispersa com interesse para um mais profundo e rigoroso conhecimento dos factos ocorridos, como este, durante o período de tempo que lhe compete historiar.

⁽⁴⁾ General Ernesto Machado, *Recordando. Nas duas Grandes Guerras*. Edição do Autor, Lisboa, 1959, pág. 196 a 201. A 1.ª Divisão recebeu quatro missões tácticas diferentes, efectuando operações de campanha, com intervalos de tempo muito reduzidos, entre as linhas Abrantes — Tomar — Vila Nova de Ourém — Leiria e Alhandra — Bucelas — Lousa — Malveira — Mafra e a da cobertura do movimento da 3.ª Divisão para a margem esquerda do Tejo e da sua nova concentração. A 2.ª Divisão foram também atribuídas várias missões, a primeira englobando Montemor e as últimas nas linhas Marateca — Pegões — Canha e Setubal — Palmela — Pinhal Novo. A 3.ª Divisão efectuou a travessia do Tejo, em 21 e 22 de Outubro, na região entre as pontes de Santarém e de Vila Franca de Xira. A articulação da Divisão para a travessia foi a seguinte: coluna da direita, coluna do centro, coluna da esquerda, Cavalaria, coluna de 2.º escalão e QG. Os movimentos preparatórios efectuaram-se

Integravam-se num Corpo de Exército a três Divisões: a 1.^a Divisão instalada a Norte e a 2.^a a Sul do Tejo; a 3.^a Divisão estava colocada em 2.^o escalão e o Quartel General e as tropas de Corpo dispunham-se também a Norte do Tejo.

A Directiva do Corpo de Exército definia como objectivo final da instrução das Manobras «a preparação técnica e táctica das Divisões para campanha». O desenvolvimento dessa instrução deveria fazer-se progressivamente, mas era «indispensável obter — ainda que por modo sumário — que as unidades elementares e as subunidades tácticas se encontrassem prontas para o combate em breve prazo». Determinava-se mais que «o aperfeiçoamento da instrução técnica teria de ser feito na medida do tempo disponível, durante o desenvolvimento da instrução táctica» (5).

Dois pontos importa ressaltar nesta Directiva:

- a urgência exigida quanto a conseguir-se a prontidão das tropas para o combate, considerado como uma possível eventualidade;
- em consequência, a necessidade de o aperfeiçoamento na instrução técnica do avultado e excelente material moderno de diversa natureza, recebido já no local das manobras para completar o armamento e equipamento das tropas (armas e acessórios, material de sapadores, antigás, sanitário, automóvel, de transmissões, de bivaque, munições,

com o concurso dos caminhos de ferro, e utilizaram-se como meios de passagem pontes permanentes para elementos auto e hipo c, elementos descontínuos para as restantes tropas — portadas de barcos improvisadas pelo Batalhão de Pontoneiros e portadas de equipagem de pontes do mesmo B. P., que tiveram um rendimento excedendo a expectativa, pela boa vontade e desembaraço do seu pessoal. A 3.^a Divisão reagrupou-se, após a travessia, na região Samora Correia — Benavente — Salvaterra — Muge, com Posto de Comando em Samora Correia. Segundo o General Louro de Sousa, esta operação estava completada no dia 24 de Outubro.

O efectivo total de 80 000 homens convocados para as Manobras de 1943, referido pelo General Ernesto Machado no seu livro, parece exagerado. Segundo documentos de que dispõe o General Fernando Louro de Sousa, que participou nestas Manobras, o Quadro Orgânico de cada Divisão compreendia um efectivo de 16 186 homens, mas apenas vieram a ser convocados 15 300. Portanto o efectivo das 3 Divisões era de cerca de 46 000 homens. Não é de crer que os seus efectivos excedessem muito os 15 000 homens. Sendo assim, os efectivos totais do pessoal em manobras deveria andar à volta dos 60 000 homens. Com a documentação actualmente existente, no entanto, não foi possível esclarecer melhor a questão.

(5) General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 194 e 195.

equipamentos e arreios, oficial, e de diverso outro tipo) ⁽⁶⁾, ter de ser feito na medida do tempo disponível e em simultâneo com a instrução táctica a ministrar.

Para bem se compreenderem estas determinações, tentar-se-ão resumir, no breve tempo disponível, alguns aspectos importantes relacionados com estas Manobras, referentes:

- à política externa portuguesa durante a II Guerra Mundial;
- ao rearmamento do Exército Português;
- às ameaças sentidas desde o início da guerra quanto à integridade territorial portuguesa;
- à concessão de facilidades à Inglaterra nos Açores.

A política externa portuguesa na II Guerra Mundial

Antes mesmo do início da Guerra Civil de Espanha, em 20 de Setembro de 1935, o Governo Português tornou pública a definição da sua política externa assente nas seguintes bases:

- de harmonia com a linha tradicional, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria Portuguesa, era vantajoso «não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias»;
- a manutenção da amizade peninsular;
- o desenvolvimento das possibilidades do nosso poderio atlântico, favorecido por amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que nos libertariam de desconfianças e preocupações do seu lado, e pela Aliança Inglesa, mantida por interesses comuns através dos séculos.

Quanto à Aliança Inglesa ressaltava-se, contudo, que ela «não era nem uma tutela, nem uma fiança da nossa acção política interna ou externa». Trabalhar-se-ia para valorizar ao máximo aquele instrumento político, mas acrescentava-se: «visto que temos de dar, havemos de saber exigir» ⁽⁷⁾.

⁽⁶⁾ Idem, ibidem, pág. 201.

⁽⁷⁾ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, II Vol (1935 — 1937, 2.^a edição, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1946, pág. 65 a 81.

Em 17 de Março de 1939, terminada a Guerra Civil de Espanha, Portugal firmou com a Espanha, por iniciativa e pedido desta, um Tratado de Amizade e Não Agressão. Em consequência, a Espanha, com clara compreensão dos superiores interesses da Península, subordinava a definição de qualquer política externa sua às declarações deste Pacto. Do ponto de vista do Governo Português, «quem quer que haja reflectido na política tradicional inglesa e no sentido essencialmente defensivo da sua actuação internacional, terá podido compreender quanto a Inglaterra deve apreciar a criação desta verdadeira zona de paz na Península (do ponto de vista português, o objectivo essencial do Pacto), dado que um dos Estados é seu velho aliado e o outro foi sempre seu amigo». «A esta luz o Tratado era bem o coroamento de uma obra e a pedra angular de uma política» ⁽⁸⁾.

As linhas definidoras da política externa portuguesa, haviam já sido publicamente expressas em 6 de Junho de 1937 ⁽⁹⁾, em termos semelhantes aos atrás referidos.

No próprio dia da invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, e antes mesmo de a Grã-Bretanha declarar guerra à Alemanha, numa atitude de manifesta independência política relativamente à sua poderosa Aliadas, o Governo Português, em nota oficiosa, assumia «os deveres da nossa Aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave», embora, «felizmente, esses deveres não obrigassem a abandonar a situação de neutralidade. Tinha-se como o mais alto serviço poder manter a paz para o povo português, esperando-se que, nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações, lhe impusessem comprometê-la» (a neutralidade) ⁽¹⁰⁾.

A orientação seguida norteava-se, e continuaria a nortear-se até final da Guerra, por bases pragmáticas de natureza geopolítica, muito mais do que por impulsos de ordem ideológica. Daí, a pronta vinculação à Aliança Inglesa, mas evitando um exclusivismo tutelar limitador da independência nacional mediante a amizade com a Espanha e o esforço diplomático desenvolvido no sentido de afastar esta de compromissos com o Eixo e de a aproximar da Inglaterra.

⁽⁸⁾ Idem, III volume (1938 — 1943), 2.ª edição, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1959.

⁽⁹⁾ Idem, ibidem, II volume, pág. 301 a 316.

⁽¹⁰⁾ Idem, ibidem, III volume, pág. 173 e 174.

É útil ainda hoje meditar nesta orientação, para defesa da nossa independência de país pequeno e enfraquecido, no respeitante ao relacionamento, quer com a grande potência peninsular nossa vizinha, quer com as poderosas nações europeias a cuja comunidade pertencemos, quer com as potências marítimas, seja a mundial, os Estados-Unidos, ou as europeias, Inglaterra e Holanda, cujo apoio, como país atlântico que continuamos a ser, se nos torna indispensável, para evitarmos cercos a que nos queiram sujeitar, quer ainda com as nações que falam a língua portuguesa, em especial o Brasil, cujos laços interessará estreitar o mais possível.

O rearmamento do Exército Português

Muito antes do início da II Guerra Mundial, e até da Guerra de Espanha, o Governo Português pretendia rearmar-se, com a noção de que não basta desejar a neutralidade. É necessário ter poder para defendê-la e preservá-la.

Em 11 de Maio de 1936 o Ministro da Guerra afirmou ⁽¹¹⁾:

«Temos de ter um Exército, que nos é necessário para defesa dos grandes interesses da Nação».

Nesse sentido se lançaram as reformas militares de 1937. Visavam elas levantar o moral do Exército, começando por desenvolver a força de carácter e a vontade consciente de servir dos militares, rever a sua organização, dotá-lo de melhores meios e preparação técnica, teórica e prática, e facultar-lhe instalações adequadas, matéria em que se havia chagado a inverosímeis extremos ⁽¹²⁾.

O rearmamento punha-se, pois, como questão de singular urgência. Mas Portugal não era um país produtor de armamento. Não lhe restava, em vista disso, senão obtê-lo no estrangeiro.

Não perdendo de vista a melhor forma de cumprir as obrigações da Aliança e antevendo uma provável cooperação ulterior dos exércitos português e inglês lutando lado a lado, foi considerado do maior interesse

⁽¹¹⁾ Idem, ibidem, II vol., pág. 121 a 123.

⁽¹²⁾ Idem, ibidem, II vol., pág. 209 a 217.

terem ambos material e equipamento iguais para uma melhor e mais fácil colaboração ⁽¹³⁾.

O Governo Britânico aceitou a ideia, sem se comprometer, contudo, quanto a prazos de entrega, por, no seu entendimento, ter de os condicionar pelos limites de execução do seu próprio plano ⁽¹⁴⁾.

Portugal adoptava este critério por sua insistente iniciativa e acentuaria repetidas vezes ser puramente política a importância dada pelo Governo Português à questão ⁽¹⁵⁾. Nem sempre o material inglês era o de melhor qualidade, nem maiores as facilidades concedidas pelo Governo Britânico e os custos de aquisição eram bem mais baixos noutros países, em particular, na Itália e na Alemanha ⁽¹⁶⁾.

A satisfação das encomendas colocadas na Inglaterra, teve execução irregular e demorada. No ano de 1941, por esse motivo, longe se estava da obtenção do material pretendido, e eram gravíssimas as ameaças a penderem sobre Portugal como consequência do evoluir da guerra.

A Inglaterra foi-nos fornecendo a custo artilharia de costa para a defesa de Lisboa e, mais tarde, para Lourenço Marques e os Açores, além de peças antiaéreas de 9,4, com os respectivos preditores, telémetros, projectores de 10,5 e tractores, e ainda de obuses de 8,8, material de transmissões, entre o qual os postos de rádio P11 e P21, e mais tarde, de artilharia média de 14 e 11,4.

A França, por motivos políticos, negou-se a reabastecer Portugal e pressionou a Checoslováquia no sentido de não satisfazer encomendas que lhe haviam sido postas, levando, por tal motivo, o Governo Português a cortar relações diplomáticas com ela ⁽¹⁷⁾.

⁽¹³⁾ *Dez Anos de Política Externa (1936 — 1947)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol I, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973, documento n.º 1 (Nota entregue em mão pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Inglaterra em Lisboa, a 4 de Setembro de 1936), pág. 15 a 18. O Ministro dos Negócios Estrangeiros era então o Doutor Armindo Monteiro e o Embaixador Sir Charles Wingfield.

⁽¹⁴⁾ A situação mantinha-se ainda idêntica em 27 de Maio de 1938, como o mostra o Memorando entregue nessa data pelo Embaixador da Inglaterra em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses (Ver DAPE, vol I, documento n.º. 301, pág. 374 e 375).

⁽¹⁵⁾ Idem, ibidem, doc. n.º 1, pág. 15 a 18.

⁽¹⁶⁾ Idem, ibidem, doc. n.º 265 (Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres, de 8 de Abril de 1938), pág. 342 a 344.

⁽¹⁷⁾ Idem, ibidem, doc. n.ºs 43, 45, 46 e 47, pág. 97 a 100 e 49, 50, 51 e 52, pág. 111 a 114 e Franco Nogueira, *Salazar*, 3.º volume, Atlântica Editora, Coimbra, 1978, pág. 123 a 126.

A incapacidade da Inglaterra veio a obrigar o Governo Português a procurar adquirir material noutros países. Entre os neutrais, recebeu da Dinamarca metralhadoras *Madsen* para a Cavalaria, e da Suécia peças antiaéreas *Bofors* de 4 cm e cunhos para capacetes de aço. Entre os beligerantes, a Alemanha forneceu grandes partidas de material: espingardas *Mausser*, metralhadoras *Dreyse*, obuses de 10,5 e de 15. A Itália, por seu turno, abasteceu-nos de metralhadoras *Breda* e de obuses de 7,5 de montanha ⁽¹⁸⁾.

O recurso ao material fornecido pela Alemanha e pela Itália foi adoptado, apesar da grande oposição da Inglaterra e da contrariedade portuguesa pela obrigação de se empregarem calibres não usados pela sua Aliada, facto de que forçosamente haveriam de resultar grandes embaraços no reabastecimento de munições em tempo de guerra. Não restava, contudo, outra alternativa.

A recepção deste material começou a verificar-se numa mais larga escala, a partir do fim de 1940. Com algum dele se puderam equipar as unidades mobilizadas para os Açores, Madeira, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Os primeiros pontos do territórios nacional que receberam forças expedicionárias do Continente foram os Açores, Angola e Moçambique.

A defesa do Arquipélago dos Açores não se dispersou por todas as ilhas. Concentrou-se em S. Miguel, na Terceira e no Faial. O Comando Militar foi transferido de Angra para Ponta Delgada ⁽¹⁹⁾.

A construção definitiva das obras de fortificação e das plataformas foi efectuada por Capitães de Engenharia, em regime de administração directa. Na Horta e Ponta Delgada as peças ficaram instaladas e prontas a fazer fogo no princípio de Setembro de 1940, realizando-se as experiências iniciais de tiro, respectivamente, em 29 do mesmo mês e em 15 de Outubro ⁽²⁰⁾.

A 18 desse mês desembarcou na Horta, com destino à defesa da ilha do Faial, o primeiro Batalhão de Infantaria expedicionário, o 66. Ao longo de 1941 e até meados de 1942, chegaram aos Açores mais sete Batalhões expedicionários.

⁽¹⁸⁾ O pormenor destes fornecimentos consta de muitos documentos integrados na obra citada DAPE, sobretudo nos volumes I e II, e VI, VII e VIII.

⁽¹⁹⁾ General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 89 e 113.

⁽²⁰⁾ Idem, ibidem, pág. 121 a 127.

A defesa dos Açores ficou assim articulada, em traços largos:

- Comando Militar dos Açores em Ponta Delgada e Comandos Militares de S. Miguel, da Terceira e do Faial;
- em S. Miguel: 3 Comandos de Regimento, enquadrando 10 Batalhões de Infantaria, 3 dos quais com quadros nacionais e praças de recrutamento local; 1 Bateria de Artilharia de Costa, dotada de material pesado de longo alcance, mas muito antiquado, 1 Grupo a 3 Baterias, e 1 Bateria de Campanha e 5 Baterias Antiaéreas; 1 Batalhão de Sapadores Mineiros a 3 Companhias, 1 Companhia de Parque e 1 Destacamento de Engenharia;
- Na Terceira: 1 Comando de Regimento, 4 Batalhões de Infantaria, 3 dos quais com quadros nacionais e praças do recrutamento local e 8 Baterias de Artilharia de Campanha e Antiaérea; 1 Companhia de Sapadores Mineiros e 1 Destacamento de Engenharia;
- No Faial: 1 Comando de Regimento, 3 Batalhões de Infantaria expedicionários; 1 Bateria de Artilharia de Costa, 1 Bateria de Artilharia de Campanha e 2 Antiaéreas; 1 Companhia de Sapadores Mineiros.

O dispositivo logístico do Arquipélago de modo idêntico se encontrava descentralizado pelas três Ilhas. Os efectivos eram da ordem de 30 000 homens ⁽²¹⁾.

A defesa de Cabo Verde dispunha de 1 Comando Militar que, à semelhança dos Açores, fora transferido neste caso da Praia para S. Vicente. Semelhantemente, apenas quatro ilhas esta guarnecidas: a do Sal, a de S. Vicente, a de Santiago e a de Santo Antão. As duas primeiras dispunham de 1 Comando de Regimento. Para o Arquipélago foram enviados 5 Batalhões expedicionários. O primeiro a desembarcar foi destinado ao Sal, aonde chegou em Junho de 1941.

A defesa da Madeira foi assegurada por três Batalhões de Infantaria, 2 dos quais com quadros nacionais e recrutamento local de praças, 3 Baterias (uma de Campanha, outra de Costa e outra de Antiaérea). O Batalhão expedicionário desembarcou em Março de 1941.

⁽²¹⁾ General Manuel de Sousa Meneses, *A defesa dos Açores na 2.ª Guerra Mundial* (no prelo) e elementos colhidos do Grupo de Trabalho para a História do Exército Português.

Em Angola, além do Quartel General e unidades que poderíamos designar como de guarnição normal, desembarcaram 2 Batalhões expedicionários em Agosto de 1940 e Fevereiro de 1942. Mais outro desembarcou no Lobito em 16 de Junho de 1944. Veio a ser transferido para Moçambique, a fim de embarcar em 19 de Novembro desse ano com destino a Timor e a pôr termo à ocupação japonesa.

Para Moçambique, além do Quartel General e das unidades da Guarnição normal do território, foram mobilizados mais dois Batalhões expedicionários, desembarcando o primeiro em Agosto de 1940 e o segundo em Abril de 1942 ⁽²²⁾.

Para o planeamento das questões militares referentes à defesa e ao rearmamento foram estabelecidos e mantidos frequentes e estreitos contactos entre os Governos e autoridades militares de Portugal e da Inglaterra, iniciados mesmo antes da eclosão da guerra.

Pela importância que veio a ter, merece referência particular a designada *Missão Barros Rodrigues*, chegada a Londres, por convite da Inglaterra, a 20 de Fevereiro de 1941 ⁽²³⁾.

Nos contactos iniciais pretendiam os ingleses que a sua acção, no caso de um ataque a Portugal, deveria ser ditada pelas circunstâncias de ocasião. A esta tese se opôs com firmeza o Chefe da Missão, Coronel Barros Rodrigues, alegando que, se a Inglaterra não tivesse um plano onde se considerasse o seu auxílio possível, o Estado-Maior português não poderia, por seu lado, estabelecer um plano de resistência.

Tal firmeza originou uma alteração profunda da atitude dos ingleses, a ponto de os mesmos passarem a encarar a hipótese de auxílio em pessoal e material, embora sem o poderem prometer definitivamente.

Receavam a nossa fraca capacidade de resistência, pela deficiente instrução militar e organização defensiva. O elemento essencial da defesa do País teria de ser a própria preparação nacional para a guerra que nenhum estrangeiro podia substituir nos primeiros dias. Na hipótese mais favorável, durante 16 a 30 dias a responsabilidade da defesa teria de ser inteiramente portuguesa e, com a melhor boa vontade, só ao fim de 2 meses, contados da partida do primeiro contingente, poderia um exército aliado estar a bater-se ao lado do nosso, e não seria ainda poderoso.

⁽²²⁾ Elementos facultados pelo Grupo de Trabalho para a História do Exército Português.

⁽²³⁾ DAPE, vol. VIII, documento n.º 1540 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros — Ofício de 13 de Março de 1941), pág. 189 a 196.

Quanto a um ataque a Portugal, os ingleses calculavam só ser possível ao fim de um mês, contado do dia em que as primeiras tropas alemãs atravessassem os Pirineus, embora se tornassem possíveis antes ataques não pesados.

O Estado-Maior inglês era concordante quanto à linha de defesa de Portugal se situar apenas à roda de Lisboa, dada a nossa fraqueza militar, isto é, que se concentrasse na região Santarém-Lisboa-Alcácer, ou seja, a que veio a constituir a zona de acção do Corpo de Exército nas Manobras de 1943.

Terminaram as conversações sem compromissos mútuos, mas os portugueses passaram depois delas a poder organizar os seus planos a partir de duas premissas essenciais: a da manutenção do domínio inglês no Atlântico Oriental e a da existência de uma zona de resistência à volta de Lisboa, tornada objectivo principal e decisivo a defender a todo o custo.

Para o resto do País organizar-se-ia um plano de destruições, com a finalidade de demorar o avanço do inimigo e dificultar o seu reabastecimento, e outro de evacuação das populações e dos seus haveres e a do próprio Governo, cuja transferência para os Açores se admitia como hipótese.

As ameaças sobre Portugal nos primeiros anos da Guerra

O tempo só nos permite tratá-las em termos muito genéricos.

A capitulação da França em Maio de 1940 provocou enormes inquietações em Portugal (24). As tropas alemãs marchavam em direcção à fronteira espanhola dos Pirineus e o Embaixador de Portugal em Madrid informava Lisboa de que fortes pressões se exerciam pelos alemães sobre o Governo Espanhol com vista a fazê-lo entrar em guerra a seu lado, embora

(24) Franco Nogueira, ob. citada, pág. 256 a 260 e 268 a 276. Nos fins de Abril o Adido Militar britânico elaborara um relatório para o Embaixador Selby prevendo uma invasão alemã da Espanha, ou um golpe de mão sobre Portugal. Selby entrou em pânico e recomendou ao Foreign Office a ocupação militar do nosso país «por três a cinco divisões britânicas, acompanhando a diligência oficial por uma carta particular ao Secretário de Estado, Lord Halifax. David Eccles, do Ministério da Guerra Económica inglês, vindo a Lisboa para negociações relativas ao bloqueio da Inglaterra contra a Alemanha, enviou também para o Foreign Office uma carta mais do que pessimista. O Foreign Office reagiu, no entanto, com maior serenidade, embora decidisse estudar o relatório.

lhe parecesse quanto a isso, que, no momento, o maior perigo havia passado (25).

As relações entre os dois Governos peninsulares tornaram-se na ocasião mais difíceis, em virtude do reforço da corrente espanhola favorável ao Eixo, designadamente a Falange, que se pronunciava a favor de uma União Ibérica. Os boatos corriam em catadupas.

A margem de tal corrente, no maior sigilo, aos dois Governos foi possível assinar em Lisboa o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão, em 29 de Julho desse ano (26).

O Foreign Office, pela voz de Lord Halifax, enalteceu nos Comuns um acto considerado pelo Governo Britânico estabilizador da política de neutralidade peninsular (27).

No dia 9 de Maio de 1940, o Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Coronel Beigbeder, chamou o Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministério, a fim de efectuar uma comunicação de certa importância de que o Generalíssimo o encarregara para ser imediatamente transmitida ao Presidente do Conselho português, por reputar a informação obtida de fonte muito segura: um oficial superior francês afirmara a pessoa de toda a confiança, que «ocupava agora um posto no exército expedicionário a Portugal». Não supunha que os aliados intentassem qualquer acção sobre a metrópole, mas tinha grande receio de que se preparasse um golpe contra os Açores (28).

A 15 de Maio, o War Cabinet, com desconhecimento de Lisboa, dava instruções aos Chefes de Estado-Maior para começarem a preparar planos secretos detalhados de ocupação de alguns pontos estratégicos em território português, com vista a evitar que os Açores, Cabo Verde, os portos de Luanda, do Lobito, de Lourenço Marques e da Beira, bem como o caminho de ferro desta, caíssem em mãos inimigas (29). Os nomes de código dos planos,

(25) DAPE, VI vol., documento n.º 684 (carta de 10 de Maio de 1940 para o Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 606 e 607.

(26) Pedro Theotónio Pereira, Memórias, vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1973, pág. 227 a 234.

(27) DAPE, vol. VII, doc. 1072, pág. 333 e 334.

(28) DAPE, vol. VI, doc. 671 (Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros — Comunicação do Generalíssimo através do Ministro dos Assuntos Exteriores), pág. 596 a 598.

(29) Franco Nogueira, ob. citada, pág. 268 a 276.

ingleses de ocupação dos Açores e Cabo Verde, eram, respectivamente, *Brisk e Shrapnel* ⁽³⁰⁾.

Em 22 de Maio, Lord Halifax enviou uma carta secreta ao Embaixador de Portugal em Londres, referindo-se à «posição estratégica extremamente valiosa» das ilhas dos Açores e de Cabo Verde e à preocupação do Governo Britânico pela «situação potencialmente perigosa» ali existente. Muito desejava que o Governo Português tomasse em breve medidas que protegessem aquelas ilhas. Ao Governo Português cabia determinar a maneira de efectuar essa protecção, mas pedia que fossem tomadas todas as precauções ao alcance do mesmo para a respectiva protecção, enviando, se possível, para elas um adequado corpo de tropas regulares ⁽³¹⁾. Como vimos, depois da organização de algumas unidades de recrutamento local, em 18 de Outubro, desembarcou na Horta com destino ao Faial o primeiro Batalhão expedicionário.

Em 1 de Junho, o Embaixador Selby informava o Foreign Office da sua satisfação, porque «dentro das suas possibilidades o Governo Português estava empenhado em tomar todas as necessárias precauções. Estava a responder aos pedidos ingleses com uma celeridade fora de habitual» ⁽³²⁾.

A Inglaterra continuava a sentir dificuldades em apoiar o rearmamento português. Apesar de entender que a manutenção da neutralidade portuguesa era a atitude mais conveniente aos interesses dos dois países, não deixava de apresentar pedidos susceptíveis de a comprometer, razão pela qual o Governo Português nem sempre lhes dava um acolhimento e uma resposta imediata.

Em consequência, Lord Halifax, em 7 de Março de 1940, chamou o Embaixador de Portugal ao Foreign Office e, no mesmo dia, o Embaixador da Inglaterra em Lisboa apresentou um Memorial no Ministério

⁽³⁰⁾ Glyn A. Stone, *The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1936 — 1941* (trabalho dactilografado proposto para publicação), 1987. Um dos militares que esteve ligado a estes projectos ingleses foi Montgomery quando comandava a 3.ª Divisão Britânica, como refere o General José M. Bethencourt Rodrigues em *Lendo as «Memórias» de Montgomery*, separata da «Revista Militar», Lisboa, 1982, pág. 24.

⁽³¹⁾ Glyn A. Stone, ob. citada.

⁽³²⁾ DAPE, vol. VII, doc. n.º 761 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 63 e 64 e n.º 762 (Carta do Secretário de Estado Britânico dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 64 e 66.

dos Negócios Estrangeiros. Pelas duas diligências se fazia ciente o Governo Português de que o Governo de Sua Majestade não podia ocultar que o acolhimento dado pelo primeiro aos pedidos por ele apresentados desapontava fortemente Lord Halifax, o Secretário de Estado do Foreign Office ⁽³⁾.

No dia 13 o Ministro dos Negócios Estrangeiros português entregou em mão ao Embaixador Britânico em Lisboa o Memorial de resposta ⁽⁴⁾. O Governo Português mantinha não lhe ser possível «deixar de se ocupar a sério da reorganização, instrução e armamento das suas forças militares — em primeiro lugar, porque nenhum Governo consciente se podia absolver de deixar exclusivamente a cargo de outrem o cuidado da sua defesa e, em segundo lugar, porque estava firmemente convencido de que interessava aos dois países um Portugal forte e suficientemente armado».

Dada a importância da manutenção da neutralidade portuguesa, reconhecida pela própria Inglaterra, o Governo Britânico recebera com prazer a segurança dada pelo Governo Português de prestar toda a atenção e considerar com a maior boa vontade, dentro da sua neutralidade benevolente, tudo aquilo que pudesse ser útil ao Governo Britânico. Não seria exacto, portanto, equiparar a discussão dos assuntos à recusa de os resolver de modo satisfatório, nem mesmo verificando-se uma negativa formal. Nenhum pedido seria apresentado pelo Governo Britânico sem que o Governo Português o julgasse sinceramente, dentro das suas possibilidades jurídicas e técnicas e dentro de uma digna interpretação da sua neutralidade.

Mas isto não eximia o Governo Português a examinar todas as pretensões apresentadas, por duas razões: a primeira, por ser ele o primeiro e principal responsável pelos seus actos; a segunda, por ser a ele mais seguramente do que a ninguém que competia ajuizar de todas as possibilidades e da correcção com que pretendia dirigir-se.

Se o Governo de Sua Majestade estivesse na disposição de considerar que toda a discussão significava negativa e toda a negativa era faltar Portugal aos deveres de amizade para com a sua Aliada, então deveriam ater-se os dois Governos a muitas dificuldades e equívocos, o que seria

⁽³⁾ DAPE, vol. VI doc. n.º 431 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 377 a 379, e n.º 435 (Do Embaixador de Sua Majestade Britânica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 381 a 387.

⁽⁴⁾ Idem, ibidem, documento n.º 454, pág. 400 a 405.

certamente muito desagradável para ambos os Governos, mas isso não teria remédio da parte portuguesa.

Era esta atitude do Governo Português, assente em claros interesses das duas nações aliadas, tão maduramente reflectida que não se sabia porque haveria de ser modificada, nem os factos passados ou presentes justificavam o juízo de que devia tê-lo sido.

O futuro, com a aproximação alemã da fronteira espanhola dos Pirineus, após as suas vertiginosas vitórias que levaram à capitulação da França em Maio de 1940, veio a confirmar ser avisada a atitude adoptada em benefício dos interesses, não só portugueses, como das demais nações e, em particular das Aliadas.

No Outono de 1940, Hitler, não dispondo de superioridade aérea para se lançar na invasão da Inglaterra, encarou a hipótese de a isolar. A tomada de Gibraltar favorecer-lhe-ia esse plano ⁽³⁵⁾. Pretendeu obter a cooperação de Franco, encontrando-se com ele em Hendaya a 23 de Outubro. Com astúcia, o Generalíssimo adoptou uma atitude evasiva, manifestando calorosa simpatia pelo Eixo, mas condicionando a sua adesão ao plano à possibilidade de solucionar previamente os seus difíceis problemas de carências de bens alimentares e de armamento e equipamento militar ⁽³⁶⁾. No dia seguinte, Hitler encontrou-se com Pétain em Montoire. De novo, lhe não foi favorável o encontro, pois o Marechal negou-se a

⁽³⁵⁾ John Toland, *Adolf Hitler*, Doubleday and Company Inc, Garden City, New York, 1976, pág. 630.

⁽³⁶⁾ Raymond Cartier, *La Seconde Guerre Mondiale*, Paris, 1965, pág. 177 e 178 e John Toland, ob. cit., pág. 634 a 636. Num longo discurso inicial Hitler pediu a Franco para fazer a Espanha entrar em Guerra a 10 de Janeiro de 1941. O Generalíssimo ouviu calado e falou depois. Queria conquistar Gibraltar, mas isso tinha de ser feito por espanhóis, e não recebido como dádiva de uma potência estrangeira. Seria necessário reequipar o Exército completamente, reconstruir os caminhos de ferro arruinados pela guerra civil, e assegurar uma alimentação suficiente para uma população subalimentada a fim de lhe retemperar as forças. A Espanha contava com o concurso da Alemanha para todas estas tarefas, mas não podia pensar em estar pronta num prazo tão curto. A reunião durou sete horas, e a meio dela Hitler teve um ataque de fúria pelas objecções apresentas por Franco.

declarar guerra à Inglaterra ⁽³⁷⁾. Pior foi, porém, o encontro com Mussolini em Florença, a 28 de Outubro. Irritado pela ocupação alemã da Roménia sem ter sido avisado antes, o Duce decidira invadir a Grécia nesse dia, sem pôr Hitler antecipadamente ao corrente. O último compreendeu desde logo a gravidade de invasão e afirmou que os italianos acabavam de lhe destruir os planos ⁽³⁸⁾.

Mesmo assim Hitler não abandonou a ideia de se apoderar, quer de Gibraltar após invasão da Península, quer das ilhas atlânticas. Elaborou para o efeito a Directiva n.º 18, de 12 de Novembro, com o nome de código *Felix*. A ela se opôs o Comando Naval, devido a não possuírem os alemães, em seu entendimento, de suficiente poder no mar para ocuparem as ilhas e as conservarem depois na sua posse ⁽³⁹⁾.

O peso pressentido em Portugal desta ameaça aumentava as preocupações do Governo Português e o seu empenhamento na urgência do rearmamento e na conveniência em se efectuarem conversações entre Estados-Maiores com os ingleses.

Em 6 de Maio de 1941, quando a invasão da Península Ibérica pelos alemães aparecia como iminente aos observadores mais categorizados e, para impedir ou deter, os ingleses não teriam meios nem mesmo com o auxílio dos americanos, a tensa situação levou o Senador Pepper a

⁽³⁷⁾ Raymond Cartier, ob. citada, pág. 178 e 179 e John Toland, ob. citada, pág. 640 e 641. Hitler perguntou a Pétain se a França estava decidida a defender o seu império contra os ataques ingleses e a reconquistar os territórios dissidentes que haviam tomado posição ao lado dos Aliados. Pétain respondeu que a França tinha sofrido demais do ponto de vista material e moral para se lançar em novo conflito, e perguntou porque é que a Alemanha não esclarecia a França sobre o seu destino, não lhe reduzia os custos da ocupação, abrandava a linha de demarcação e libertava os prisioneiros. Laval reconheceu, por seu lado, que a declaração de guerra à Inglaterra era nessa altura impossível, mas que se poderia estabelecer uma colaboração com a Alemanha noutros domínios sem serem os militares. Raymond Cartier concluiu que de Montoire o que veio ao de cima foi unicamente a palavra «colaboração». Tornou-se depois um estigma e um crime. Mas, em Outubro de 1940, fora apenas uma medalha sem valor.

⁽³⁸⁾ Raymond Cartier, ob. citada, pág. 176 — 178. Mussolini ao saber do facto consumado da ocupação da Roménia terá dito a Ciano: «Vou servir-lhe um prato da sua cozinha. Saberá da minha entrada na Grécia pelos jornais». E assim aconteceu de facto, quando, em 28 de Outubro, o comboio de Hitler parou em Bolonha, antes de chegar a Florença, e ali obteve e leu pela manhã os jornais do dia.

⁽³⁹⁾ H. R. Trevor — Roper, *Hitler's War Directives, 1939 — 1945*, Sidgwick and Jackson, Londres, 1964, pág. 39 a 42. O acesso a esta obra foi-nos facultado por deferência do Adido Militar Inglês, e por empréstimo do exemplar da obra pertencente à Biblioteca do Army Department inglês, solicitado a Londres. Nessa data, e presumo que ainda assim acontece, nenhum exemplar da obra existia em Portugal.

pronunciar no Congresso um discurso apelando para o seu Governo tomar medidas no sentido da defesa do país ⁽⁴⁰⁾. A 27, o próprio Presidente Roosevelt num discurso, após referir a importância fundamental das ilhas atlânticas para a defesa dos Estados-Unidos, chegou ao ponto de dizer que seria estúpido esperar que a Alemanha se firmasse nelas para atacar a América ⁽⁴¹⁾.

A reacção do Governo Português foi vigorosa e imediata junto do Secretário de Estado americano, exprimindo os mais sérios reparos do Governo Português pelo discurso de Roosevelt e pela doutrina nele expressa com referência directa e repetida a territórios portugueses. Chamava-se, além disso, a atenção para o perigo que seria deixar falto da indispensável clareza assunto tão grave, permitindo a outro beligerante invocar, por seu turno, perigos idênticos para, com tal fundamento, procurar justificar, como garantia necessária e antecipada, violências contra territórios de um Estado neutral ⁽⁴²⁾.

Simultaneamente, foram comunicadas ao Embaixador em Londres as diligências efectuadas junto do Departamento de Estado americano, acrescentando que o Governo Português, não tendo compromissos políticos com o Governo de Washington, não poderia deixar de considerar qualquer atitude de desconhecimento da soberania portuguesa nas ilhas atlânticas, ainda que baseada na presunção de tencionar ocupá-las uma potência inimiga, como acto de agressão ao território português com as lógicas reacções que o caso exigia ⁽⁴³⁾.

A demora na resposta formal de esclarecimento por parte dos Estados-Unidos levou o Governo Português a insistir em Londres e a esclarecer que, contra uma tal agressão americana, resistiríamos e teríamos o direito de invocar, e não deixaríamos de o fazer, as obrigações da Inglaterra para com Portugal. Além das condições de ordem material indicadas antes,

⁽⁴⁰⁾ Augusto de Castro, *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra*, Livraria Bertrand, Lisboa, s/data, pág. 19 a 21 e DAPE, vol. VIII, doc. 1794 e 1795 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 386 a 388.

⁽⁴¹⁾ Idem, ibidem, doc. 1850 e 1850 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 450 a 456.

⁽⁴²⁾ Idem, ibidem, doc. 1855 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 460 463.

⁽⁴³⁾ Idem, ibidem, doc. 1853 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 457 e 458.

surgiria esta de ordem moral e jurídica: em que situação viria a ficar a Inglaterra? (44).

A resposta do Departamento de Estado americano não foi tida como suficiente e satisfatória pelo Governo Português, que só, veio a considerar o assunto esclarecido por uma carta pessoal de Roosevelt para o Presidente do Conselho, datada de 8 de Julho, e destinada a corrigir o erro cometido. Nela exprimia, «o firme desejo dos Estados-Unidos de que não fosse violado o domínio soberano de Portugal sobre aqueles territórios» (45).

Antes do seu discurso, porém, Roosevelt ordenara aos chefes militares que preparassem forças navais para, apoiadas pelas esquadras do Atlântico, ocuparem os Açores. O treino das tropas para essa expedição foi dirigido pelo Brigadeiro-General Holland Smith, que mais tarde veio a actuar e a distinguir-se no Pacífico.

Em documento secreto para o Presidente, os seus Estados-Maiores avisavam-no de que, em virtude das forças de defesa do Arquipélago já lá existentes na ocasião, o desembarque «não poderia fazer-se sem perigo de importantes perdas para a Marinha americana, sobre quem, dado o carácter da operação, deveria recair o maior peso» (46).

A ocupação dos Açores, apesar de todas as dificuldades, acabara de facto por efectuar-se em tempo oportuno, e pôde vir a ter um apreciável efeito dissuasor de eventuais tentativas de invasão, quer por parte do Eixo, quer dos Aliados.

O Foreign Office, nestas circunstâncias, recomendou a Churchill a necessidade de obter a concordância dos Estados-Unidos quanto a manterem-se afastados de negociações numa acção em que o Gabinete Britânico sozinho estava em condições de obter melhores resultados. Roosevelt acabou por anuir à proposta.

Em 22 de Junho, a Alemanha lançou-se na invasão da União Soviética, com apreciável atraso em relação ao inicialmente previsto, resultante da necessidade que teve de intervir, quer na Grécia, quer no Norte de África, em consequência do insucesso das campanhas ali desencadeadas pelos italianos. Com o empenhamento alemão a Leste, os riscos de invasão

(44) Idem, ibidem, doc. 1894 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 505 a 508.

(45) DAPE, vol. IX, doc. 2040 (Do Presidente dos Estados Unidos da América ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), pág. 37 a 41.

(46) Augusto de Castro, ob. citada, pág. 23 a 31.

terrestre do território português, no Continente e nas Ilhas Atlânticas, começou a atenuar-se, sem contudo desaparecer de todo. A Directiva de Hitler n.º 42, de 29 de Maio de 1942, determinava ainda ao Alto Comando a elaboração de planos com esse objectivo (47).

Tal tendência tornou-se ainda mais nítida quando, a 8 de Novembro de 1942, os Aliados desencadearam a operação «Tocha» no Norte de África. Nesse dia, o Embaixador inglês e o Ministro americano em Lisboa, em audiências solicitadas para a 1 da madrugada, respectivamente, ao Presidente do Conselho e ao Presidente da República, anunciaram o desembarque naquela zona de forças anglo-americanas.

Inglêses e americanos deram nessas audiências as suas garantias de que nenhum território português viria a ser afectado pelas operações. Os Aliados pretendiam poupar a Península aos horrores da guerra e, em virtude das estreitas e amigáveis relações entre os dois países peninsulares e da influência em Madrid do Governo Português pediam a este último que averiguasse as inquietações espanholas (48).

A concessão à Inglaterra de facilidades nos Açores

No ano de 1943, a importância estratégica dos Açores havia aumentado em consequência de a guerra submarina se ter desviado do Atlântico Norte para a área do Arquipélago. Churchill considerava que uma escala

(47) Trevor — Roper, ob. citada, pág. 121 a 123.

(48) DAPE, vol. XII, doc. 35 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 68, 36 (Do Embaixador da Grã-Bretanha ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros — Mensagem do Primeiro-Ministro do Reino Unido), pág. 68 e 69, 37 (Do Ministro dos Estados Unidos da América ao Presidente da República — Mensagem do Presidente dos Estados Unidos da América) pág. 70 e 71, 38 (Da Legação dos Estados Unidos da América ao Ministro dos Negócios Estrangeiros) pág. 71, 39 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 71 e 72, 40 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 72 e 73, 41 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros às Embaixadas e Legações de Portugal), pág. 74, 42 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 75, 43 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 75 e 76, 44 (Do Presidente de Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 76 e 77, 45 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 77 a 79, 46 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 79 e 80, 47 (Do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministro dos Estados Unidos em Lisboa), pág. 80 a 81, 48 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 83. Ver também Franco Nogueira, ob. citada, pág. 405 a 411 e Augusto de Castro, ob. citada, pág. 81 a 91.

apoiada neles permitiria economizar um milhão de toneladas de mercadorias e vários milhares de vidas humanas por ano ⁽⁴⁹⁾.

O empenhamento alemão a Leste levou a que se atenuasse a ameaça terrestre para Portugal pendente sobre o território continental. Os riscos e ameaças maiores passaram desde então a pairar sobre os Açores, provenientes sobretudo dos Aliados.

Em Março desse ano, na Conferência de Casablanca e, em Maio, na de Washington, conhecida também pelo nome de código *Tridente*, Roosevelt e Churchill acordaram em colocar Portugal perante o facto consumado da ocupação dos Açores ⁽⁵⁰⁾. De Londres, Eden e Atlee discordaram aberta e vigorosamente. Deveria praticar-se primeiro uma acção diplomática em Lisboa. O Embaixador Campbell apoiava sem reservas esta orientação. Churchill não acreditava que a diligência resultasse. Mas foi aceite e prevaleceu o ponto de vista, embora os Estados-Unidos devessem planear a ocupação militar dos Açores, para o caso de as diligências virem a falhar ⁽⁵¹⁾. A essa operação anglo-americana foi dado o nome de código *Lifebelt*, e depois *Bracken*. O primeiro nome, cuja tradução é «cinto de salvação», dá bem ideia da importância atribuída pelos Aliados às facilidades nos Açores ⁽⁵²⁾.

Em 18 de Junho, o Embaixador Campbell, invocando a Aliança, apresentou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o pedido de instalação nos Açores, sem precisar as condições. Sublinhava que os ingleses retirariam as suas tropas no fim das hostilidades e assegurava o respeito pela soberania portuguesa no conjunto dos seus territórios. A África do Sul associava-se, e podiam esperar-se garantias idênticas por parte dos Estados Unidos ⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾ Winston Churchill, *Mémoires sur la Deuxième Guerre Mondiale*, vol. IV, 2.^a parte, Plon, Paris, 1951, pág. 406.

⁽⁵⁰⁾ Katharine Duff, *The War and the Neutrals*, Oxford University Press, Londres, Nova York, Toronto, 1956, pág. 336.

⁽⁵¹⁾ Augusto de Castro, ob. citada, pág. 23 a 32.

⁽⁵²⁾ Idem, ibidem, e Glyn Stone, ob. citada.

⁽⁵³⁾ DAFE, vol. XII, doc. 82 (Apontamento de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 117 a 121, 83 (Do Embaixador da Grã-Bretanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 21 a 125, 85 (Apontamento de conversa do Secretário-Geral com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 131 a 134, e 86 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 134 e 135.

O Presidente do Conselho desconhecia os conluíus anglo-americanos, mas teve consciência, mesmo assim, de que uma resposta negativa representaria o fim da Aliança e do Império. Em virtude disso, declarou que o pedido seria examinado com boa vontade. Era indispensável consultar Franco, mas não lhe parecia que daí resultassem dificuldades. Na altura era já menos provável um ataque à Península de iniciativa da Alemanha ⁽⁵³⁾.

Dias depois o Presidente do Conselho esclarecia o Governo Britânico, através do Embaixador de Portugal em Londres, que, apesar da fraqueza alemã, não deixava de haver a preocupação por parte do Governo Português em se tomarem as devidas precauções para evitar outro tipo de represálias alemãs. Tudo que não fosse feito com exame calmo das posições políticas e dos problemas militares e económicos que a questão comportava deixaria de ser resolução grave de Governo para se transformar em trágica e leviana aventura ⁽⁵⁴⁾.

As negociações subseqüentes para chegar a um entendimento final foram difíceis. Sem embargo da mais amistosa consideração de eventual revisão, tendo o Governo Português praticado uma política de neutralidade até então, de acordo com o Governo Britânico, como aconselhavam os superiores interesses de ambos os países, os respectivos governos concordavam em reduzir as facilidades nos Açores ao mínimo indispensável à luz da situação estratégica existente.

O Governo Inglês aceitava dar todo o apoio e auxílio militar na medida das suas possibilidades ao Governo Português, no caso de ataque ao território continental, e fornecer, quer o material de guerra em grande quantidade necessário às tropas portuguesas, quer o pessoal técnico para a respectiva montagem e instrução de manejo. As facilidades concedidas pelo Governo Português, apesar das restrições mencionadas, eram importantes, mas nos Açores apenas poderiam desembarcar tropas inglesas e no Continente nenhum soldado estrangeiro o poderia fazer ⁽⁵⁵⁾.

Foram grandes as dificuldades na obtenção de acordo quanto à fixação da data de desembarque das tropas inglesas nos Açores. Churchill pretendia marcá-la para 15 de Agosto. Portugal, contudo, necessitava de

(⁵⁴) Idem, *ibidem*, doc. 92 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 141 e 142.

(⁵⁵) Idem, *ibidem*, doc. 127 (Apontamento de conversa em 24 de Julho de 1943 do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 220 a 224.

receber antes o material e de dispôr de tempo para o distribuir às tropas e colocar estas em condições de saberem utilizá-lo ⁽⁵⁶⁾. Consultada a Missão Militar Portuguesa, que preconizava inicialmente um prazo de 2 1/2 meses a contar da data de chegada do material a Lisboa, concluía-se num relatório sobre o estado das negociações que, em 15 de Outubro, se poderia encontrar em Portugal material e equipamento para 3 Divisões, mas faltaria nessa data por completo a artilharia pesada de Corpo de Exército ⁽⁵⁷⁾.

Perante a premência inglesa, o Governo Português concordou em dar prova de boa vontade com uma antecipação.

O primeiro embarque de material fez-se na Inglaterra em 17 de Agosto. Nesse dia se assinou em Lisboa o Acordo Secreto para a cedência de bases nos Açores à Inglaterra. Nele se fixava a data do desembarque inglês antecipada para o dia 8 de Outubro ⁽⁵⁸⁾.

Em 5 de Outubro, como ficou dito, começaram as Manobras Militares.

Em 8, do Chefe do Governo Português, vencendo a relutância inglesa, deslocou-se a Ciudad Rodrigo para se encontrar com o Conde Jordana, Ministro das Relações Exteriores de Espanha, e o informar do Acordo feito com os ingleses. Este, não só assegurou imediatamente a neutralidade do seu país, como afirmou mesmo que as forças armadas espanholas se oporiam militarmente a qualquer tentativa alemã de transpôr os Pireneus ⁽⁵⁹⁾.

O Governo Português fez também questão de informar o Ministro alemão em Lisboa, antes de ser tornada pública a notícia sobre as facilidades concedidas aos ingleses. Persistia a intenção da sua parte em manter a neutralidade, como foi dito ao diplomata germânico ao ser-lhe dado conhecimento dessas facilidades com fundamento na Aliança, que Portu-

⁽⁵⁶⁾ Idem, ibidem, doc. 129 (Apontamento de conversa em 31 de Julho de 1943 do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 228 a 233.

⁽⁵⁷⁾ Idem, ibidem, doc. 134 (Relatório sobre o estado das negociações em 7 de Agosto de 1943, rubricado pelo Capitão Luis Maria da Câmara Pina), pág. 246 a 253.

⁽⁵⁸⁾ Idem, ibidem, doc. 143 (versão inglesa) pág. 276 a 280, e 145 (versão Portuguesa), pág. 281 e 285.

⁽⁵⁹⁾ Franco Nogueira, ob. citada, pág. 470 a 475 e Augusto de Castro, ob. citada, pág. 43 a 50. Como informa no seu livro *Wartime Mission in Spain*, Carlton Hayes, Embaixador dos Estados Unidos em Madrid nessa época, Franco foi consultado e não viu qualquer razão para as concessões portuguesas aos Aliados poderem de alguma forma afectar o bloco ibérico ou a neutralidade da Espanha.

gal desde o início das hostilidades continuamente vinha reafirmando ⁽⁶⁰⁾. A comunicação terá sido feita às 10 horas do dia 12 de Outubro, aquele em que uma nota oficiosa foi remetida à imprensa para divulgação ⁽⁶¹⁾.

No início das Manobras na decisiva região Santarém-Lisboa-Alcácer do Sal, veio a ser recebido avultado e moderno material em rápido afluxo. A instrução das tropas no manejo desse material efectuou-se com a maior celeridade, despertando grande interesse, curiosidade e até entusiasmo por parte de quadros e praças ⁽⁶²⁾. As Manobras redundaram assim em claro sinal de que os portugueses se dispunham a defender, de armas na mão, qualquer ataque contra o seu território, em especial, na zona do Corpo de Exército.

A 15 de Outubro, o Governo do Reich reagiria com «o mais enérgico protesto» em Lisboa, reservando-se o direito de tomar as medidas decorrentes da situação modificada nos Açores, tida por aquele como grave violação da neutralidade portuguesa. Mas não chegou a haver mais nenhuma outra reacção por parte da Alemanha: nem tentativa de invasão, nem ataque aéreo ou de submarinos ⁽⁶³⁾.

Se a invasão se tivesse verificado, a concentração da defesa na zona Santarém-Lisboa-Alcácer obrigaria a executar os planos de destruições e da evacuação das populações do resto do território. Ambos e mais alguns outros haviam sido previamente estudados por diversas Missões deles encarregadas, agindo em contacto com os Estados-Maiores ingleses ⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶⁰⁾ DAPE, vol. XII, doc. 213 (Apontamento de conversa entre o Secretário-Geral do Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Alemanha em Portugal), pág. 384 a 388. Uma das preocupações do último foi saber se os Estados- Unidos estavam incluídos no acordo e a negativa pareceu agradar-lhe.

⁽⁶¹⁾ Idem, ibidem, doc. 217 (Nota oficiosa da Presidência do Conselho), pág. 391 e 392.

⁽⁶²⁾ General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 201.

⁽⁶³⁾ Idem, ibidem, doc. 241 (Do Ministro da Alemanha em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 410 a 412.

⁽⁶⁴⁾ Idem, ibidem, doc. 206 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres) pág. 376 e 377. Neste documento referia-se a oferta do Embaixador de Inglaterra, expressa em memorial secreto entregue nesse dia 11 de Outubro, do envio de oficiais de Engenharia para reconhecer e estudar o plano de destruições na zona da fronteira, e mais outro oficial para elaborar relatórios sobre pormenores de facilidades dos portos. O panorama havia-se modificado e o Governo entendia, por prudência, continuar a estudar a colaboração inglesa contra uma acção por terra, mas as atenções especiais deviam dirigir-se para a hipótese de agressão aérea. O fornecimento dos técnicos de destruições não tinha assim interesse imediato e devia ser adiado, salvo acontecimentos imprevistos, para depois do regresso de Londres do Capitão Pina, que melhor podia conduzir os trabalhos em Lisboa.

A Alemanha, assoberbada com gravíssimas preocupações na condução da guerra, acabou por optar pela manutenção da neutralidade, devido às suas conveniências políticas e económicas, apesar de Portugal, em relação à Inglaterra, a 17 de Agosto, haver passado a sua de benevolente para colaborante. Evitava assim aumentar o seu isolamento político em consequência do corte de relações com Portugal e das dificuldades que se levantariam quanto às mantidas através de nós com alguns outros países. Além disso, não esquecia um trunfo muito forte do Governo Português — o do volfrâmio que obtinha e lhe era vital ⁽⁶⁵⁾.

No dia 28 de Outubro as Manobras concluíram com um desfile em Pegões das 2.^a e 3.^a Divisões perante o Chefe de Estado. A data já não restavam dúvidas de que, para o Corpo do Exército, se tornaria desnecessário entrar em combate na defesa do último reduto de resistência em território continental ⁽⁶⁶⁾.

Tudo acabara bem e em paz. Por essa razão, para a maioria dos portugueses as Manobras de 1943 não passaram de mais umas como tantas outras.

As realidades são diferentes e mostram não ter sido assim.

Ao historiá-las não deixarão, mesmo num quadro de política interna e externa muitíssimo diferente, de inúmeros ensinamentos se poderem retirar do seu estudo, úteis para os nossos dias e para os que se lhe seguirão.

Não pensando sequer no envolvimento em conflitos armados, o presente e o futuro, segundo penso, não devem vir a ser para nós, nem fáceis, nem serenos, nem isentos de pesadas ameaças.

Surge como particularmente actual e digno de reter, por tal motivo, o aviso que, em dado momento nos foi feito pelos ingleses, de que com-

⁽⁶⁵⁾ Idem, *ibidem*, doc 2.08 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 378. O Duque de Palmela, relatava nele a audiência que lhe havia sido concedida por Churchill. Este manifestara-lhe a sua muita satisfação por tudo ter corrido da melhor forma e fizera-lhe saber que sempre fora partidário da neutralidade portuguesa e contrário ao pedido de facilidades antes de a Inglaterra estar suficientemente forte para nos poder ajudar, o que, por quanto fica descrito, não parece rigorosamente exacto. Iria no dia seguinte, 12 de Outubro, fazer no Parlamento a declaração combinada, à qual juntaria umas palavras que tinha a certeza nos agradariam. Quanto à Alemanha julgava que não alteraria as suas relações com Portugal. Achava muito bem que continuássemos a dar-lhe mais volfrâmio, «para os ter quietos». Embora nada receasse pelo lado da Alemanha, seria conveniente que estivessemos alerta por esses três primeiros dias.

⁽⁶⁶⁾ General Ernesto Machado, *ob. citada*, pág. 208 a 214.

petirá muito mais a nós do que a quaisquer outros enfrentar e vencer as dificuldades e problemas que se nos depararem ⁽⁶⁷⁾. Exige-o a dignidade e uma esclarecida e indispensável prudência.

Carlos Gomes Bessa

Coronel

Da Academia Portuguesa da História

⁽⁶⁷⁾ DAPE, vol. VIII, doc. n.º 1590, atrás citado (nota 23).

**INDÚSTRIA DE DEFESA EM PORTUGAL.
QUE POLÍTICA? ALGUMAS REFLEXÕES**

Luís Emílio Cravo da Silva
General

INDÚSTRIA DE DEFESA EM PORTUGAL. QUE POLÍTICA? ALGUMAS REFLEXÕES (*)

Uma das áreas que em qualquer país deve merecer maior atenção na definição duma política de defesa nacional é sem dúvida a relativa à indústria de defesa. E isto não só porque a existência duma indústria de defesa constitui um factor essencial à sua capacidade de defesa autónoma, como também pelo impacto que a indústria de defesa pode ter no seu desenvolvimento tecnológico e industrial. Portugal não deve constituir por isso uma excepção. Antes pelo contrário, o fim das campanhas do Ultramar, as exigências decorrentes, por um lado, da necessidade duma capacidade defensiva própria inerente à afirmação dum poder político nacional independente e, por outro, dum maior empenhamento de Portugal na NATO, o esforço de modernização global acelerado que se pretende desenvolver no País, e talvez acima de tudo as dificuldades conhecidas que afectam a indústria nacional de defesa, dão ao assunto grande acuidade.

Mas antes de abordar o tema na sua essência, parece-me oportuno fazer algumas considerações, ainda que breves, visando o seu melhor enquadramento global.

Essas considerações abordam duas questões:

- A primeira relativa à influência que as despesas com as Forças Armadas podem ter no desenvolvimento económico dos Estados, e não só aquelas directamente relacionadas com o equipamento dessas forças.
- A segunda a de procurar dar uma noção mais correcta sobre o que é a indústria de defesa pois, duma forma geral, o cidadão comum tem dela uma ideia pouco ajustada.

Quanto à primeira, é sabido ser em todos os países industrializados ou em vias de industrialização, considerada de grande importância a influência que as despesas públicas podem ter na actividade das empresas e, em con-

(*) Conferência proferida no IDN ao Curso de Defesa Nacional.

sequência, no desenvolvimento económico. No que se refere às despesas com as forças armadas bastará pensar no mercado que estas representam nos múltiplos aspectos de que ele se reveste. Na realidade, sendo as Forças Armadas dum país um conjunto constituído por meios humanos e materiais ligados entre si por um sistema organizativo dotado de elevado grau de prontidão, visando a prossecução permanente dum dos objectivos primários do Estado — a sua defesa —, é óbvio que ao mesmo, ainda que na sua expressão menos activa, ou seja, a simples garantia da sua existência em condições de actuação oportuna e eficaz, há que assegurar a vida da componente humana, mantê-la permanentemente dotada com os meios materiais adequados e assegurar a eficiência do funcionamento do sistema organizativo integrador. Isto é, há que alimentar, alojar, garantir a saúde, instruir e treinar a componente humana. Há que garantir-lhe a posse dos melhores sistemas de armas e equipamentos, sempre nas melhores condições de emprego. Há que proporcionar-lhe os meios de informação, comando e controlo indispensáveis ao eficaz funcionamento do sistema. Há que garantir-lhes as reservas de guerra e os meios de sustentação necessários para alimentar as primeiras semanas de combate até ao completamento da indispensável e progressiva mobilização do país para a guerra.

Mas por outro lado o sistema não é estático, ele visa a defesa relativamente a uma ameaça sempre em evolução crescente, pelo que a sua actualização ou modernização tem de constituir uma tarefa permanente. Esta é, aliás, e não é ocioso salientá-lo aqui, uma das formas de que se tem de revestir a estratégia militar dum Estado.

Mas as necessidades de actualização ou modernização das Forças Armadas não resultam somente da evolução crescente da ameaça. Os níveis quantitativos e qualitativos e os ritmos de evolução da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico provocam, eles próprios, a obsolescência rápida dos sistemas de armas e equipamentos que pouco tempo atrás tinham feito entrar em linha de produção, obrigando também, por esta via, à necessidade de reequipamento com novos sistemas de armas e equipamentos mais modernos e eficazes ou, no mínimo, ao aperfeiçoamento dos já existentes, por forma a impedir que as Forças Armadas se tornem, a médio prazo, num instrumento obsoleto e incapaz de cumprir a missão que constitui a razão de ser da sua existência.

Contudo, em particular, as despesas com o reequipamento necessário à actualização ou modernização das Forças Armadas, pelo seu valor quantitativo e qualitativo, não só podem contribuir para a modernização e o desenvolvimento do sector económico mais directamente ligado à indústria de defesa, como se podem repercutir de modo directo na economia nacional, sobretudo se se tiver em conta que se trata de satisfazer necessidades onde o recurso à investigação e a novas tecnologias tem um especial impacto.

Quanto à segunda questão, dizer o que é a indústria de defesa, não é tarefa fácil. Poderíamos buscar uma definição e acrescentar, aliás muito correctamente, que indústria de defesa é toda aquela que produz artigos obedecendo a especificações fixadas pelas Forças Armadas. Mas esta definição também não ajuda muito o cidadão comum. Na realidade o fabrico do simples pão para alimentação das tropas em combate pode ter de obedecer a determinadas especificações decorrentes de exigências do combate as quais podem ir da forma à sua composição. Aliás, a título de curiosidade direi que, em tempos passados, o pão servido às tropas era designado por munição de boca. O mesmo se pode dizer de remédios, tecidos para fardamentos, pneus para viaturas, baterias e pilhas, telefones, teleimpressores, computadores, etc. Isto para só citar alguns exemplos de produtos que se encontram presentes no nosso quotidiano de cidadãos.

Esta referência visa alertar para dois factos importantes:

- A indústria de defesa não se confina, longe disso, à ideia que o cidadão comum dela tem, isto é. o sector industrial dedicado à produção de armas, ou sistemas de armas mais ou menos complexos como aviões, carros de combate, navios de guerra, bocas de fogo e todo o tipo de munições que visam directamente a neutralização ou destruição do inimigo.
- Não existe uma fronteira nítida entre indústria em geral e indústria de defesa, decorrendo este facto da variedade cada vez maior de produtos e equipamentos necessários ao combate e sobretudo ser cada vez mais difusa a fronteira entre tecnologia militar e tecnologia civil. Na realidade, hoje mais do que nunca, não se pode estabelecer uma fronteira entre a tecnologia militar e a tecnologia civil e, em consequência, tudo o que seja orientado por necessidades militares tem de imediato, a curto ou a médio prazo, aplicação nas actividades de ca-

rácter civil, criando um factor de aceleração de impacto enorme no desenvolvimento das sociedades modernas.

Retomaremos este ponto adiante, pois dele decorrem consequências com incidências profundas, as quais vão desde o quadro legislativo que regula a actividade da indústria de defesa entre nós, passando por actividades tão importantes como a da investigação e desenvolvimento até à própria organização da estrutura de produtos das próprias empresas.

Mas interessa aqui é analisar o caso português. É isso que faremos de seguida, após as considerações anteriores de enquadramento geral. No fundo o que iremos fazer é tentar responder às duas questões seguintes:

- Será possível a existência duma indústria de defesa em Portugal que contribua de forma com algum significado para a capacidade de defesa autónoma do País?
- Será possível a existência duma indústria de defesa em Portugal que possa produzir algum impacto positivo no desenvolvimento tecnológico e industrial do País?

Para responder a estas perguntas torna-se indispensável procurar caracterizar em termos globais:

- Portugal como país, estrutural e conjunturalmente.
- As nossas actuais indústrias de defesa, nestas mesmas duas perspectivas.
- As Forças Armadas Portuguesas ainda sob as mesmas perspectivas.

No que se refere ao nosso país poderemos caracterizá-lo, no meu entender, para o fim em vista, do seguinte modo:

- Escassez de recursos naturais e outras matérias-primas.
- Debilidade económica global.
- Pequeno desenvolvimento industrial geral e apresentando anomalias estruturais, quer globais quer particulares.
- Limitações das nossas estruturas de investigação científica e tecnológica em termos materiais, humanos e financeiros.
- Dificuldades financeiras do Estado, com carácter mais ou menos duradouro e sem dúvida mais acentuadas na conjuntura actual.

- Dificuldade no entendimento da necessidade duma política de defesa verdadeiramente assumida em termos nacionais.

Esta afirmação, por polémica, exige um esclarecimento.

Na realidade o não envolvimento do País em qualquer conflito maior depois da Primeira Guerra Mundial, o natural cansaço provocado pelos quase catorze anos das campanhas do Ultramar, as perturbações políticas que o País sofreu em passado recente, o seu aparente afastamento geográfico das áreas mais prováveis de maior envolvimento num eventual conflito na Europa, tudo isto conjugado com uma legítima ânsia de rápido progresso económico e social, levaram ao desenvolvimento em algumas camadas do povo português da ideia cómoda de que Portugal, mesmo em caso de tal conflito, não está sujeito a ameaças significativas e, em consequência, a considerar os assuntos relacionados com a defesa nacional como adiáveis para uma melhor conjuntura.

No fundo trata-se da não percepção da ameaça.

Estará tal situação a modificar-se? Aqui deixo a pergunta. E este curso é sem dúvida um fórum indicado para reflectir sobre ela.

Quanto à indústria de defesa podemos caracterizá-la do seguinte modo:

- Incipiente ou nula capacidade de investigação e desenvolvimento.
- Debilidade financeira.
- Produção de uma gama muito reduzida de produtos, na maioria de consumo e em qualquer dos casos de muito baixa tecnologia, nomeadamente:
 - Munições para armas ligeiras, morteiros e artilharia e bombas de aviação para fins gerais.
 - Armas ligeiras e morteiros.
 - Viaturas ligeiras e pesadas.

De destacar, no entanto, já uma prometedora capacidade na área das comunicações e electrónica, bem como boa capacidade na área da construção e manutenção naval (plataformas) e igualmente na área de manutenção aeronáutica (plataformas aéreas, motores e alguns componentes estruturais).

- Ausência oportuna duma orientação no estabelecimento e desenvolvimento de algumas empresas da mesma área (munições, por exemplo), que levaram à existência de estrangulamentos, capacidades inaproveitadas e falta de complementaridade.
- Disposições legais regulamentadoras desajustadas da realidade das sociedades ocidentais e limitadoras da livre iniciativa. Quero referir-me especificamente à chamada Lei dos Sectores e ao seu decreto regulamentador no que se refere à indústria de armamento.

No que respeita às indústrias de defesa convém ainda adiantar alguns factos relativamente à forma como as diversas empresas se inserem no sector.

Existem somente cinco empresas que laboram naquilo que poderíamos chamar, por facilidade de linguagem, material de guerra (armas, sistemas de armas e munições), a saber:

- INDEP
- SPEL
- EXTRA
- COMETNA
- FCMO

Destas empresas só a INDEP se dedica, diríamos, exclusivamente à produção de material de guerra, enquanto as outras têm todas componentes dirigidas para produtos caracterizadamente do mercado civil.

Estas empresas possuem estruturas societárias diferentes, sendo a INDEP uma Empresa Pública resultante da «justaposição» e modificação estatutária de duas anteriores fábricas do Exército, a Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras e a Fábrica Militar de Braço de Prata, mas sem que tal modificação instilasse na nova realidade jurídica o espírito empresarial que se impunha, enquanto todas as outras são sociedades anónimas. Contudo, no que se refere a estas últimas, ainda que todas com estruturas accionistas diferentes, possuem elas uma forte participação de capital do Estado.

Assim o IPE detém mais de 95 por cento do capital da COMETNA e da FCMO, a INDEP controla 51 por cento das acções da SPEL e a Sociedade Financeira Portuguesa dispõe de 51 por cento do capital da EXTRA.

No seu todo estas empresas empregam efectivos da ordem dos 3200 directamente ligados à produção de material de guerra, dos quais só a INDEP cerca de 2100.

Entretanto, se considerarmos o sector da indústria de defesa no seu sentido mais alargado, e portanto numa perspectiva mais correcta, um muito maior que engloba empresas do âmbito da metalomecânica, da construção com forte participação de capital do Estado, mas outras totalmente privadas. Destas empresas umas estão envolvidas permanentemente na produção de material de defesa, outras, tendo capacidade para tal, são somente envolvidas quando no mercado surgem oportunidades para isso. No primeiro caso temos a SISTEL, a Tudor, a Autosil e a UMM. No segundo um conjunto muito maior que engloba empresas do âmbito da metalauizbeudpia e manutenção naval, da manutenção e ou modificação de aeronaves, do material eléctrico e electrónico e dos têxteis.

Convém ainda fazer referência ao conjunto constituído pelos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, os quais sendo órgãos logísticos dos Ramos, e portanto tendo como missão fundamental satisfazer as necessidades de apoio logístico destes, têm contudo, com carácter permanente ou periódico, capacidade excedentária, o que lhes permite actuar como verdadeiras empresas no âmbito do sector das indústrias de defesa relativamente ao mercado externo.

Este conjunto compreende os seguintes Estabelecimentos Fabris:

Do Exército:

- Manutenção Militar.
- Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.
- Oficinas Gerais de Material de Engenharia.
- Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Da Marinha:

- Arsenal do Alfeite.
- Fábrica Nacional da Cordoaria.

Da Força Aérea:

- Oficinas Gerais de Material Aeronáutico.

No relativo às Forças Armadas Portugusas, elas caracterizam-se por:

- Sua pequena dimensão global. Acrescentarei a este propósito que Portugal é dos países da NATO, ao contrário da ideia bastante generalizada entre nós, em que os efectivos das suas Forças Armadas medidos em percentagem relativamente à população do País são me-

nores. Tal índice percentual é inferior ao de outros países da nossa dimensão, como sejam a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca, a Noruega ou a Grécia.

- Escassez ou desactualização de muitos dos seus sistemas de armas e equipamentos com poucas excepções pontuais.
- Limitadas reservas, pelo que a sua capacidade de sustentação é necessariamente também limitada.

Uma conclusão apressada, face à caracterização acabada de fazer, seria a de que as respostas às duas perguntas atrás enunciadas relativamente às capacidades desejáveis para a indústria de defesa em Portugal seriam negativas.

Cremos, apesar de tudo, que numa perspectiva de objectivos limitados, compatíveis com as nossas carências e limitações, é possível a existência em Portugal de uma indústria de defesa capaz, quer duma contribuição de algum significado para a capacidade de defesa autónoma do País, quer de produzir algum impacto no seu desenvolvimento tecnológico e industrial.

Para o efeito desde logo interessa saber se o País considera ou não necessária uma indústria de defesa, naturalmente dentro da perspectiva de objectivos limitados que se referiu. Esta questão encontra resposta no próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado e publicado em *Diário da República*, e donde consta, para além de outras considerações de carácter mais geral ligadas ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, expressamente o seguinte: «Incentivar e racionalizar a indústria de defesa como factor essencial à capacidade de defesa autónoma e ao desenvolvimento económico e tecnológico.»

E mais ainda, no programa do XI Governo Constitucional se refere, quanto à indústria de defesa, «que serão tomadas medidas no sentido de a racionalizar e modernizar, dentro de critérios de viabilidade económica e autonomia financeira».

Parece então que a resposta está dada, pelo menos em termos de vontade política expressa. O que faltará então será dar expressão material concreta a essa vontade política. O que faltará então são recursos financeiros para promover o reequipamento das Forças Armadas, e uma indústria de defesa capaz de nele participar de forma útil.

Os recursos financeiros que a Nação possa pôr ao dispor das Forças Armadas, em termos previsionais, surgem então como um elemento condicio-

nante de qualquer política. E inserindo-se todas as acções a tomar em planeamentos a médio e longo prazos, independentemente da maior ou menor generosidade dos Orçamentos Ordinários anuais, tornava-se necessário um instrumento legal que pudesse dar um mínimo de consistência a essas acções. Esse instrumento encontra-se previsto na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e é designado pelo Regime das Leis de Programação Militar e cuja implementação sistemática, iniciada no ano trasacto, constitui uma medida imprescindível à definição e desenvolvimento duma política de defesa nacional em tudo o que se relaciona com a indústria de defesa.

Mas para além da expressão de vontade política constante dos textos legais e dos objectivos instrumentais que as Leis de Programação Militar constituem, face ao nosso panorama de carências globais, das quais destaco agora:

- As dificuldades financeiras do Estado,
- O nosso pequeno desenvolvimento industrial global,
- As carências das nossas estruturas de investigação científica e tecnológica,
- A debilidade financeira da nossa indústria de defesa, tuem por isso um mercado forçosamente limitado, baixa tecnologia dos mesmos,
- A pequena dimensão global das nossas Forças Armadas, que constituem por isso um mercado forçosamente limitado.

a dúvida quanto às respostas às perguntas anteriormente formuladas persiste.

A resposta àquelas perguntas implica, primeiro a definição dos objectivos por que se deverá orientar a política de defesa nacional no relativo à indústria de defesa e depois a procura de caminhos possíveis para os alcançar.

Quanto aos objectivos orientadores, eles estão já expressos de forma implícita no próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional. De acordo com eles a indústria de defesa deverá:

- Proporcionar, no maior grau compatível, o equipamento e a sustentação das nossas Forças Armadas.
- Ser factor de desenvolvimento industrial e tecnológico do País.

Resta-nos pois, procurar caminhos possíveis para os atingir.

As carências globais destacadas inserem-se, algumas delas, no âmbito geral do País e portanto fora da área mais estrita da defesa. Refiro-me:

- As dificuldades financeiras do Estado.
- Ao pequeno desenvolvimento industrial do País.
- As carências na área da investigação científica e tecnológica.

e é de esperar que, de alguma forma, se vão atenuando através da acção governativa e da própria iniciativa privada.

Por outro lado a recente entrada de Portugal na CEE certamente não deixará também de ter um impacto positivo na sua atenuação.

As restantes, ao contrário, inserem-se na área da defesa nacional, como sejam:

- A debilidade financeira da nossa indústria de defesa.
- A gama reduzida dos seus produtos e a baixa tecnologia da sua grande maioria.
- A pequena dimensão das nossas Forças Armadas e o mercado limitado que forçosamente constituem.

E quanto a estas, enquanto as que se referem às características actuais da nossa indústria de defesa serão ou são susceptíveis de evolução positiva, no relativo à dimensão das nossas Forças Armadas é óbvio que estas nunca terão uma grande dimensão e constituirão sempre, por isso, um mercado reduzido. Este facto constitui uma realidade que tem de estar subjacente a uma política de indústria nacional de defesa qualquer que ela seja. Em consequência, os objectivos orientadores expressos para a indústria nacional de defesa implicam, para que esta não constitua um encargo financeiro insuportável para o erário público, que a maior parcela da sua produção, em tempo que não seja de crise ou de conflito aberto, possa ser colocada no mercado externo o qual, para o armamento e outros equipamentos de defesa está sujeito, como todos sabemos, a grandes flutuações e a fortíssima concorrência. De resto esta é a situação que, com excepção das superpotências, enfrentam em maior ou menor grau as indústrias de defesa de todos os países.

Contudo deverá acrescentar-se que o comércio mundial de armamentos não é rígido exclusivamente pelas regras do mercado.

Factores de ordem política, por vezes enroupados por considerações de ordem moral, exercem nele uma influência determinante.

E se esses factores podem ser de ordem interna, levando os países, a fim de garantirem alguma independência e capacidade de sustentação, a aceitar um certo grau de ineficiência económica para manter uma fonte de abastecimento interno, ou diversificar as suas origens de fornecimento externo, tais factores são contudo predominantemente de ordem externa, constituindo o fornecimento de armamentos um instrumento de política externa dos países mais poderosos, nomeadamente as superpotências, que procuram através dele influenciar, em seu favor, os equilíbrios ou desequilíbrios existentes em vastas regiões do Globo.

Assim, em muitos casos, os fluxos do comércio de armamentos coincidem com os alinhamentos político-diplomáticos, e noutros, esses alinhamentos são por vezes estabelecidos e mantidos para garantir o fornecimento de armamentos.

Por outro lado, se os países com capacidade produtiva de materiais de defesa têm aumentado substancialmente em número, tal circunstância não vem alterar o facto de que só alguns têm capacidade, por condições de mercado interno e elevado desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, para desenvolver e produzir os mais sofisticados sistemas de armas e equipamentos.

Em consequência, e ainda que vários países produzam uma vasta gama de modernos e sofisticados sistemas de armas e equipamentos de defesa, nomeadamente os EUA, a URSS, a França, o Reino Unido, a República Federal da Alemanha e a Itália, os grandes exportadores são as duas superpotências que, só por si, são responsáveis por cerca de 70 por cento das exportações, as quais podem ser feitas em condições de preço e crédito muito favoráveis ou até sob a forma de dádiva, enquanto no que se refere aos outros países as exportações são mais regidas por critérios de ordem comercial. Mas mais ainda, se os EUA seguidos da URSS lideram as exportações quando consideradas em globo, já a posição se inverte quando analisadas somente as exportações para os países do Terceiro Mundo, surgindo em quarto lugar a República Popular da China.

Tudo isto, afinal, em coerência com a caracterização geral anteriormente feita.

Esta referência às características do mercado internacional da indústria de armamento e outros equipamentos de defesa oferece-me ainda a oportunidade para esclarecer, e retomando aqui um ponto já anteriormente aflo-

rado, porque considero desajustadas da realidade as disposições legais nacionais reguladoras da indústria de armamento, ou seja a Lei dos Sectores e a sua regulamentação relativa a esta indústria, as quais estabelecem a proibição do acesso a empresas privadas e outras entidades da mesma natureza à indústria de armamento a não ser em condições excepcionais e, mesmo assim, em associação com o sector público em posição obrigatoriamente maioritária do capital social. Ora a possibilidade de acesso das empresas privadas, cujas actividades possam ter alguma relação com a indústria de armamento, a esta actividade específica, não as pondo a coberto das contingências do mercado internacional, permitiria no entanto, dada a maior diversidade que caracterizaria então as suas actividades e o inter-relacionamento que entre elas se poderia estabelecer, atenuar os seus efeitos ao nível da sua exploração.

Assim as disposições legais vigentes, embora inspiradas pela necessidade dum controlo do Estado, controlo que terá sempre de existir, particularmente no que respeita à exportação dos produtos da indústria de defesa, mas que pode exercer-se de modo adequado de muitas outras formas, para além da estabelecida pela via da exclusividade do acesso ao sector, acabam por contribuir para a debilidade financeira deste e assim constituir um obstáculo ao desenvolvimento tecnológico da própria indústria de defesa. Esta situação é tanto mais aberrante, em minha opinião, quanto hoje, e cada vez mais no futuro, não existem fronteiras entre tecnologia militar e tecnologia civil.

Mas tendo em mente então as considerações anteriormente feitas, as carências apontadas e os condicionalismos existentes, permanentes ou conjunturais, quais os caminhos que poderão ser seguidos para que a indústria nacional de defesa possa desenvolver-se no sentido de dar satisfação aos objectivos orientadores definidos?

É óbvio que os caminhos que iremos apontar não constituem panaceia infalível para o desejado desenvolvimento da indústria nacional de defesa, mas serão certamente vias a ser tentadas e que poderão abrir, se adequadamente exploradas, assim o cremos, perspectivas mais animadoras para esta indústria e orientá-la para o rumo dos objectivos definidos.

E um caminho a seguir será o da participação em projectos comuns de cooperação, quer de âmbito bilateral quer no âmbito multilateral da Aliança defensiva em que Portugal está política e militarmente inserido. E isto directamente pela via das actividades decorrentes da «Conference of National Ar-

mament Directors» (CNAD), ou indirectamente ainda sob os auspícios da Aliança, através das actividades do «Independent European Planning Group» (IEPG). E quando me refiro a projectos comuns de cooperação quero significar tanto projectos de investigação e desenvolvimento como projectos de produção. Na realidade, esta será uma via para podermos beneficiar do impulso da inovação científica e tecnológica e da dinâmica da evolução industrial de países mais desenvolvidos e de um mercado comum mais vasto. E, mesmo assim, com a natural renúncia aos sistemas de armas e equipamentos muito dispendiosos, aos quais, pelos nossos próprios meios, não poderemos ter acesso, o limitando-nos ainda, noutros casos, somente à produção de componentes de sistemas.

Haverá pois que seleccionar adequadamente áreas de interesse para essa cooperação, tendo em vista as necessidades das nossas Forças Armadas e as nossas possibilidades, existentes e potenciais, no campo da investigação científica e tecnológica e de capacidade industrial.

Entre essas áreas poderemos indicar:

- Armas ligeiras e algumas pesadas, como sejam morteiros, armas anti-carro e artilharia.
- Munições convencionais de tecnologia corrente ou mais avançada, incluindo foguetes e alguns tipos de mísseis.
- Explosivos e produtos similares.
- Viaturas tácticas, inclusivamente blindadas.
- Comunicações e electrónica.
- Computadores e inteligência artificial.
- Variados tipos de equipamentos individuais ou colectivos para o combatente.

Esta cooperação em projectos comuns tem em vista a satisfação das necessidades próprias dos Estados participantes duma forma mais económica e ainda, como referência global, das próprias necessidades da Aliança manifestadas através dos seus «Major NATO Commands». Sendo possível e aliciante dos pontos de vista técnico, táctico e logístico, ela é, no concreto, erigida de obstáculos.

É na realidade aliciante pensar, não só no resultado qque se pode obter do somatório em si da capacidade de investigação científica, tecnológica, industrial e financeira da totalidade dos países da NATO ou mesmo só de

alguns, mas também no mercado potencial que esses países representam no seu conjunto e nas vantagens, quer para o seu emprego tático quer para o seu apoio logístico, resultantes de sistemas de armas e outros equipamentos comuns aos diversos países da Aliança.

Contudo não poderemos esquecer o que está no outro prato da balança, nomeadamente as diferenças de prioridades quanto às necessidades dos diversos sistemas de armas e equipamentos, dos vários países da Aliança, entre outras as resultantes:

- Das suas diferentes localizações geográficas, donde derivam não só responsabilidades também diferentes a desempenhar no esforço da defesa comum da Aliança, como também necessidades diferenciadas derivadas das suas políticas regionais específicas fora do âmbito da Aliança.
- Dos desenvolvimentos quantitativo e qualitativo tão diferentes das suas Forças Armadas, resultantes das próprias diversidades de superfície, população e recursos financeiros disponíveis, e até das diferentes necessidades de afirmação de poder político.
- Da diversidade dos seus desenvolvimentos económicos, científicos, tecnológicos e industriais.
- E, «the last but not the least», das diferenças e até antagonismos de interesses económicos inerentes à participação das diversas indústrias nacionais no processo, num quadro de livre concorrência e competitividade, ainda que numa perspectiva de cooperação.

Apontámos as vantagens e os aliciantes da cooperação em projectos comuns e as suas dificuldades. Face a estas poderá então perguntar-se, se de facto essa cooperação é possível entre parceiros que não são iguais e têm, em muitos casos, interesses diferenciados e até nalguma medida divergentes. Que essa cooperação é possível, apesar de tudo, a experiência demonstra-o através de suficientes exemplos. Que em numerosos casos não tem sido possível encontrar fórmulas conciliatórias dentro duma matriz de equidade, da diversidade de interesses e, em consequência, que a cooperação não tem sido possível é contudo também uma realidade.

E no relativo a este aspecto em especial, Portugal, a Grécia e a Turquia, os chamados, no seio da NATO, «Less Developed Defence Industry Countries», têm sentido extrema dificuldade em participar em projectos cooperativos. Essa dificuldade, derivando de razões próprias que em muitos aspec-

tos são comuns, como sejam a sua debilidade económica global, o seu relativamente baixo desenvolvimento industrial geral, as insuficiências das suas indústrias de defesa, as limitações das suas estruturas de investigação científica e tecnológica e as suas dificuldades financeiras, situa-se também ainda ao nível das condições de participação nos próprios projectos de cooperação.

Vários estudos têm sido feitos no âmbito da CNAD e do IEPG para eliminar ou atenuar estas dificuldades, mas sem grande êxito até agora. São contudo de assinalar os esforços feitos no âmbito do IEPG neste sentido e particularmente um estudo actualmente em curso, o qual pretende concluir por um conjunto de propostas concretas tendentes a atenuar essas dificuldades.

Mas não será possível encontrar, no âmbito duma Aliança, outras formas de cooperação para além da participação em projectos comuns? Ou se não exactamente de cooperação e conjugação de esforços no mesmo sentido, ao menos uma forma de evitar os desperdícios e a duplicação de recursos resultantes do percurso descoordenado e desconjugado dos mesmos caminhos e até, em muitos casos, uma competição economicamente prejudicial?

Já tem sido adiantada neste sentido a ideia da «especialização», ou seja, os diferentes países, ou, talvez melhor, grupos de países, especializarem-se em diferentes áreas de produção de acordo com os seus diferentes recursos e capacidades existentes e potenciais, admitindo-se necessariamente sobreposições e procurando obter, como resultado final, um conjunto completo e coerente.

Porque os países procuram alcançar, na medida do possível, uma certa independência no que se refere à sua capacidade para equipar e garantir a sustentação em combate das suas forças armadas, aliás não devemos esquecer que, numa Aliança como a NATO, cabe a cada Estado-membro essa responsabilidade e constituir tal responsabilidade um princípio conceptualmente inquestionável, e que por outro lado tal conceito, se aplicado em termos absolutos, não deixaria de afastar cada vez mais os países mais desenvolvidos dos menos desenvolvidos, o mesmo não tem tido acolhimento.

Considero contudo, que a ideia não poderá ser afastada sem mas análise e exploração objectivas e sem preconceitos de falsa independência num mundo cada vez mais interdependente, e não só em relação a sistemas de armas e equipamentos completos mas também numa perspectiva complementar da cooperação em projectos comuns.

Irei até mais longe, penso que a exploração desta ideia ou conceito de «especialização» de indústrias nacionais de defesa, no seio duma Aliança como a NATO, constitui uma via particularmente útil para países com os condicionalismos permanentes ou conjunturais semelhantes aos que caracterizam Portugal e os restantes «LDDIC».

Logo de início afirmámos constituir a actualização e modernização de quaisquer Forças Armadas uma tarefa permanente do Estado, face à evolução da ameaça e à própria obsolescência rápida dos sistemas de armas e equipamentos, e que daqui resultava a necessidade permanente do seu reequipamento. Referimos ainda que esse reequipamento envolvia, quer a aquisição de sistemas mais modernos e eficazes, quer o aperfeiçoamento dos já existentes. Esta última modalidade designada por «refiting» e «upgrading» constitui-se actualmente como uma necessidade, face aos enormes custos dos novos sistemas de armas ou equipamentos, e assume particular importância para países de fracos recursos económicos como Portugal.

Na realidade estas operações de «refiting» e «upgrading» de materiais já existentes permitem, em muitos casos, a suficiente actualização dos mesmos a custos bastante inferiores aos dos novos materiais resultantes de processos completos de desenvolvimento. Visto que muitos países têm hoje os mesmos materiais e se debatem com idênticos problemas de reequipamento e de dificuldades financeiras, a participação em projectos comuns neste domínio, particularmente no âmbito bilateral, oferece perspectivas do maior interesse. Afigura-se pois, ser este um outro caminho a explorar.

Mas a participação em projectos comuns cooperativos tem as suas dificuldades, como vimos, quer em relação aos novos sistemas a desenvolver quer em relação aos sistemas a actualizar. Assim Portugal não poderá deixar de recorrer à compra «of the shelf» de sistemas de armas e equipamentos desenvolvidos e produzidos por outros países. Será então que o reequipamento das nossas Forças Armadas por esta via não oferece quaisquer possibilidades de envolvimento da nossa indústria de defesa compatível com os objectivos orientadores anteriormente enunciados para esta indústria?

Ora acontece que, mesmo em relação ao reequipamento a realizar por esta via, tal é possível. Refiro-me à utilização de «esquemas de contrapartidas» que constituem hoje um recurso generalizado.

Tais esquemas de contrapartidas têm em vista garantir determinadas compensações ao país comprador, as quais podem revestir-se de variadas formas.

Acrescentarei que a utilização de «esquemas de contrapartidas» já está a ser praticada entre nós, e que a definição de normas orientadoras, por forma a permitir a sua prática generalizada, foi já objecto de um despacho conjunto dos ministros da Defesa e da Indústria e Comércio. É pois legítimo esperar que a utilização, sempre que possível, de «esquemas de contrapartidas» no relativo às aquisições a fazer no estrangeiro, nomeadamente ao abrigo da 1.^a Lei de Programação Militar e às decorrentes dos programas das fragatas, não deixará de repercutir-se favoravelmente não só na indústria de defesa mas também na indústria nacional como um todo.

Gostaria ainda de referir, fora da função produção mas com ela relacionada, uma outra actividade, que tendo já uma boa tradição entre nós no campo da aeronáutica, poderá ser estendida a outras áreas e contribuir para a consecução dos objectivos orientadores desejáveis para as nossas indústrias de defesa. Refiro-me à manutenção de grandes ou sofisticados sistemas de armas e outros equipamentos de defesa, já que os trabalhos de manutenção de tais sistemas podem constituir uma fonte de desenvolvimento tecnológico e são remuneradores. E nesta área, para além do caso específico do material aeronáutico, deverá dizer-se que há outras capacidades instaladas.

Acabamos de apontar algumas vias que no caso português, e em nosso entender, se devidamente exploradas, poderão contribuir, dentro das limitações que caracterizam o nosso País e as nossas Forças Armadas, para o desenvolvimento quantitativo e sobretudo qualitativo das indústrias nacionais de defesa de acordo com os objectivos visualizados para esse desenvolvimento.

Gostaríamos no entanto, antes de terminar, de fazer ainda mais algumas considerações.

Como vimos anteriormente, todas as acções a tomar para implementar uma política de defesa, no que se refere às indústrias de defesa, se inserem em planeamentos a médio e a longo prazos e, em consequência, a necessidade de dar consistência e coerência ao planeamento dessas acções assume importância capital.

Ora, e esta é a primeira consideração, não é possível incentivar uma indústria a desenvolver-se se ela não souber antecipadamente o que deve produzir e não houver um mínimo de garantia para a colocação dos seus produtos. Dito de outro modo, não é possível querer que a indústria produza materiais obedecendo a determinadas especificações operacionais e técnicas,

se essas especificações não forem conhecidas com a antecedência que permita o desenvolvimento dos esforços de toda a natureza, necessários à produção desses materiais e se não houver um mínimo de garantia para a sua venda. O diálogo entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas por um lado, e as indústrias de defesa por outro, bem como a dotação das Forças Armadas, com as verbas indispensáveis à aquisição dos materiais a desenvolver e a produzir, constituem assim condições necessárias para qualquer sucesso. Esse diálogo, que hoje se revela apenas esporadicamente, terá de constituir uma actividade sistemática, mas ele só conduzirá a resultados no pressuposto do suporte financeiro necessário ao seu objectivo final, o regular funcionamento do binário produção-aquisição.

Contudo esse diálogo só poderá tornar-se sistemático quando o organismo do Ministério da Defesa Nacional com vocação para o fomentar, orientar e coordenar, tiver a estrutura adequada e os meios indispensáveis para desenvolver essa actividade e outras com ela relacionadas, com a continuidade desejada. A reestruturação do Ministério da Defesa Nacional através da sua lei orgânica e consequentemente da sua Direcção-Geral de Armamento, reestruturação essa que se espera se concretize a curto prazo, constituirá um passo decisivo nesse sentido.

Uma segunda consideração diz respeito à necessidade dum maior interesse por parte dos investigadores, universidades, institutos e outros organismos ligados à investigação científica e tecnológica, pela investigação com aplicação na área dos materiais de defesa. E a este propósito é justo referir que esse interesse começa a surgir. Torna-se pois necessário por parte do MDN, dos organismos responsáveis pela coordenação da investigação em Portugal e da própria indústria, estimulá-lo e fornecer-lhe orientação adequada.

Finalmente uma terceira consideração relativa às empresas da indústria nacional de defesa, pois tudo em última análise vai passar por elas. Do seu dinamismo, da sua capacidade de investigação, desenvolvimento e espírito de inovação, da sua capacidade de competir no difícil mercado internacional, individualmente ou de preferência através de esquemas associativos com outras empresas estrangeiras, e aqui relembro a inadequação do actual quadro legislativo para o efeito, em suma, da sua agressividade no aproveitamento de caminhos que lhes possam ser entreabertos, sobretudo para o seu desenvolvimento qualitativo, vai depender, em última análise, o resultado de qualquer política de defesa que as pretenda envolver.

Para terminar, uma breve referência às potencialidades de conversão do parque industrial nacional em indústrias de defesa ou suas tributárias.

Trata-se de uma questão ainda não estudada por múltiplas razões, que vão desde a incipiência organizativa do Ministério da Defesa Nacional até à falta de sensibilidade para o problema por parte de outros órgãos do Estado que terão de ser envolvidos. O desenvolvimento esperado da Direcção-Geral de Armamento bem como das actividades de planeamento civil de emergência permitirão, esperamos, a médio prazo, encarar o assunto com a devida atenção.

De qualquer forma, se nas áreas da metalo-mecânica e da electrónica essa conversão não se afigura difícil relativamente a determinadas actividades, como sejam:

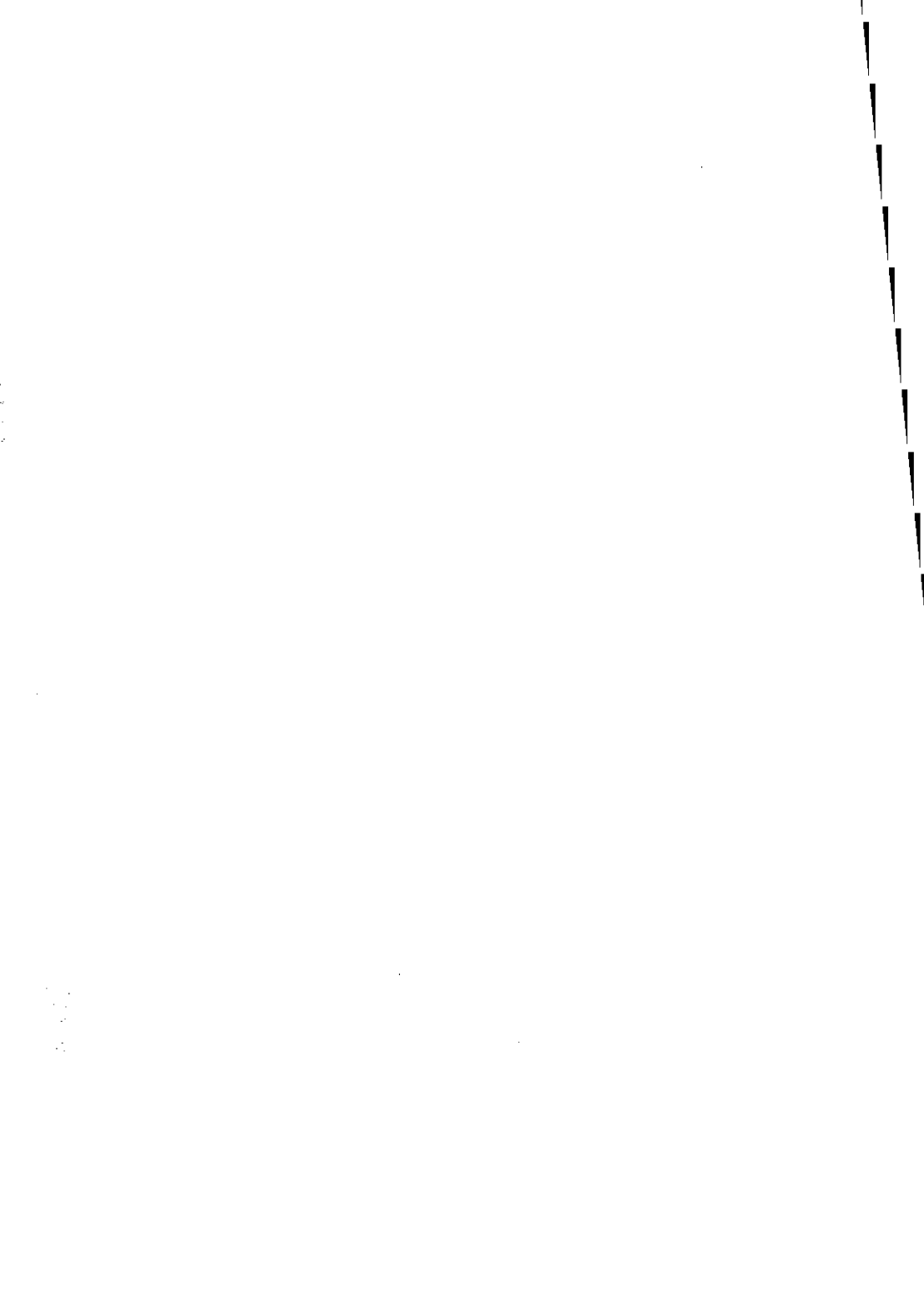
- Construção e reparação naval,
- Manutenção de aeronaves,
- Equipamento de comunicações e outro material electrónico,
- Construção de viaturas tácticas de rodas e algumas blindadas,

já o mesmo não se dirá nas áreas específicas de produção de armamento e munições as quais, para além da produção de componentes metálicos ou de plástico, corpos de granadas e espoletas, envolvem outras actividades, nomeadamente de carregamento no caso das munições, para as quais não se visualiza a possibilidade da reconversão fácil de outras indústrias por ausência de tecnologia similar instalada.

Mas, acima de tudo, parece-me mais importante salientar o facto de que, a circunstância de se poder aumentar ou criar através de reconversão adequada, a capacidade de produzir ou manter determinados materiais de defesa, essa capacidade fica sempre sujeita à necessidade de importação de determinadas matérias-primas (certos tipos de pólvoras para munições, por exemplo) e certos componentes, em relação aos quais não é fácil, por falta de tecnologias similares instaladas, criar por reconversão capacidades produtivas. Isto é, a nossa capacidade de incrementar a produção de material de defesa por reconversão do parque industrial nacional sofrerá, sempre, de estrangulamentos resultantes das anomalias estruturais, quer globais quer particulares, que caracterizam o nosso desenvolvimento industrial geral.

Luís Emílio Cravo da Silva

General
Director Nacional de Armamento



82
83
84

A DEFESA NO MUNDO

85
86
87

A DEFESA NO MUNDO

«NATO SIXTEEN NATIONS» (BELGICA), Fevereiro e Março de 1980

Uma faceta da estratégia dissuasória da NATO é o emprego avançado de forças aéreas e navais. Daí que os posicionamentos e movimentações de forças da Aliança tenham por princípios mais importantes a Contenção (procurar impedir o acesso de forças de Pacto de Varsóvia ao Mar da Noruega, para aliviar a ameaça e a pressão ao reforço rápido à Europa), a Defesa em Profundidade (visando pôr em risco navios, submarinos e aviões soviéticos), e Tomada e Preservação da Iniciativa (vital em períodos de alta tensão).

Para o Comando Supremo Aliado do Atlântico Norte (SACLANT), decorrem destes três princípios duas principais componentes de actuação, uma no Mar do Norte e outra no Atlântico Norte, visando assegurar o reabastecimento e o reforço militar da Europa por via marítima, pela qual circulam mais de 90% dos materiais envolvidos, os quais são críticos para que o Comando Supremo Aliado da Europa (SACEUR) possa continuar a operar na Frente Central para além dos primeiros 10 ou 15 dias duma hipotética guerra. Segundo o «Rapid Reinforcement Plan» (RRP) do SACEUR, são necessários centenas de navios de transporte de carga militar durante os primeiros 30 dias de tal eventual guerra, a que haverá que acrescentar cerca de 100 milhões de toneladas de carga económica a transportar por mês.

«DEFENCE» (REINO UNIDO), de Abril de 1988

A RFA continua a ser um sólido aliado da NATO, constituindo as suas tropas o elemento básico das forças convencionais da Europa: 50% das forças terrestres, 60% dos carros de combate, 50% da defesa aérea baseada em terra, 30% dos aviões de combate.

O objectivo primário da política de defesa da RFA visa contribuir para a salvaguarda da paz, a liberdade e a independência. As FA da RFA, com efectivos de 495 000 homens, constituem o elemento básico de tal política. Isto tendo em consideração que cerca de dois terços das forças terrestres e aéreas soviéticas se encontram sediadas na parte europeia da URSS, e que a vulnerabilidade da RFA a um ataque é considerável pelo facto de 30% da sua população e de 25% da sua estrutura industrial estarem a menos de 100 Km da fronteira entre a NATO e o Pacto de Varsóvia.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (Suiça), de Abril de 1988

Um estudo publicado nos EUA prevê despovoamento elevado e mortalidade muito considerável para a África Negra para os próximos 8 a 10 anos. Isto porque a SIDA se tem propagado nela com extrema rapidez. A Organização Mundial de Saúde estimou em 2 milhões o número de casos de SIDA em África, e de 5 a 10 milhões o número actual de portadores do vírus.

O potencial despovoamento da África Negra teria implicações estratégicas, nomeadamente quanto aos cubanos prestando serviço em África — razão por que se estima a sua retirada em futuro próximo — e quanto à possibilidade do eventual vazio vir a ser preenchido por países com excedentes populacionais, como a China e a Índia. Corrida à África que conta com outro atractivo, o das imensas reservas de minério estratégico.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 28 de Abril de 1988

A Espanha não reconhece o Comando da OTAN instalado em Gibraltar — GIBMED.

Por isso, Madrid e Londres estão a negociar a possibilidade das Forças Armadas espanholas estabelecerem coordenação com as unidades britânicas instaladas em Gibraltar através do AFSOUTH — Comando Aliado do Sul da Europa — com sede em Nápoles.

O SACEUR, General Galvin, aprova estas negociações e afirma que para ajudar a resolver o problema tem apresentado algumas sugestões sem, todavia, propôr uma solução diferente da desejada pelo governo espanhol.

O General Galvin não atribui grande importância ao acordo logístico entre a Espanha e a OTAN porque «o fundamental é simplesmente obter a coordenação, o que significa, por exemplo, poder levar o cabo exercícios e manobras com as Forças Armadas espanholas sem necessidade de muitos preparativos, isto é, estabelecer uma coordenação simples e eficaz.

«US NEWS AND WORLD TECHNOLOGY» (EUA), de 8 de Maio de 1988

Simultaneamente com as conversações START, os cientistas americanos vão aperfeiçoando ogivas estratégicas capazes de manobrar ao entrarem na atmosfera e de penetrarem profundamente no solo, antes de explodirem junto de alvos subterrâneos.

Estão também em estudo radares de «laser» e outros meios de guiamento susceptíveis de aumentar para o triplo a precisão dos mísseis de cruzeiro, por forma a que, pela via da maior precisão, possam usar ogivas convencionais. Por isso, a arma convencional mais promissora poderá ser o míssil de cruzeiro a embarcar em aviões, navios e submarinos; para o que nos EUA se está tentando duplicar o seu alcance e passar a sua precisão para cerca de 1 metro à distância de 1500 milhas.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 17 de Maio de 1988

Os Ministros da Defesa da Inglaterra, da RFA e da Itália, subscreveram um documento pelo qual se comprometem a materializar a fase de desenvolvimento do Avião de Combate Europeu («European Fighter Aircraft» — EFA), em que investiram 200 000 milhões de pesetas. A Espanha, que era o quarto país do projecto, não subscreveu aquele documento, à espera de que as indústrias nacionais melhorem as suas possibilidades de participação e a sua capacidade para a obtenção de maiores compensações tecnológicas.

O documento, denominado MOU («Memorandum of Understanding») corresponde ao mais ambicioso projecto empreendido no domínio em questão na Europa, tendo os EUA exercido fortes pressões para que alguns dos países afectados adquiram, no futuro, versões mais avançadas dos seus caça-bombardeiros F-16 («Agile Falcon») ou F-18 («Hornet 2000»),

cujo custo seria inferior ao dos EFA. Esta pressão terá sido exercida sobretudo sobre a RFA, cujo MDN, Woerner, defendeu com firmeza a opção europeia.

**«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÈS INTERNATIONAL»
(FRANÇA), de Junho de 1988**

No Plano para as FA de 1988 da RFA, aprovado finalmente em Fevereiro pelo Chanceler H. Kohl, é posta maior ênfase no controlo de custos com aquisições de armas novas, e na modernização de armas já ao serviço. Além disso, planeia-se reorganizar a estrutura das FA para ter em conta as ameaças dos anos 1990, o que afecta principalmente o Exército e a Força Aérea. A Marinha não sofrerá reorganização, à parte modernizações de sistemas existentes, um número dos quais vai entrar em breve ao serviço, nomeadamente o avião de patrulha marítima Atlantic I, submarinos e vedetas rápidas.

A Força Aérea concentrar-se-á em missões orientadas para a retaguarda das linhas adversárias, e para a conquista de superioridade aérea. A maior reorganização respeita ao Exército. A dimensão das forças atribuídas à NATO não se alterará (12 divisões, das quais 10 mecanizadas e 2 móveis) mas elas comportarão a parte alemã da brigada franco-alemã. As novas divisões aeromóveis terão um elemento orgânico de helicópteros de transporte, e ainda uma brigada de helicópteros anti-carro. Cada divisão terá ainda um elemento de reconhecimento equipado com «drones» (aviões sem piloto) CL 289, e ainda «drones» de combate, por enquanto em estudo.

Os efectivos de campanha das FA da RFA permanecerão em 1 340 000 homens, 456 000 dos quais serão soldados, dos quais 206 000 serão conscritos servindo por um período de 18 meses. Está planeado maior recurso a reservistas.

A reorganização das FA da RFA estará completada em 1995, e terá em vista um cenário com 4 prioridades principais: primeira, o reconhecimento, para evitar ataques de surpresa; segunda, adequação do Exército e da Força Aérea para poder conter um primeiro ataque e tomar a iniciativa; terceira, defesa aérea, contando que o adversário consiga o objectivo de neutralizar pistas aéreas da NATO; e quarta, a defesa pela marinha das aproximações do Báltico e a protecção de rotas marítimas.

«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÉS INTERNATIONAL»
(FRANÇA), de Junho de 1988

As FA da Espanha vão ter em breve uma Força de Reacção Rápida composta por elementos do Exército, da Força Aérea e da Marinha.

Esta nova força terá os meios necessários para intervenções/operações onde for preciso para proteger interesses espanhóis. A sua composição exacta ainda não está determinada, mas poderá incluir unidades da Legião, das Brigadas Paraquedistas, das Forças Aeromóveis (FAMET), do Grupo de Operações Especiais e da Brigada Aerotransportada. Ainda está por se saber que elementos da Força Aérea incluirá, muito embora pareça uma escolha lógica uma unidade de paraquedistas.

Da Armada só poderá ser a Infantaria de Marinha o Chefe do Estado-Maior da Defesa, cargo que é desempenhado em sistema de rotação pelos Chefes dos 3 Ramos, comandará a força em questão.

«REVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUIÇA), de Junho de 1988

Os objectivos estratégicos da defesa da Suíça comportam quatro pontos essenciais:

- assegurar a paz na independência;
- manter a liberdade de acção dos órgãos do Estado;
- proteger a população;
- salvaguardar a maior parte possível do território nacional.

Três princípios são decisivos na política de defesa Suíça, a saber:

- neutralidade armada permanente;
- serviço militar obrigatório sob a forma de milícia;
- defesa global.

Os elementos civis da defesa global Suíça são os seguintes:

- a diplomacia;
- o abastecimento económico;
- a protecção civil (salvar, proteger, ajudar);
- a protecção do Estado (face à guerra indirecta).

O Exército é o pilar da defesa nacional. É um instrumento de extremo recurso, mas, mesmo assim, o mais importante da defesa helvética. O maior problema dum Exército de milícias é a sua capacidade de reacção. E esta deve assegurar, sobretudo, uma disponibilidade elevada de alerta permanente, uma protecção permanente de pontos estratégicos sensíveis (aerportos, sede do Governo, nós rodoviários e ferroviários, etc.).

«DÉFENSE NATIONALE» (FRANÇA), de Junho de 1988

A defesa é global, é responsabilidade de todos os cidadãos, pelo que o espírito de defesa é inseparável da educação.

Em 23 de Setembro de 1982, o Ministro da Educação Nacional e o Ministro da Defesa assinaram um protocolo de acordo em que se afirmava que a educação é um acto global que não se limita às actividades escolares, e que o espírito de defesa é uma atitude cívica que não se pode limitar às actividades militares. Foi assim que a educação cívica foi reintroduzida nos programas das «escolas elementares» e dos «colégios» em 1985, com o objectivo de desenvolver nos alunos o sentido do interesse geral, o respeito pela lei, o amor à república.

Mas o sucesso de tais medidas passa obrigatoriamente pela formação em matéria de defesa dos professores e, mais particularmente, pelos professores de «História e Geografia, de Letras e pelos instrutores».

É, portanto, necessário que eles sintam o dever e a convicção de transmitir que «a defesa é o preço da liberdade». Este projecto de formação parte do princípio que haverá primeiro a fazer com que o cidadão tenha consciência de pertencer a uma comunidade nacional, se sinta solidário e convicto que ela deve ser defendida colectivamente por todos os seus membros, para preservar o seu espaço, a sua liberdade, os seus valores e os seus interesses. E que tenha uma percepção das ameaças que não são apenas militares, pois podem decorrer de terrorismo, de embargos económicos, de espionagem, de desinformação, de sabotagem, de enfraquecimento do moral da população, etc. A propósito, o artigo fala do estrategista chinês Sun Tsu que, há 25 séculos, já chamava a atenção para ameaças indirectas, tais como: desacreditar o que está bem no país adversário; excitar os seus jovens contra os seus velhos; ridicularizar as suas tradições; enfraquecer a vontade dos seus guerreiros.... Tudo métodos

para vencer o adversário sem recurso à guerra, privando-o de toda a reacção de defesa.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 1 de Junho

As empresas espanholas «Construcciones Aeronáuticas» Sa (CASA) e Ceselsa depois de terem mantido uma dura competição para conseguir o contrato de modernização dos aviões «Mirage 3» da Força Aérea espanhola iniciaram as diligências para cumprirem outro programa de modernização dos cinco velhos aviões P3B ORION, fabricados há mais de 20 anos e adquiridos no passado mês de Dezembro. Este programa de modernização orçará os 120 milhões de dólares (13 200 milhões de pesetas), segundo fontes das duas empresas implicadas.

Estes cinco aparelhos, concebidos para luta anti-submarina foram comprados pela Noruega na primavera de 1969 e foram agora revendidos à Espanha por um valor de 4 000 milhões de pesetas. No entanto, a modernização dos aparelhos, com um programa eminentemente electrónico, importará em mais do triplo da verba paga.

A empresa espanhola CASA considera de grande interesse a concessão do contrato porque está a estudar a produção da versão anti-submarina do avião CN-235, que é o aparelho mais moderno construído por aquela firma.

A importante disputa comercial mantida pelas empresas CASA e Ceselsa para a modernização dos Mirage 3 foi resolvida pela decisão do Ministério da Defesa de obrigar ambas as firmas a formar um consórcio para materializar a proposta no valor de 21 300 milhões de pesetas apresentada por Ceselsa. No caso dos ORION, também a Defesa deseja que as duas empresas cheguem a um acordo.

O avião P3B ORION é um aparelho quadrimotor que já foi superado tecnicamente por sucessivas séries do mesmo modelo. Tem uma autonomia de 15 horas de voo e dispõe de radar, sistemas de infravermelhos e detectores electrónicos para a localização da presença de submarinos.

A Força Aérea espanhola dispõe actualmente de 6 aviões deste tipo mas quatro deles — de modelo anterior ao P3B — terão que ser brevemente devolvidos à Marinha dos EUA a quem foram alugados.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 5 de Junho de 1988

A Empresa Nacional Bazan entregou em 30 de Maio de 1988 à Marinha espanhola o maior navio de guerra jamais construído em estaleiros do país vizinho. Trata-se do porta-aéreos «Príncipe das Astúrias», de 16 400 toneladas, capaz de transportar 37 aviões e helicópteros.

A notícia refere a existência de dúvidas em altos cargos da Defesa quanto à necessidade de tal navio, avaliado em mais de 200 000 milhões de pesetas, defendendo que apenas grandes potências e países ricos, com interesses muito distantes das suas fronteiras, podem permitir-se o luxo de contar com marinhas oceânicas.

O «Príncipe das Astúrias» vai juntar-se a um grupo de combate de quatro fragatas FFG-7 (construídas no Ferrol sob licença dos EUA), a cinco da classe Baleares, a seis corvetas «Descubierta», e a quatro submarinos da classe «Galerna».

Uma das principais missões do Grupo de Combate a encabeçar pelo novo porta-aéreos consiste na protecção do tráfego marítimo entre a Península e as Canárias, assim como no controlo do Estreito de Gibraltar, e seus acessos, em caso de conflito surgido no Norte de África. Como segunda missão, mais relacionada com a NATO, o Grupo teria de proteger a chegada de reforços da América do Norte à Europa em caso de guerra Leste-Oeste. A sua base normal será em Rota, no Golfo de Cádiz, apenas a uma vintena de quilómetros da costa africana.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 10/16 de Junho de 1988

O Secretário da Defesa americana, Frank Carlucci, ordenou que a «US Navy» estude a possibilidade de adaptar aos navios de guerra a tecnologia «STEALTH» que já revolucionou os sistemas defensivos dos aviões de combate.

O objectivo desta tecnologia é tornar os navios indetectáveis pelos mísseis, graças à utilização de materiais que absorvem as ondas de radar.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 14 de Junho de 1988

As delegações militares de França e de Espanha reunidas em Paris decidiram que o acordo de cooperação militar no seio da OTAN apenas

deverá ser discutido com profundidade e em pormenor quando a Espanha estabelecer outro acordo similar com qualquer comando aliado.

Como nem França nem a Espanha participam na estrutura integrada do comando aliado, é necessário que ambos os países mantenham acordos de coordenação para o cumprimento conjunto de missões militares em áreas concretas, em ligação com unidades de outros países.

Com esta finalidade, a França tem negociado — e continua a fazê-lo — tratados de cooperação com os Comandos da OTAN, e a Espanha tem que os iniciar nos próximos meses.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 17 de Junho de 1988

Foi apresentado numa praia perto de Múrcia o primeiro veículo anfíbio sobre colchão de ar fabricado em Espanha, pela Empresa Nacional Bazan e pela Companhia Chacorsa, responsáveis pela construção do veículo. É o resultado de 12 anos de investigações e a sua construção importou em 2 500 milhões de pesetas. O novo tipo de navio destina-se ao uso da Infantaria de Marinha (mas pode também ser usado na vida civil) constituindo um notável avanço tecnológico para a estratégia daquela corporação militar.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 17/23 de Junho de 1988

O recuo do investimento ocidental no Brasil, por motivo da grande dimensão da sua dívida externa, foi aproveitado pela URSS que reforça consideravelmente as suas relações comerciais.

O Brasil encomendou aos soviéticos o estudo e a realização de uma linha de caminho de ferro e de uma rede de irrigação no Nordeste.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 20 de Junho de 1988

O MDN espanhol decidirá em breve se adquire mísseis portáteis anti-aéreos de origem norte-americana ou europeia, num programa de 8 000 milhões de pesetas (a que posteriormente se juntarão mais 12 000 milhões) destinados ao Exército. Os mísseis concorrentes serão o norte-americano

STINGER, o francês MISTRAL, o sueco RBS-70 e o britânico JAVELIN. A notícia refere, a propósito, que o Governo Espanhol já decidiu há vários anos incrementar as compras de material militar a países europeus, e diminuir as dos EUA.

«COMUNICADO DE IMPRENSA» (OTAN), de 24 de Junho de 1988

De acordo com os planos do governo canadiano e na sequência das consultas que tiveram lugar no seio da Aliança, a brigada CAST, até agora destinada a actuar no Norte da Noruega, receberá, em 1989 uma nova missão na região da Europa Central e será reagrupada com outras forças canadianas, de modo a formar a 1.ª Divisão Canadiana.

A Aliança Atlântica tem procurado obter uma outra força para substituir os canadianos na Noruega Setentrional e conseguiu a criação de uma força mista da NATO para ser empregue em períodos de tensão ou de hostilidades.

O SACEUR conduz as negociações para a sua organização com um certo número de países. Os Estados-Unidos, a RFA e o Canadá e, ainda, a Noruega, aceitaram já participar, mas sob uma forma que ainda resta definir.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 27 de Junho de 1988

O Senado dos EUA votou pela paragem de 5 anos no crescimento do programa do Pentágono respeitante à Iniciativa de Defesa Estratégica, (IDE), sustendo o aumento do seu orçamento em 3% para o próximo ano, e exigindo que boa parte dos fundos atribuídos vão para investigação de longo prazo, em vez de para o desenvolvimento de armas a curto prazo.

Por outro lado, os bispos católicos dos EUA pronunciaram-se pela imoralidade da IDE como política nacional. No documento que produziram, denominado «O Desafio da Paz», aqueles bispos condicionaram a aceitação moral da política de dissuasão nuclear à existência de esforços sérios para o desarmamento, na convicção de que ela não é um método estável a longo prazo para preservar a paz. Quanto à IDE, o caso moral dos bispos católicos contra ela baseia-se na hipótese de poder degenerar

num programa ofensivo, nos obstáculos que põe efectivamente as negociações para controlo de armamento, e nos seus elevados custos em face de necessidades sociais.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA